



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

SAÁDIA MARIA BORBA MARTINS

**IMPACTOS NO USO DAS CIDADES:
A VIOLÊNCIA NO USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE
LONDRINA -PR (ZERÃO, IGAPÓ I E IGAPÓ II)**

SAÁDIA MARIA BORBA MARTINS

**IMPACTOS NO USO DAS CIDADES:
A VIOLÊNCIA NO USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE
LONDRINA -PR (ZERÃO, IGAPÓ I E IGAPÓ II)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: rof^a. Dr^a. Márcia Siqueira de Carvalho

LONDRINA
2011

SAÁDIA MARIA BORBA MARTINS

**IMPACTOS NO USO DAS CIDADES:
A VIOLÊNCIA NO USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LONDRINA -
PR (ZERÃO, IGAPÓ I E IGAPÓ II)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Siqueira de Carvalho
Orientadora
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Omar Neto Fernandes Barros -
Membro Titular
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Nilson Cesar Fraga
Membro Titular
Universidade Federal do Paraná

Londrina, 29 de julho de 2011.

*À plenitude da vida, infinita expressão do
Criador.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva do tempo que tudo cura e transforma.

Aos meus pais, Àcrata e Yvonne, por dividirem comigo as dúvidas e certezas impostas pela vida.

À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Márcia Siqueira de Carvalho, uma pessoa ímpar, que tão bem associa o saber e a humildade. Obrigado Márcia pelo aprendizado. Obrigado por acreditar na proposta que meu trabalho expressa. É fácil confiar naquele que foi seu aluno e de quem se conhece o potencial, mas é raro muito raro confiarmos no potencial de uma mera desconhecida. Obrigado por ter confiado em mim. Levo comigo suas contribuições acadêmicas imensuráveis. Fostes, para mim, uma lição de vida. Que Deus te abençoe sempre.

[...] de uma hora para outra passamos a ser como estranhos neste mundo [...] o que eu digo é que as razões de uns podem não ser as razões de todos.

José Saramago. *A caverna*

MARTINS, Saádia Maria Borba. **Impactos no uso das cidades:** a violência no uso dos espaços públicos de Londrina - PR (Zerão, Igapó I e Igapó II). 2011. 153 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

Esta dissertação busca discutir a relação entre a sensação de insegurança e o espaço público de lazer na cidade de Londrina, situada no norte do Paraná. A insegurança no mundo moderno pode ser considerada um fenômeno de urbanização. A falta de segurança e a violência crescente nas áreas urbanas se refletem principalmente no uso dos espaços públicos de lazer. A literatura utilizada neste trabalho envolveu autores como Milton Santos, Marcelo Lopes de Souza, Jürgen Habermas, Zigmunt Bauman, Alba Zaluar, Michel Misso, Ângelo Serpa, Yi Fu Tuan, Hanna Arendt e Tereza Pires do Rio Caldeira, nas questões relacionadas às cidades modernas, a violência e as sensações que os espaços despertam nas pessoas. O foco teórico central é o debate contemporâneo, do qual encontramos várias articulações lógicas entre a proliferação de problemas associados à urbanização, como a democratização dos territórios, segregação sócio-espacial e a violência perpetrada aos frequentadores de áreas de lazer. A partir de um estudo de caso efetuamos a análise a partir de questionários aplicados aos usuários de importantes espaços públicos de Londrina, como o Zerão, o Igapó I e o Igapó II. Esse trabalho conclui que o indivíduo faz um enfrentamento cotidiano e procura fazer escolhas, racionais e subjetivas, para lidar com esse crescente estado de violência e desorganização nos espaços públicos de lazer.

Palavras-chave: Londrina. Violência urbana. Uso dos espaços públicos. Imaginário do medo.

MARTINS, Saádia Maria Borba. **Impactos no uso das cidades:** a violência no uso dos espaços públicos de Londrina - PR (Zerão, Igapó I e Igapó II). 2011. 153 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia, Dinâmica Espaço Ambiental) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

This paper discusses the relationship between the feeling of insecurity and public leisure space in the city of Londrina, located in northern Paraná. The insecurity in the modern world can be considered a phenomenon of urbanization. The lack of security and increasing violence in urban areas are reflected mainly in the use of public recreational areas. The literature used in this study involved the authors as Zigmunt Bauman, Alba Zaluar, Michel Misse, Angelo Serpa, Yi-Fu Tuan, Hannah Arendt and Teresa Pires do Rio Caldeira, on issues related to modern cities, violence and sensations that evoke the spaces in people. The central theoretical focus is the contemporary debate, which we find several joints between the proliferation of logical problems associated with urbanization, such as the democratization of the territories, socio-spatial segregation and violence experienced by visitors to recreational areas. From a case study we performed the analysis of questionnaires from users of important public spaces in Londrina, such as Zerão, Igapó I and Igapó II. This paper concludes that people make a face and seeks to make everyday choices, rational and subjective, to deal with this growing state of violence and disruption of public recreational areas.

Key-words: Londrina. Urban violence. Use of public spaces. Imaginary fear.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização geopolítica do município de Londrina	36
Figura 2 - Zoneamento urbano da cidade e área contígua rural de Londrina.....	38
Figura 3 - Área urbana e distritos de Londrina	39
Figura 4 - Distribuição geográfica do local do estudo.....	73
Figura 5 - Vale do Leme em 4 de nov. de 1979, por Osvaldo Leite.....	74
Figura 6 - Interesse da preservação ecológica do Zerão.....	74
Figura 7 - Pista de cooper e caminhadas no Zerão.....	75
Figura 8 - Área do Igapó.....	77
Figura 9 - Lago Igapó I: 1 ^a foto em maio 1976 e 2 ^a foto em maio de 1978, por Osvaldo Leite	79
Figura 10 - Lago Igapó I, out. 2010 (primeira foto) e Lago Igapó II, out. 2010 (segunda foto)	80
Figura 11 - Lago Igapó I, dez. 2010.....	82
Figura 12 - Lago Igapó II, dez. 2010.....	83
Figura 13 - Zerão, dez. 2010	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação dos sujeitos por gênero	84
Gráfico 2 - Participação dos sujeitos por idade.....	85
Gráfico 3 - Participação dos sujeitos, segundo a atividade ocupacional.....	86
Gráfico 4 - Participação dos sujeitos, segundo a proximidade de moradia.....	87
Gráfico 5 - Espaço público preferido pelos sujeitos	89
Gráfico 6 - Hábito de uso do Zerão.....	90
Gráfico 7 - Hábito de uso do Igapó I	91
Gráfico 8 - Hábito de uso do Igapó II	91
Gráfico 9 - Hábito de uso dos espaços públicos formalmente construídos.....	92
Gráfico 10 - Horário de uso do Zerão	93
Gráfico 11 - Horário de uso do Igapó 1	94
Gráfico 12 - Horário de uso do Igapó II.....	95
Gráfico 13 - Horário preferencial de uso dos três espaços públicos investigados	95
Gráfico 14 - Tipo de atividade praticada por local	97
Gráfico 15 - Prática de atividades em grupo ou individual por local	98
Gráfico 16 - Percepção da segurança no Zerão	101
Gráfico 17 - Percepção da segurança no Igapó I	102
Gráfico 18 - Percepção da segurança no Igapó II	103
Gráfico 19 - Motivos da sensação de segurança por espaço público	104
Gráfico 20 - Violência sofrida ou observada nos espaços públicos investigados	106
Gráfico 21 - Percepção da violência nos espaços públicos investigados	107
Gráfico 22 - Horário de ocorrência da violência nos espaços públicos investigados	108
Gráfico 23 - Percepção de conflito nos espaços públicos investigados.....	109
Gráfico 24 - Horário de ocorrência do conflito nos espaços investigados.....	110
Gráfico 25 - Local de menor preferência entre os espaços investigados.....	111
Gráfico 26 - Motivo para não freqüentar outro espaço público	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Situações de violência sofrida ou observada nos espaços públicos ... 105

LISTA DE SIGLAS

ACEL	Associação Cultural e Esportiva de Londrina
BNH	Banco Nacional de Habitação
COHAB	Companhia Paranaense de Habitação
GINI	Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPE	Instituto de Previdência do Estado
PDPML	Plano Diretor Participativo da Prefeitura Municipal de Londrina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	19
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
3.1 TIPOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	28
3.2 UNIVERSO, AMOSTRA E CAMPO DE COLETA DE DADOS	30
3.3 CAMPO, INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	31
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	32
3.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	33
4 CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER: O IMPACTO DA URBANIZAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DESENFREADO EM LONDRINA	35
4.1 GEOGRAFIA URBANA DE LONDRINA	35
4.2 A CIDADE E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS	40
4.3 A CIDADE EM MOVIMENTO E O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO	44
5 O USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NAS CIDADES: (O ESTIGMA) OU O PARADIGMA DA SEGREGAÇÃO SOCIAL.....	49
5.1 DEBATE TEÓRICO ACERCA DO ESPAÇO PÚBLICO	49
5.1.1 Configurações Espaciais do Espaço Público	51
5.1.2 Medo e Insegurança nas Cidades	53
5.1.3 Espaço Público Urbano e Segregação Urbana: Enclaves Fortificados	58
6 VIOLÊNCIA E SEUS IMPACTOS NO MEIO URBANO.....	62
6.1 A VIOLÊNCIA EM ESPAÇOS PÚBLICOS	63
6.1.1 Violência Urbana: Significado	66
6.1.2 Violência Urbana no Uso dos Espaços Públicos	68

7 O LOCAL DO ESTUDO	72
7.1 O COMPLEXO DO ZERÃO NO CONTEXTO URBANO DE LONDRINA	73
7.2 O COMPLEXO IGAPÓ NO CONTEXTO URBANO DE LONDRINA	76
8 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	82
8.1 PERFIL DA AMOSTRA	83
8.2 HÁBITOS DE USO E DE FREQUÊNCIA AOS ESPAÇOS PÚBLICOS	88
8.3 EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS.....	124
APÊNDICE.....	129
APÊNDICE A - Questionário para Dissertação de Mestrado	130
ANEXOS	133
ANEXO A - Artigo do Jornal sobre o Zerão	134
ANEXO B - Artigo do Jornal sobre Prédio da Encol	135
ANEXO C - Artigo do Jornal sobre o Zerão.....	136
ANEXO D - Artigo do Jornal sobre Espaços Públicos de Lazer	137
ANEXO E - Artigo do Jornal sobre Proposta de Burle Marx.....	139
ANEXO F - Artigo do Jornal sobre o Igapó	142
ANEXO G - Artigo do Jornal sobre Igapó após 50 anos	144
ANEXO H - Artigo do Jornal sobre os 50 anos do Lago Igapó.....	147
ANEXO I - Lei Complementar Estadual nº 81, de 17 de junho de 1998.....	149
ANEXO J - Lei Complementar Estadual nº 129, de 14 de julho de 1998	151

1 INTRODUÇÃO

[...]

*Faremos casas de medo,
duros tijolos de medo,
medrosos caules, repuxos,
ruas só de medo e calma.*

[...]

Carlos Drummond de Andrade

A questão norteadora desta dissertação buscou estabelecer uma relação entre a insegurança no mundo moderno gerada pelo processo de urbanização e a expressão da violência nos espaços públicos de lazer na cidade de Londrina – PR, especificamente, na área de lazer Luigi Borghesi, popularmente conhecida como Zerão, e os Lagos Igapó I e II, uma das mais belas áreas de lazer da cidade.

Esta questão, no entanto, não se reveste de ineditismo, até porque no debate contemporâneo encontraremos várias articulações lógicas entre a proliferação de problemas associados à mobilidade urbana, um elemento essencial ao processo de urbanização, à democratização do território, à segregação socioespacial e à violência no uso dos espaços públicos. Contudo, devem ser consideradas as transformações urbanas ocorridas nas cidades contemporâneas. Em especial, os novos padrões de segregação socioespacial como os que Caldeira (2000) chamou de “enclaves fortificados” de moradia, trabalho, lazer e consumo. Eles estão ligados à expressão da violência urbana e à forte tendência ao urbanismo paisagístico sustentável, característica da primeira década do século XXI. Essas novas realidades levam a algumas interrogações pertinentes e, sobretudo, despertam novos interesses no meio acadêmico. Nesta dissertação nos preocupamos com algumas dessas interrogações, dentre as quais: – Existem encaminhamentos, em nível local, de uma política que tem comprometido o uso de espaço público de lazer pelos municípios da cidade paranaense de Londrina? – Existem ações que regulem a sustentabilidade no uso do espaço urbano londrinense? – As atuais políticas de segurança pública são as mais adequadas às

necessidades da população? – O medo e os aspectos da violência nos espaços públicos de Londrina: Zerão, Igapó I e Igapó II, são reais ou imaginários?

Nosso interesse na busca de respostas a essas questões também é fruto de nosso afastamento do uso dos espaços públicos de lazer de Londrina, em especial o Zerão, antes frequentadora assídua nos idos de 2007, em caminhadas nos finais de semana. No entanto, notícias veiculadas pelas mídias sobre assaltos, roubos e estupros nos afastaram desse espaço de lazer (Anexos). Assim, na tentativa de constatar se essas notícias influenciaram hábitos e práticas de lazer de outros freqüentadores, bem como, compreender a dinâmica da violência na cidade de Londrina-PR é que essa pesquisa foi desenvolvida. Tal fato pressupõe uma reflexão acerca dos estudos sobre Geografia e violência ou, mais especificamente, uma discussão centrada em determinado território (Zerão, Igapó I e II) e as configurações dos espaços públicos e privados decorrentes da segregação social.

Nesse contexto, é relevante o fato de que o município é pólo de referência da região Norte do Estado do Paraná nos âmbitos da economia, educação, cultura e saúde. Ele possui população censitária de 506.701 habitantes e densidade demográfica de 306,49 hab/km². O índice Gini de 0,580 que, embora mais favorável que o índice médio estadual (igual a 0,607), indica acentuada desigualdade de renda entre a população londrinense (IBGE, 2010). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,824, o que coloca o município entre os dez melhores no ranking da federação, e o Índice de Desenvolvimento Municipal medido pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2010), considerado o desenvolvimento em relação ao emprego, renda, saúde, educação e produção agropecuária, é de 0,897.

A cidade de Londrina é classificada como de porte médio, se comparada a outras paranaenses, e demonstra uma mobilidade urbana bastante acentuada, com taxa de crescimento em torno de 1,5%, atingindo um grau de urbanização de 97,40% (IBGE, 2010) e possui espaços públicos formalmente construídos para atividades físicas, desporto e lazer que expressam preocupações nitidamente de cunho socioambiental e paisagística, como os investigados – Zerão, Igapó I e II.

Há outro elemento geopolítico e social de relevância para o escopo principal dessa dissertação. Pautamos a constituição da Região Metropolitana de Londrina (Lei Complementar Estadual nº81, de 17 de junho de 1998) (ANEXO I), que

agrupou municípios limítrofes de Londrina, Cambé, Rolândia, Ibirapuã, Sertanópolis, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho e Tamarana, e formou um conglomerado de 801.756 habitantes (IBGE, 2010), com o objetivo de integrar a organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum entre os citados municípios.

Nesse contexto, tornou-se facilmente identificável a compreensão de Bauman (2009, p. 8) de que, na contemporaneidade, há uma transformação em curso emanada de dois efeitos produzidos por movimentos distintos, assim delineados: a) nas grandes áreas urbanas se concentram as funções mais avançadas do capitalismo, que se reacomodam pela lógica de rede para formar os denominados centros globais; b) as cidades se tornam objetos de intenso fluxo de pessoas, o que gera uma cidade dividida por bairros nobres (formados por elites globais móveis e altamente profissionais) e por bairros pobres (que reúne uma enorme população deserdada em cinturões periféricos). Por essa dinâmica estrutural, como operador global, o homem pode girar pelo ciberespaço (o espaço das redes virtuais), mas, como ser humano se encontra restrito ao espaço físico da cidade em que vive, seja em uma vila altamente habitada (lugar de pertencimento ou de medo) ou em um condomínio fechado (lugar isolado, fisicamente situado dentro da cidade, mas, social e idealmente fora dela). À região metropolitana de Londrina convergem esses movimentos. A cidade de Londrina apresenta maior expressão das funções de interesse da economia capitalista e, por isto, na lógica de rede, se tornou pólo, ou seja, lugar central de referência à região metropolitana, geográfica e politicamente, constituída em seu entorno. Vale lembrar que os lugares, considerados espaços locais, possuem características próprias. Como discorre Santos (2004, p. 313-5): “cultura e meio natural diferenciado”.

Escolhemos os espaços de lazer Zerão, Igapó I e Igapó II por se pressupor que, por serem lugares fisicamente situados dentro do espaço territorial da cidade de Londrina, para os quais podem convergir alguns dos dilemas e das contradições geradas em nível mundial, que, em hipóteses, podem ser enumerados(as) e analisados(as) como fenômenos do processo de urbanização e globalização das cidades. Na qualidade de lugares onde há a possibilidade de o indivíduo exercitar livremente a (con)vivência pública, apreciar e usufruir do conjunto de atrativos naturais e/ou artificiais implantados nesses ambientes (paisagismo, arquitetura, lago, trilhas, etc.). No Zerão, Igapó I e Igapó II também há a

possibilidade da produção de um sentido, de um lugar de pertencimento ou, então, lugar onde fluem os medos.

Ainda que o Brasil não tenha vivenciado a intensidade da política do Estado de Bem-Estar Social, como ocorreu nos países europeus antes da formação da Comunidade Econômica Européia, a institucionalização de uma política neoliberal resultou no ‘encolhimento’ do Estado e consequente diminuição de verbas para as políticas públicas. Concordamos com Bauman (2009) quando na tentativa de explicar no âmbito sociológico o surgimento do medo (nascido com a irrupção simultânea da liberalização e do individualismo), discorreu sobre a redução do controle estatal sobre as atividades econômicas (desregulamentação) e da diferenciação das redes de solidariedade e de suporte social, econômico, afetivo que dissolveram a maior parte dos pilares, outrora sustentáculos, dessas redes. Conseqüentemente, tornou o indivíduo mais frágil e vulnerável. A expressão primeira dessa fragilidade e vulnerabilidade é o medo. Ao fluir o medo, a cidade tende a perder os espaços que se caracterizam como lugar de trocas, de encontros e de vivências múltiplas, isto é, o lugar de vida pública.

A idéia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, estão todos comprometidos numa cidade de muros. [...] Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública. (CALDEIRA, 2000, p. 301).

A partir da compreensão de Santos (2004, p. 314) de que vivemos em uma

realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanente instável, onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência

e do pressuposto de que o medo inibe a frequência aos espaços públicos de lazer das cidades contemporâneas, através de um diálogo com a realidade, procuramos estabelecer uma relação entre violência nos espaços públicos de lazer e falta de segurança nesses locais. Cidade e violência no uso dos espaços públicos de lazer constituem, assim, os elementos fundamentais dessa dissertação.

Não obstante, concordamos com Bauman (2009, p. 43-7) que a condição urbana não pode ser lida como se tratasse de uma realidade linear, pois “a

vida na cidade tem fama de ser uma experiência que desperta sentimentos desencontrados. Atrai e repele ao mesmo tempo". Então, sugere o autor que as estratégias urbanísticas deveriam propiciar as condições para a fusão da diferença, que ao ser "exigida pelo entendimento mútuo só pode resultar da experiência compartilhada, e compartilhar a experiência é inconcebível se, primeiro, se não compartilhar o espaço". Daí, porque compartilhamos os espaços públicos – Zerão, Igapó I e Igapó II – com seus freqüentadores (usadores) na busca de respostas ao problema central dessa dissertação e em atenção aos seus objetivos.

O resultado final é este trabalho dissertativo, organizado em nove capítulos, sendo o primeiro este que apresentamos a problematização e os objetivos do estudo. No segundo abordamos o referencial teórico-conceitual e estabelecemos os fundamentos de análise sustentados em contribuições de vários pensadores de diferentes áreas das Ciências. No terceiro explicitamos a metodologia e os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa de campo.

Apresentamos as questões teóricas relativas ao tema nos quatro capítulos subseqüentes. Assim: a cidade, a geografia urbana, o espaço público de lazer e o impacto da urbanização e do desenvolvimento em Londrina (PR) foram abordados no quarto capítulo; a configuração e o uso dos espaços públicos nas cidades e a correlação desses com o paradigma da segregação socioespacial constituíram as reflexões apresentadas no quinto capítulo; a violência e seus impactos no meio urbano e no uso dos espaços públicos formaram a abordagem do sexto capítulo.

Atenção especial está centrada no sétimo e oitavo capítulos, cujo objetivo foi a aplicação empírica dos conceitos discutidos, procurando-se apreender as dimensões do medo, da violência e da segurança pública na concretude dos espaços públicos. Nesses capítulos, respectivamente, apresentamos o local da pesquisa de campo – Zerão, Igapó I e Igapó II – e seus resultados empíricos.

Por fim, apresentamos algumas reflexões, a título de considerações finais, seguidas das referências e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos.

Milton Santos

A mobilidade da população brasileira dentro do território foi e tem sido relevante historicamente. Os deslocamentos migratórios em busca de emprego e renda, impulsionados pela atração econômica ofertada em cada região geográfica do país, levaram ao processo de urbanização aliado à exploração industrial e ao modo de vida urbano. Isso resultou no aumento da densidade populacional nas cidades. Foram as grandes metrópoles e suas periferias, que receberam e ainda recebem a maior parte, em termos absolutos, desse fluxo de migrantes do Brasil itinerante. Outro movimento desse mesmo processo é o fluxo para as cidades de fronteira, frentes de expansão, e cidades de médio porte como Londrina.

É nesse universo de complexas relações socioespaciais que ocorre o uso do espaço público e se insere a conjuntura teórica em torno da violência e da insegurança no mundo moderno, temática fundante desta dissertação. As reflexões que lhe dão sentido foram sustentadas em contribuições desenvolvidas por pensadores de diferentes áreas das Ciências Humanas. A base filosófica provém da análise de Habermas (1997; 2003) e sua noção de que o espaço público se constitui como lugar do agir comunicacional, domínio construído historicamente da controvérsia democrática e do uso livre e público da razão; de Lefebvre (1994; 2004) e sua compreensão sobre a construção social do espaço, isto é, o espaço percebido como historicamente produzido pelos homens à medida que organizam econômica e politicamente a sociedade em que vivem; de Arendt (1985; 2002; 2010) que concebe o espaço público como lugar da ação política e de expressão de diferentes modos de subjetivação não identitários, em contraponto, a noção de território que é familiar e de identificação comunitária.

A base sociológica dessa dissertação propõe um diálogo harmonizado entre as Ciências Sociais. A abordagem sociogeográfica permeia a noção de território como recurso e como abrigo, e a noção de organização socioespacial como possibilitadora da constituição de diferentes configurações dos espaços urbanos público e privado das cidades contemporâneas, formadas por meio de movimentos humanos de fluxo contínuo, elementos facilitadores da segregação socioespacial. Essa organização socioespacial é explicada através da análise de teóricos como Santos (1986; 1994; 2004), Bauman (2009) e Serpa (2009; 2010). Esse diálogo é ancorado nas concepções de espaço como dimensão material da realidade social e como uma das estruturas da própria sociedade. A partir dessas concepções se tornou possível apreendermos as relações socioespaciais como reflexo das contradições que permeiam a espacialidade e a temporalidade inerentes à dinâmica interna do espaço urbano já constituído, mas em franca expansão. Daí, explorarmos os elementos centrais das reflexões de Bauman (2009) acerca da confiança e do medo nas cidades que, sobretudo, são por excelência os locais onde aterraram todos os dilemas e as contradições geradas em nível mundial. Analisamos a formulação teórica de Santos (2004) (ancorada na concepção de espaço de Lefebvre), cuja preocupação maior se estabeleceu na formação do conceito de espaço social e seus desdobramentos para a realidade geográfica, em especial, os conceitos de tecnosfera (mundo dos objetos) e psicosfera (lugar da produção de sentido).

Comungando o pensamento desses teóricos, a construção discursiva buscou estabelecer um diálogo com outros autores, principalmente, brasileiros, dentre os quais: a produção teórica de Zaluar (1994; 2003) nas questões relativas à antropologia urbana e à antropologia da violência urbana; Caldeira (1991; 2000), que menciona a expressão “enclaves fortificados” para explicar a segregação socioespacial que ocorre na cidade contemporânea a partir da organização espacial; o sociólogo Misce (2006; 2007; 2010) e suas reflexões sobre a violência e seu impacto no Brasil do século XXI; Acselrad (1999; 2004) e Serpa (2009; 2010) e suas respectivas análises acerca da política brasileira voltada à construção e ao uso dos espaços públicos de lazer na relação com a política de sustentabilidade socioambiental.

Na associação teoria e prática existe a possibilidade de explorar em análise duas (2) categorias: configuração territorial e relações sociais. Essa

possibilidade decorre do entendimento apreendido em Santos (1994, p. 25) de que, pensar em espaço é, sobretudo, pensar em uma realidade relacional, exatamente porque a definição de espaço “não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho [...]. Ao explorar essa conceituação, percebemos a importância da relação natureza-sociedade na constituição espacial. Compreendemos, então, que o espaço seria o movimento das relações entre a concretude física do planeta, a humanidade e a mediatização realizada pelo trabalho do homem na construção do espaço que, sobretudo, se vislumbraria como um conjunto indissociável de objetos geográficos, naturais e sociais, com a sociedade em movimento. Nessa compreensão, o espaço seria um conjunto de formas, que contém porções da sociedade, em constante movimento. Sendo assim, o espaço também é como as outras instâncias sociais e, portanto:

[...] tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço embora submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias específicas de sua própria evolução. (SANTOS, 1986, p. 145).

Santos (1986), paralelamente a esta tendência de reprodução da estrutura espacial, contempla em sua obra a noção de uma dinâmica geografia (fixos e fluxos), que envolve formas espaciais dotadas de conteúdos e ações, de uma totalidade social que, ao superar a resistência da herança socioespacial, se espacializa em uma nova forma-conteúdo. Na percepção do autor, a geografia dos fluxos depende da geografia dos fixos onde a técnica aparece como universo de meios no espaço utilizado pelos homens. Os fixos e fluxos são, portanto, os grandes estruturadores do espaço, em cujo âmago se processa um jogo de relações dialéticas entre o externo e o interno, o novo e o velho, o Estado e o mercado, que a rede organiza em sua ação arrumadora do território.

Na teorização de Santos (1986), o lugar é um agregado de relações, que são, ao mesmo tempo, internas e externas. Atuam aqui a contiguidade e a nodosidade; a primeira é o plano que integra as relações internas em uma única unidade de espaço – é a horizontalidade –; já a nodosidade é o plano que integra as relações externas com as internas – é a verticalidade. Cada local da superfície

terrestre é o resultado do encontro entrecruzado de horizontalidade e de verticalidade. Este é, pois, o conceito de lugar.

Nessa estruturação conceitual da definição de lugar, firmada no momento em que teorizar o espaço, Santos registrou contribuições relevantes para o escopo dessa dissertação, que se refere, especificamente, às definições de tecnosfera e de psicosfera. A primeira é o “mundo dos objetos”, dependente da tecnologia e da ciência; a segunda, “mundo das ações”, que estimula o imaginário. Nas palavras do autor:

A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, deste modo, freqüentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido também faz parte da produção desse ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas. (SANTOS, 2004, p. 256).

As transformações que estão se processando nas cidades hodiernas pelo fenômeno da urbanização, refletem significativas mudanças em uma contradição estabelecida entre paradigmas de desenvolvimento adotados pela sociedade e a sua sustentação pelas cidades. Compreendemos que essas mudanças demonstram uma ampliação das áreas através das quais se realizam a circulação geográfica de bens, serviços, capitais, investimentos e pessoas, visto que apreendemos em Santos que todas as formas de desenvolvimento implicam mudanças e consequências nos sistemas naturais e nas sociedades que os utilizam. Nesse entendimento, ressaltamos a importância da noção de psicosfera por estimular o imaginário e permitir reflexões acerca da produção de um sentido associado ao conceito de lugar, à expressão de pertencimento e à noção de espacialidade.

A conceituação de espaço empregada por essa dissertação caminha vinculada às interpretações epistemológicas, que veem a espacialidade como uma construção humana. Em consequência, o espaço relativo se constituiu em um elemento condicionante para a construção dessa realidade. O espaço aqui definido não é visto como ‘palco’, como representação ou espaço absoluto. Percebemos o objeto técnico de Santos que é o instrumento material e temporal da paisagem, e ela

se constitui no ponto de confluência da relação sociedade e espaço, o que possibilita a concepção do espaço social aqui pretendida.

O lugar como espaço vivido e baseado pela relação de pertencimento do indivíduo proveio do conceito de Tuan (1983). Nesse significado o lugar é o sentido do pertencimento, a identidade biográfica do homem com os elementos do seu espaço vivido. Esse conceito de lugar, ao ser adotado nessa dissertação, traduz uma compreensão singular de que cada objeto, cada coisa ou cada elemento da paisagem possui uma historicidade que se confunde com a história dos sujeitos, no caso os que freqüentam os espaços públicos de lazer investigados em Londrina (PR). Assim é compreendido justamente porque se pressupõe que a amostra aleatória dos sujeitos freqüentadores dos espaços públicos investigados, não tenha com a ambiência uma relação de estrangeiros, isto é, não são turistas que estejam eventualmente em visitação para contemplar o lugar.

Definimos que a relação dos sujeitos com a ambiência não seja uma relação de estrangeiro, ainda que esse conceito se apresente como relativo, exatamente porque Bauman (2009) entende que a cidade é um espaço em que os estrangeiros existem e se movem em estreito contato. Consideramos, então, que a cidade também é estrangeira mediante a possibilidade de o homem entrar em rede e girar pelo ciberespaço. E, nesse sentido, a rede global se torna a nova forma de espaço. É nessa rede que as cidades ‘globais’ traçam linhas fundamentais daquilo que definimos como dinâmica básica em torno da qual giram as principais cidades do mundo. Chegamos, então, ao elemento central do raciocínio do citado sociológico: as cidades globais entraram em uma nova fase histórica, inaugurada no fim do século XX. Essa nova fase é essencialmente mediatizada pela tecnologia, pois é nas cidades contemporâneas, do final do século XX, que despontaram e se expandiram novos fluxos de inovações tecnológicas.

Em uma agressiva ascensão, Arendt (2010) aponta que a tecnologia invadiu as três atividades humanas fundamentais, ou seja, o labor, o trabalho e a ação foram completamente modificados, a ponto que a mais privada de todas as atividades humanas, o labor se tornar pública.

Na perspectiva arendtiana, o labor é a atividade relativa ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e declínio estão relacionados às necessidades vitais; o trabalho – atividade que corresponde ao artificialismo da existência humana – produz um mundo ‘artificial’ de coisas, –

diferente de qualquer ambiente natural –, mas dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, ainda que esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A ação, ou seja, única atividade que é exercida diretamente entre homens sem mediação de coisas ou da matéria, satisfaz à condição humana da pluralidade pelo simples fato de os homens viverem na Terra e habitarem o mundo. Não obstante:

[...] se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais [...] É o caráter público da esfera pública que é capaz de absorver e dar brilho através dos séculos a tudo o que os homens venham a preservar da ruína natural do tempo. (ARENDT, 2010, p. 64-5).

Na obra de Arendt (2010) a condição humana é explicitada na ação e no discurso, ambos nitidamente vinculados à questão da violência (que é retirada como parte da essência humana). A faculdade da ação é que faz o homem um ser político. Às pessoas cabe a tarefa de:

[...] produzir e preservar o mundo para o constante influxo de recém-chegados que vêm a este mundo na qualidade de estranhos, além de prevê-los e levá-los em conta. [...] as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos. (ARENDT, 2010, p. 17).

Daí, percebermos que Arendt (2010) pensa em tudo aquilo que o homem tem a capacidade de fazer ou deixar de fazer; tudo o que eventualmente poderia não existir na contemporaneidade, mas existe e é obra humana, torna seu autor responsável; igualmente, tudo aquilo que deveria ser feito, e não o é.

O discurso se constitui em grandeza humana, que se contrapõe à violência, e possibilita a vida na *polis*. "O ser político, o viver numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através de força ou violência" (ARENDT, 2010, p. 35). Pela ação, na *polis*, "cada homem tinha constantemente que se distinguir de todos os outros, demonstrar, através de feitos ou realizações singulares, que era o melhor de todos" (ARENDT, 2010, p. 51).

Na perspectiva da filosofia arendtiana se faz mister delinear a conjuntura teórica em torno da insegurança no mundo moderno gerada pelo fenômeno da urbanização (delineamento desse estudo), o que se relaciona estreitamente com as pressões globais e o modo como a identidade local são

negociadas nas cidades e em bairros mais pobres, ditos populares, onde se juntam uma população excluída, consequência da ação de vários fatores, como políticas públicas.

Como já mencionamos nessa dissertação, na compreensão das Ciências Sociais há uma verticalização onde a elite desfruta das oportunidades de mercado e os pobres ou excluídos ocupam espaços abandonados e desmembrados. Nesses espaços residem “cidadãos da última fila”, confinados nesse lugar, cuja esperança é permanecer na cidade sem se afundar na miséria. Mesmo ilhados e segregados, esses diferentes despertam o medo em outros, mas, também, sentem medo do outros; é a tensão da contemporaneidade. O medo do outro que Bauman (2009, p. 14) define como xenofobia, é o medo que o ser humano tem do que lhe é diferente, e ao compartilhar o espaço com o estrangeiro cria um sentimento de perigo iminente. “A xenofobia – a suspeita crescente de um complô estrangeiro e o sentimento de rancor pelos ‘estranhos’ – pode ser entendida como um reflexo perverso da tentativa desesperada de salvar o que resta da solidariedade local”.

Em razão de vários fatores, o crescimento da população mundial, somado à elevação das exigências dos homens cada vez mais imersos nos ambientes construídos e identificados com conceitos artificiais de vida, cujas bases são direcionadas a um alto nível de consumo, distancia-se dos cuidados necessários para preservação da especificidade da vida social nos grandes centros urbanos. Estes surgiram a partir do século XIX, com a expansão das cidades nascidas a partir da Revolução Industrial. Bauman (2009), referindo-se às discussões e receitas para cidades, entende que as realidades da vida urbana logo chegaram para arruinar essas cuidadosas classificações. Na prática não têm tanta serventia para os planejadores urbanos, e, menos ainda, para os habitantes que enfrentam os desafios da vida na cidade. O Estado moderno se modificou (redução do controle estatal) e teve de enfrentar a tarefa de lidar com o medo sob uma nova realidade.

Contudo, pensa-se que o homem tem predisposição natural para descobrir novos caminhos e ultrapassar obstáculos que viabilizem a conquista, sobretudo, dos espaços desconhecidos, com base em uma falsa premissa de que todas as suas investidas estão direcionadas para o bem da sociedade. Mas de fato através de suas ações, o homem poderá proporcionar uma desenfreada degradação no seu *habitat*, colocando em risco o seu bem-estar e a própria sobrevivência da espécie, de acordo com a reflexão de Arendt (2010). Ora, se o homem age sobre o

espaço natural e, na concepção de Lefebvre (1994, p.26), o espaço é produto da atuação humana sobre a natureza, não é um objeto científico afastado da ideologia e da política, o que caracteriza a pretensa neutralidade e não interferência da ideologia e da política na sociedade, há que pensarmos que os espaços públicos de lazer são resultados políticos e estratégicos da própria sociedade. Possivelmente, a análise da historicidade dos espaços públicos de lazer de Londrina-PR – Zerão, Igapó I e Igapó II – nos possibilitará melhor compreensão de que o espaço sempre foi político e estratégico.

As razões expostas pelos estudiosos sobre o destino das cidades globais implicavam na tentativa de fazer que o pensamento dominante aceitasse essa premissa como fundamento para o novo plano teórico que se via em criação. Contudo, Bauman (2009) acentua que quem mora na cidade contemporânea se torna objeto de investimentos urbanísticos e de difuso sentimento de medo. Para se dimensionar o que seria confiança e medo nas cidades, o autor considera que a dinâmica estrutural das cidades contemporâneas se constitui em uma política de controle e de repressão. As dimensões dessa política são expressões regionalizadas e globais.

A modernidade impõe uma sociedade de risco e o entendimento de complexidade que permeia a análise das implicações que se manifesta no processo das inter-relações entre o indivíduo e a sociedade. Também, a modernidade tem alterado significativamente a qualidade de vida dos indivíduos, ou seja, viver melhor, tanto no sentido objetivo (Índice de Desenvolvimento Humano – IDH) quanto subjetivo (individual) de ser.

Não pensamos em qualidade de vida, conceito amplo e complexo, mas em estilos de vida que denotam maior ou menor possibilidade de compreendermos como o ser humano, dividido em classes sociais culturalmente distintas, vive em espaços urbanos. Nessa perspectiva, o estudo de Serpa (2009, p. 20) não somente nos auxilia a entender o espaço público da cidade contemporânea, em especial, com alguns exemplos da realidade brasileira – Salvador e São Paulo –, como também fornece alguns conceitos relevantes para o escopo principal dessa dissertação. Na análise do autor “os estilos de vida são produtos sistemáticos do *habitus*, que, percebidos a partir das relações sociais, transformam-se em sistemas de signos qualificados socialmente”. O conceito de *habitus*, definido pelo sociólogo Pierre Bourdieu, está relacionado ao formato do comportamento que o indivíduo

incorpora da sua situação social, na construção de sua identidade social, que “se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo ‘desigual’ e ‘diferente’”. Como o *habitus* é a incorporação de noções objetivas da estrutura de capital em determinada posição no campo específico (o que se associa à hierarquização nas sociedades de classe), tendemos a concordar com o autor que a “acessibilidade ao espaço público da cidade contemporânea é, em última instância, ‘hierárquica’”.

A pesquisa de campo e a investigação sobre o uso dos espaços públicos de lazer da cidade de Londrina poderá, como hipótese, confirmar essa noção de Serpa (2009) e apontar algumas dimensões políticas e socioculturais da apropriação social desses espaços investigados.

Não obstante, no âmbito da realidade brasileira, buscamos a associação de alguns estudos, dentre os quais, além do já mencionado de Serpa (2009), analisamos Acselrad (1999; 2004), Zaluar (1994; 2003), Caldeira (1991; 2000) e Misso (2006; 2007; 2010). A pretensão foi reunir subsídios para a análise do material empírico coletado na cidade de Londrina durante a pesquisa de campo. As contribuições desses autores compõem inserções teórico-metodológicas necessárias ao trabalho dissertativo, quando requer abordagens mais específicas como expressão da violência no Brasil do século XXI, organização socioespacial das cidades brasileiras e política brasileira que congrega preocupação paisagística e uso sustentável dos espaços públicos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método é o caminho para se chegar a determinado fim. O método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento.

Antônio Carlos Gil

Com base na revisão de literatura e nos objetivos propostos na presente dissertação, buscamos maior compreensão para a estruturação da metodologia da pesquisa de campo, com vista à obtenção de dados empíricos para análise.

Na organização da metodologia para o estudo começamos pela identificação dos propósitos da pesquisa, a área e o tópico de investigação, questão central e problematização para escolha e coleta de dados. Para tal, contamos com uma variedade de pesquisas e de abordagens – qualitativa e quantitativa –.

A área e o tópico de investigação foram identificados, respectivamente, sendo a geografia no contexto da dinâmica ambiental e a análise sobre os impactos do uso das cidades: a violência no uso dos espaços públicos de Londrina-PR na perspectiva de urbanização. A identificação da questão norteadora partiu do interesse da autora dessa dissertação em estabelecer uma relação entre a insegurança no mundo moderno gerada pelo processo de urbanização e a expressão da violência nos espaços públicos de lazer na cidade de Londrina – PR, mais especificamente, na área de lazer Luigi Borghesi, o Zerão, e o Lago Igapó I e Igapó II, uma das mais belas áreas de lazer da cidade.

3.1 TIPOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Na investigação de campo, optamos pela pesquisa exploratória, por entendê-la como conveniente na busca de respostas à questão norteadora.

Conforme Gil (2002), as pesquisas exploratórias têm por objetivo proporcionar ao pesquisador maior familiaridade com o problema do estudo, visando torná-lo mais explícito ou possibilitando a construção de hipóteses. Consideramos, também, a aplicação de Vergara (2004, p. 47) que a pesquisa exploratória, comumente, “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado e por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa”.

Nessa compreensão, a escolha da pesquisa exploratória se deve a natureza da situação investigativa, que envolveu vários aspectos e/ou condições, e grupos de pessoas que freqüentam os espaços públicos de lazer com perspectivas potenciais de diferenciação para facilitar a análise das variáveis avaliativas, determinadas no instrumento de coleta de dados. Como primeiras variáveis, abordagem de ordem mais geral, buscamos a identificação de características que permitissem traçar um perfil da amostra (dados pessoais, hábitos de atividade e freqüência e distribuição geofísica, proximidade do local). Como variáveis mais específicas, pautamos questões relativas à (in)segurança no uso dos espaços públicos investigados.

Usamos as seguintes técnicas de pesquisa auxiliares: pesquisa bibliográfica, telematizada, descritiva e etnográfica, e entrevistas não estruturadas, aplicadas individualmente e a grupos de freqüentadores.

Gil (2002, p. 44-5) explica que a pesquisa bibliográfica é adequada para complementação de pesquisas do tipo exploratórias, uma vez que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nessa dissertação, a pesquisa bibliográfica recaiu em livros, revistas e artigos publicados em meios convencionais e eletrônicos, razão que explica o uso da pesquisa telematizada, cuja principal característica, como discorre Vergara (2004), é a utilização de meios *online* como *internet*, *intranet* e *extranet*. Na pesquisa telematizada a *internet* foi o principal veículo – Google *scielo*, *scribd* e *books* – e usaram-se as seguintes palavras-chave para o acesso: urbanização; uso das cidades contemporâneas e dos espaços públicos de lazer, violência urbana, paisagismo urbano sustentável, dentre outras.

No entendimento de Gil (2002), a pesquisa descritiva tem por objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, busca o estabelecimento de relações entre variáveis propostas no estudo. Tal

como entende Vergara (2004, p. 47), a pesquisa descritiva “não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, bem como não há interferência do pesquisador, procura apenas descobrir a freqüência, a característica, as causas e conexões com outros fenômenos”.

Uma das facilidades possibilitadas pelas pesquisas descritivas é a utilização de técnicas padronizadas para a coleta de dados, como, por exemplo, o questionário usado nessa dissertação como instrumento de investigação. Gil (2002, p. 129) explica que a aplicação do questionário em estudos investigativos garante o anonimato das respostas; permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente, não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

A entrevista não estruturada, aplicada individualmente ou a grupos de pessoas usadoras do Zerão, Igapó I e II, teve por objetivo constituir o campo de investigação. A investigação acerca da possibilidade ou não da participação do sujeito foi feita com uma abordagem flexível, de cunho etnográfico, para permitir o acompanhamento das manifestações dos potenciais participantes.

A abordagem etnográfica compreendeu o estudo, pela observação direta, das formas costumeiras de viver desse grupo particular de freqüentadores, visto que a etnografia, como abordagem de investigação científica estuda preponderantemente os padrões mais previsíveis do pensamento e comportamento humanos manifestos em sua rotina diária e, ainda, se preocupa com fatos e/ou eventos menos previsíveis ou manifestados particularmente em determinado contexto interativo entre pessoas ou grupos. O significado local e a organização do significado local para as pessoas estudadas, a comparação e a descrição constituíram aspectos importantes, analisados nessa dissertação. Nesse sentido, concordamos com Macedo (2004) que a contribuição do trabalho etnográfico e, também, a própria etnografia, é como a escrita do visível.

3.2 UNIVERSO, AMOSTRA E CAMPO DE COLETA DE DADOS

Na compreensão de Vergara (2004), a população ou o universo de uma pesquisa é um conjunto de elementos constituído por pessoas, empresas,

produtos, etc., com características que são essenciais para a análise das questões propostas em qualquer estudo. Em nossa dissertação, o universo foi constituído pela totalidade dos habitantes urbanos do município de Londrina, Estado do Paraná, considerados potenciais freqüentadores dos espaços públicos de lazer oferecidos pela cidade.

A amostra não probabilística teve caráter intencional e contou com a participação de trezentas e oitenta e seis (386) pessoas, de ambos os gêneros, que gentilmente concordaram em responder as questões propostas no questionário. Os participantes foram convidados pela própria pesquisadora e, somente, considerados como parte da amostragem válida aqueles que, após a abordagem inicial feita através da entrevista, concordaram em ouvir a leitura e responder ao questionário. Com vista à abordagem sobre a percepção da violência, adotamos como critério de inclusão (exclusão) a relação espaço-temporalidade, isto é, compuseram a amostra pessoas que freqüentam os espaços públicos há pelo menos um ano, antes de ocorrida a entrevista (dezembro de 2010).

3.3 CAMPO, INSTRUMENTO E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Nosso campo de coleta de dados é formado por três (3) espaços públicos de lazer, localizados na cidade de Londrina, Estado do Paraná – Zerão, Igapó I e Igapó II. A constituição do campo de coleta de dados, feita por meio da entrevista não estruturada, teve como perspectiva a obtenção de dados em uma pluralidade de áreas públicas de lazer que, em hipótese, atraem pessoas com características sociocultural e econômica diferenciadas.

A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação do questionário (APÊNDICE A), elaborado e aplicado pela pesquisadora, com roteiro estruturado a partir de informações levantadas nas pesquisas auxiliares – bibliográfica e telematizada –.

O questionário foi composto por questões objetivas dos tipos afirmativas e identificativas de opções em múltipla escolha, e questões subjetivas de cunho explicativo ou complementativo.

As dezesseis (16) questões totais do questionário usadas na coleta de dados possibilitavam aos componentes da amostra que não se identificassem com as alternativas de respostas apresentadas, optassem pela inclusão da categoria ‘outro’ ou manifestassem vontade de não responder, que foi respeitada na íntegra sem novo questionamento.

O procedimento de coleta de dados ocorreu no período de primeiro a doze de dezembro de 2010 (1 a 12 dez 2010), da quarta-feira da primeira semana até o sábado da semana seguinte, em turnos e horários diferenciados, a saber: no período matutino, das sete às nove horas (7h às 9h); em horário intermediário, isto é, entre final do período vespertino e início do noturno com início às dezessete horas e término às vinte e uma hora (17h30 às 21h).

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Escolhemos a análise de conteúdo, descrita por Vergara (2004, p. 15), como técnica para a análise de dados coletados no questionário, por se considerar que permite a descrição sistemática, objetiva e quantitativa do conteúdo da comunicação.

O método de análise de conteúdo foi aplicado ao questionário seguindo os passos propostos pelo educador Moraes (1999, p. 7-32), quais sejam:

- a) preparação das informações: compreendeu a preparação do material coletado no questionário, com leitura preliminar das respostas atribuídas pelos participantes;
- b) unitarização do conteúdo em unidades: cada questão e cada questionário foram analisados em separada; as informações coletadas, especificadas em unidades de registros, visaram à síntese das informações;
- c) classificação das unidades em categorias: adotamos um procedimento específico para agrupar os dados já especificados por unidade, segundo a parte comum e similaridade de respostas;

- usamos como auxiliar tabelas e gráficos elaborados no *software Excel*, versão 2007;
- d) descrição: organizamos a compreensão dos dados (depois de compilados pelo Departamento de Estatística da UEL) por categorias e similaridade das respostas, usando técnicas de estatística aplicadas com auxílio do *software Excel*, versão 2007;
 - e) interpretação: de posse dos dados categorizados e descritos, procedemos a análise com abordagens qualitativa e quantitativa, na perspectiva de se responder a questão central da dissertação, em contrastação e inserções teóricas relacionadas ao referencial teórico-conceitual.

Como explica Moraes (1999, p. 7-32), as categorias necessitam ser válidas, pertinentes ou adequadas, razão que nos levou a construção de três (3) matrizes individualizadas para categorizar as informações coletadas, a saber: (a) perfil da amostra, contendo dados pessoais e proximidade geofísica ao local; (b) hábitos de freqüência aos espaços públicos investigados, atividades e horários de freqüência ao local, e, (c) percepção da violência, violência vivenciada ou observada no local e segurança pública, como imaginário do medo.

3.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Nossa dissertação foi elaborada no período de 2010 e 2011 e abrangeu uma amostra específica. Por assim ser, acreditamos que os resultados evidenciados não podem ser maximizados para outras demandas, ainda que, similares. Entretanto, dada a limitação do campo de coleta de dados e dos resultados alcançados, ainda, assim, acreditamos na possibilidade de viés vinculado ao fato de que a expressão da violência urbana é um debate que se atualiza cotidianamente. A compreensão, a participação e a receptividade das pessoas entrevistadas e observadas no cotidiano de sua atividade de lazer foram elementos incentivadores, ao tempo em que confirmaram a importância do processo dessa pesquisa para o objetivo proposto, demonstrando a relevância do tema. Vale frisar,

por fim, que é possível que as reflexões apresentadas nesse trabalho dissertativo se transformem em contribuições aos debates sobre a temática-foco, porém as freqüências absolutas (n) expressas nas categorias de análise precisam ser avaliadas com ressalvas.

4 CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER: O IMPACTO DA URBANIZAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DESENFREADO EM LONDRINA

*Londrina
 Cidade de braços abertos
 A todos os filhos do nosso Brasil!
 E a todos aqueles de Pátria distantes,
 Que aqui confiantes
 Sob um pálio anil,
 Seu lar construíram e aos filhos se uniram,
 E aos filhos se uniram do nosso Brasil!
 Londrina!
 Cidade que sobe, que cresce,
 Que brota e floresce,
 Que em frutos se expande!
 Que a Pátria enriquece,
 Que alta, e que grande,
 O encanto oferece
 De sempre menina!
 Londrina!
 Das matas e das derrubadas,
 Londrina das roças de espigas dobradas!
 Das filas cerradas de pés de café!
 Dos grandes poentes das tardes douradas
 [...]*

*Hino a Londrina
 Música: Andrea Nuzzi
 Letra: Francisco Pereira Almeida JR.*

O nosso marco teórico que há pouco fundamos, nos permite abordar algumas especificidades do território onde se localiza a área do estudo, quanto ao processo de urbanização, e fazer uma leitura do espaço urbano da cidade de Londrina, Estado do Paraná. Iniciamos com a geografia urbana de Londrina e a perspectiva de uma cidade em movimento crescente de urbanização, o que determina constante construção e reconstrução de seus espaços públicos.

4.1 GEOGRAFIA URBANA DE LONDRINA

Em nossa proposição de estudo, fez-se necessário melhor entendimento das questões territoriais e da dinâmica de produção dos lugares na

cidade para estabelecermos os efeitos da urbanização sobre o território. Neste sentido, um breve histórico certamente nos ajudará no entendimento dos efeitos trazidos pelo crescimento da cidade de Londrina. A base para a composição dos textos sobre a história da formação e institucionalização do município e aspectos geográficos e urbanos da cidade foi o material coletado na pesquisa telematizada, em endereços eletrônicos acessados no Google, e na pesquisa bibliográfica em documentos e relatos históricos publicados de forma convencional, disponibilizados na Biblioteca da Universidade Estadual de Londrina e Biblioteca Pública Municipal Professor Pedro Viriato Parigot de Souza e no Museu Histórico Padre Carlos Weiss, ambos localizados na cidade de Londrina.

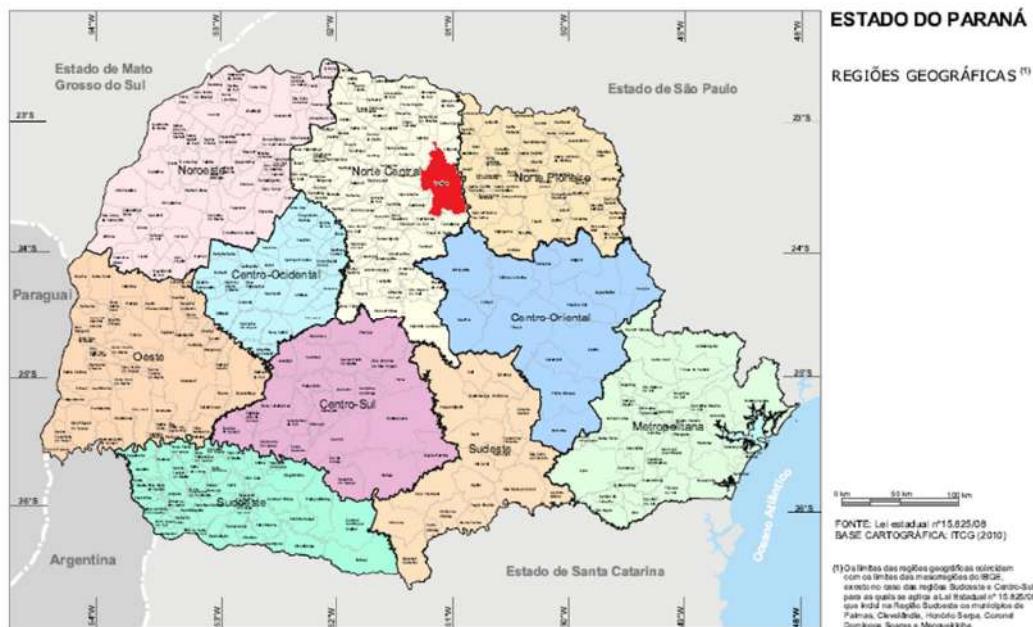


Figura 1 – Localização geopolítica do município de Londrina
Fonte: IPARDES (2010).

O município de Londrina situa-se na região Norte do Paraná (Figura 1) e surgiu, em 1929, como primeiro posto avançado do projeto de colonização. Na tarde do dia 21 de agosto de 1929 chegou a primeira expedição da Companhia de Terras Norte do Paraná ao local denominado Patrimônio Três Bocas, no qual o engenheiro Dr. Alexandre Razgulaeff fincou o primeiro marco nas terras onde surgiria Londrina.

O nome da cidade, que significa pequena Londres, internaliza a homenagem prestada à européia Londres pelo Dr. João Domingues Sampaio, um

dos primeiros diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná. A criação do município, desmembrado de Jataizinho, ocorreu cinco anos depois de estabelecido o marco territorial, por meio do Decreto Estadual nº 2.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, em 3 de dezembro de 1934.

Londrina, já nos anos de 1950, emergiu no cenário nacional como importante cidade do interior do Brasil. Naquele período apresentou considerada expansão urbana em razão da produção e comercialização cafeeira no norte paranaense, em função da intensificação do setor primário de toda região. A partir de 1950, em apenas um decênio, a população passou de 20.000 habitantes para 75.000, sendo que quase metade se encontrava na área rural. Entretanto, já apareciam os primeiros sinais do êxodo rural. Na década de 1960 surgiram os primeiros conjuntos habitacionais, edificados pela Companhia Paranaense de Habitação (COHAB) e atendiam às populações mais necessitadas da sociedade londrinense.

Na década seguinte, em 1970, o município de Londrina contava com 230.000 habitantes e uma produção agrícola voltada para o mercado externo. Nessa época, criaram-se os primeiros centros industriais para incentivo e coordenação do desenvolvimento industrial da cidade. Em decorrência, houve uma ampliação de obras de infra-estrutura e da prestação de serviços públicos como educação, sistema de água e esgoto, pavimentação de vias vicinais, energia elétrica, sistema de comunicação, criação do Parque Arthur Thomas e praças públicas, construção da nova Catedral, do Ginásio de Esporte Moringão, dentre outras.

A década de 1980, marcada pela fase de ação administrativa, veio o incentivo ao planejamento urbano. Foi retirada a ferrovia do centro da cidade, criadas as vias expressas norte-sul, a Avenida Leste-Oeste e a instalação do terminal urbano de transporte coletivo.

Nos anos de 1990, a cidade apresentou uma estrutura voltada às áreas residenciais, com destaque à região central em razão do desenvolvimento da construção civil, refletida em inúmeros edifícios de padrão médio e alto. A região Norte da cidade, que em décadas anteriores era determinada como região rural, revelou-se como maior área residencial da cidade, apresentando uma concentração de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e outras instituições como o Instituto de Previdência do Estado (IPE).

Em um decênio a geografia urbana de Londrina mudou com o zoneamento urbano determinado pelo Plano Diretor Participativo da Prefeitura Municipal de Londrina (PDPML), cujas ações estratégicas para suportar o crescimento e urbanizar a cidade deveriam ser realizadas no período de 1990 a 2000. A partir de 2001 entra em discussão o PDPML, cujos trabalhos de revisão ainda estão em processo de construção.

Uma das ações previstas no PDPML (1990-2000) era com as novas configurações do espaço geográfico do município. Nesse sentido, em 2008 foi editada a Lei nº10.637, de 24 de dezembro, orientando o macrozoneamento tanto rural como urbano (Figura 2).



Figura 2 – Zoneamento urbano da cidade e área contígua rural de Londrina.
Fonte: LONDRINA (2008).

Atualmente, Londrina figura como a terceira cidade do Estado do Paraná e classificada no *ranking* nacional como quarta cidade de toda a região sul do país, tendo o segundo maior parque industrial do Estado (LONDRINA, 2009), tem 149.593 domicílios e 1.847 estabelecimentos industriais e uma população censitária de 506.707 habitantes majoritariamente em área urbana, embora o município tenha área de 1.651 km². (IBGE, 2010).

A área urbana, que está contornada no distrito sede, em cor vermelha, na Figura 3, apresentada a seguir, é formada por 1.651 km² e tem uma capacidade de expansão de 80,68 km², que ocupada, totalizaria 245,01 km² de área urbanizada.



Figura 3 – Área urbana e distritos de Londrina.
Fonte: LONDRINA (2009).

Percebemos que a modificação da paisagem na área urbana de Londrina, possibilitada, sobretudo, pelo processo de urbanização e, consequente, zoneamento surgidos, principalmente, pela especulação imobiliária e ação das políticas públicas urbanização e habitacional, acompanha a evolução da paisagem que se transforma da noite para o dia. Atentamos para áreas residenciais de alto padrão, formado por condomínios e áreas residenciais populares, descobrimos, então, que fazem parte da margem de transição entre o urbano e o rural, concentrando atualmente serviços até então inexistentes – essencialmente circundantes do centro da cidade até a década de 1990 –, mas necessários para suprir a demanda populacional aí instalada. É a cidade em movimento de (re)construção.

4.2 A CIDADE E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

A cidade de Londrina é uma cidade em movimento de construção e reconstrução de seu espaço sociogeográfico, pois se em 1969 a cidade possuía 228 unidades habitacionais populares, em 2009, atingiu 36.227; se até 1997 foram assentadas 356 famílias, até 2009, assentamentos e favelas abrigam 2.817 famílias em áreas regularizadas ou aptas para a regularização. Em uma área total de 79.267.178 m² de terrenos considerados urbanos, 26.878.526m² não têm destinação de uso – baldios –, 37.016.766 m² são áreas residenciais, 1.276.914 m² concentram áreas de esporte, diversão e lazer, o restante (m²) está ocupado por indústrias, saúde, ensino, templos, cultura (LONDRINA, 2009).

Sabemos que 493.530 pessoas residem na área urbana de Londrina (IBGE, 2010). Mas, ainda que não tenhamos dados estatísticos confiáveis sobre o contingente da população que vive em condomínios de classes média e alta, sequer temos a noção de quantos são os desabrigados por falta de moradia ou aguardando a regularização de áreas invadidas, as informações do parágrafo anterior nos dão uma idéia da problemática da urbanização e da construção dos espaços públicos londrinense. Contudo, estudar as cidades, no dizer de Grinover (2006, p. 33), é ir além de constatações óbvias sobre o real que se manifesta no meio urbano; é considerar outras importantes variáveis que dão referências e valores ao espaço urbano. Variáveis estas que na opinião do autor são: a história, a cultura e o desenvolvimento socioeconômico, responsáveis pela identidade e qualidade de vida.

O espaço público de lazer é, antes de tudo, parte do espaço geográfico de uma cidade de qualquer porte e, como tal, tem sua complexidade. Conforme Serpa (2009, p. 10) “[...] discutir o espaço público na cidade contemporânea não é tarefa fácil [...]. Os impactos negativos existem e não podem ser esquecidos, pois assim como a atividade de lazer promove a saúde e a cidadania, a deterioração desses espaços pode enfraquecer-las.

Pela análise de Grinover (2006) e Serpa (2009), evidenciamos que a perda de importância dos espaços públicos, também, se reflete na perda da sociabilidade das pessoas recolhidas em seus cotidianos domésticos e profissionais. O que se questiona são os motivos pelos quais essas pessoas ficam recolhidas com

medo da violência e da falta de segurança existentes nos espaços públicos. E o que são esses espaços públicos para elas. Que construção a coletividade espera deles?

Espaços públicos urbanos são lugares de vida coletiva na cidade, onde o caráter público se manifesta na vida cotidiana, condição que só foi possível no contexto da densidade social e cultural produzida pela e na cidade. Cabe ressaltar neste ponto, a importância e relevância da condição espacial do espaço público. Lefebvre (2004) concebe que o espaço vivido ou espaço de representações, é aquele diretamente vivido através de suas imagens e símbolos associados. É, portanto, o espaço que a imaginação do homem procura mudar e apropriar.

Pensar o espaço público comporta, portanto, reconhecer uma dimensão física cotidiana relacionada ao desenvolvimento da cidade e da cidadania. Quando Santos (2002, p. 153) afirma que:

[...] o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções,

ficam claras a subjetividade e, também, a pluralidade social que envolve o conceito de espaço.

O conceito de ‘público’ independe da matriz teórica na qual é trabalhado. Oliveira (2010) propõe que o sentido do termo ‘público’ implica necessariamente em uma noção de coexistência e coabitação de homens, objetos, relações e fenômenos, pressupondo um sentido plural. Tal coexistência e coabitação acontecem e ganham evidência em algum lugar qualquer. Porém, o lugar onde o ‘público’ se realiza e que se torna intrínseco ao fenômeno é o que denominamos de ‘espaço público’. Analisando desse modo, o substantivo ‘público’, como fenômeno ou evento, se apóia em outro substantivo que é o espaço – aspecto evidenciado da geografia –, que é o suporte físico, o produto social e a condição do lugar realizado como ‘público’. Assim, o ‘público’ substantivo – visto como domínio ou esfera – é, ao mesmo tempo, um adjetivo, que qualifica um dado lugar onde ele se realiza. Na reunião desse substantivo que é também um adjetivo, surge o espaço público.

Outro ponto importante, conforme o citado autor, é que procuramos tratar o espaço público como um espaço-temporalidade, resultante do desenvolvimento das sociedades e com transformações de suas finalidades e

atributos através do tempo. O atual espaço público de Londrina é um espaço-temporal, dinâmico, resultado das inferências do homem nas diferentes esferas social, cultural e econômica.

A extensão das cidades – percebida no sentido geográfico dos conceitos: espacialidade e territorialização – pode ser entendida como processo que se não for politicamente avaliado gerará, certamente, uma crise de abrangência multifacetária. Entende Santos (2004, p. 189) que “a utilização do território pelo povo cria o espaço”. Assim, quando o espaço é dominado pelo homem, que é o único ser com a capacidade de racionalização, o espaço se torna território – territorializado –. A territorialização é o processo determinante do uso do território. Se a ocupação ocorre por um processo legal ou ilegal pela luta de classes, a espacialização representa o registro no espaço social dessa luta. Nessa compreensão, abstraímos do citado autor uma das faces da crise da extensão das cidades contemporâneas, em especial, no que diz respeito à noção das Ciências Sociais e Humanas sobre o conceito de território e de espaço. Pensar o território de Londrina como construção social surgida a partir de manifestações e domínios no e do espaço, é pensar que esse território é representado por múltiplos espaços. É, também, pensar que na extensão física da cidade, Londrina comporta áreas esportivas e de lazer – museus, praças, ruas e tantas outras –.

A construção social – do território – mediante essa face de crise da cidade, somando-se a isso o cumprimento da necessidade de lazer da sociedade, facilmente entendemos a construção dos espaços públicos de lazer, comumente, ditos espaços públicos formalmente construídos. É bem verdade que o uso do território cria o espaço. Um exemplo típico da realidade brasileira é o fato de antigos campinhos de futebol de várzea se tornar áreas comunitárias de lazer e de práticas desportivas.

As cidades, em consequência do crescimento urbano desordenado e em função do crescimento populacional que não foi acompanhado pelo desenvolvimento social, estão despreparadas para garantir qualidade de vida equitativa para todos os habitantes. O processo de urbanização que se estendeu por todo o espaço, como afirmou Lefebvre, e o aumento da densidade populacional nas áreas urbanas – dois fenômenos em que um é consequência do outro –, aliados à falta de planejamento das cidades brasileiras, geraram um encolhimento das áreas públicas de lazer, notadamente as livres – naturais –. Porém, a partir da década de

1990, ainda que alguns exemplos bem-sucedidos tenham surgidos em décadas anteriores, impulsionados pelo desenvolvimento sustentável – uso racional dos recursos naturais – o urbanismo paisagístico sustentável começou a tomar conta e a estruturar os espaços públicos formalmente construídos.

Nas grandes cidades do Brasil e do mundo ocidental, a palavra de ordem é, portanto, investir em espaços públicos ‘visíveis’, sobretudo, os espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Esses projetos sugerem uma ligação clara entre ‘visibilidade’ e espaço público. (SERPA, 2009, p. 26).

Nesse sentido, buscamos refletir com Arendt (2010, p. 60) na afirmação de que a “esfera pública só tolera o que é tido como relevante, digno de ser visto ou ouvido, de sorte que o irrelevante torna-se automaticamente assunto privado”, o que não significa dizer que não seja importante, é “tão somente formas distintas de existência social”.

Vem disso uma tentativa de itinerário mental, onde o primeiro passo é representado pelo fato de que a cidade, mais como espaço geofísico e menos como espaço social, está presente em boa parte das políticas de desenvolvimento, que vão desde a inovação tecnológica, a revolução cognitiva, as dinâmicas econômico-financeiras, a preservação do meio ambiente até a presença de fenômenos migratórios, de manifestações multiculturais, de novas formas de *governance*, dentre outras. Seriam elas estratégias para escapar da esfera pública e invadir a privada? Acselrad (1999) analisa a política brasileira voltada à construção e ao uso dos espaços públicos de lazer em relação à sustentabilidade socioambiental desses espaços. Entende o autor que falhas ou mesmo falta de um planejamento mais adequado ao meio ambiente natural pode não ser eficaz para resolver questões sociais, mas pode ser, sobretudo, um primeiro significativo passo. Daí a necessidade de um planejamento, se não diretor, pelo menos plurianual, capaz de impulsionar o desenvolvimento e a inclusão social.

Ao analisar as transformações nas cidades contemporâneas, Souza (2008b) se refere à falta de planejamento nas cidades brasileiras. Concorda com Acselrad (1999) e explicita que um planejamento tecnicamente melhor não seria suficiente para alterar o quadro vigente de injustiça social e da má qualidade de vida da maioria da população nas cidades brasileiras.

O problema no que diz respeito ao planejamento urbano promovido pelo Estado no Brasil, não é nem mesmo sua falta, é sim sua escassez. Souza (2008b) comenta acerca da ausência de tradição e cultura de planejamento formal e quando existente há uma freqüente má qualidade técnica. Ressalta o autor que em muitas cidades brasileiras se constata a ausência de qualquer plano diretor, que, conforme determina o artigo 40 do Estatuto da Cidade, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do município. Não há como articular as diversas políticas públicas existentes, fazendo-as convergir e uma única direção, para garantir desenvolvimento das funções econômica, social e ambiental de um município, se não há um plano diretor, elaborado com participação social.

No que se refere à cidade de Londrina, esclarece Bortolo (2010) que seu crescimento urbano se deve às atividades econômicas, bem como pela sua área de influência de dimensões nacionais e internacionais, considerada pólo regional de atração comercial e industrial. Londrina tem um Plano Diretor desde a década de 1990, atualmente em fase de rediscussão. São resultantes desse planejamento muitos dos espaços públicos formalmente construídos em Londrina.

4.3 A CIDADE EM MOVIMENTO E O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO

Algumas questões instigaram a elaboração desta pesquisa, sendo estas nosso foco: como vem sendo abordada a relação entre a cidade em movimento, ou seja, o fenômeno da urbanização e, a *posteriore*, a violência daí conseqüente mais especificadamente no espaço público de lazer. Vimos em Arendt (2010) que a *polis* tem uma representação paradigmática na sua tentativa de pensar e compreender o espaço, aquele, “no qual eu apareço aos outros e os outros a mim” (p. 63); “onde os homens assumem uma aparência explícita, ao invés de se contentar em existir meramente como coisas vivas ou inanimadas” (p. 89).

A partir da busca de resposta para estas questões, procuramos identificar em nossa pesquisa de campo os conceitos articulados pelos doutrinadores que embasaram nosso estudo. Nesse contexto, uma maneira coerente de compreender o espaço da cidade seria então enxergá-lo como sendo a retomada do espaço público urbano como elemento funcional e estrutural do tecido

urbano e catalisador social. No dizer de Santos (2001), compreender o espaço da cidade implica não só no estudo conjunto das duas dimensões, isto é, a material e a imaterial, que o completam, mas, também, na observação dos processos que transformam a matéria em energia, ou seja, os processos que transformam uma simples forma em uma forma-conteúdo.

[...] Então, a cidade nos traz, através de sua materialidade, que é um dado fundamental da compreensão do espaço, essa presença dos tempos que se foram e que permanecem através das formas e objetos que são também representativos de técnicas. É nesse sentido que eu falei que a técnica é sinônimo de tempo: cada técnica representa um momento das possibilidades de realização humana e é por isso que as técnicas têm um papel tão importante na preocupação de interpretação histórica do espaço. (SANTOS, 2001, p. 2).

Londrina se consolidou como pólo regional de bens e serviços e se tornou a partir da década de 1990, cidade referência no Estado do Paraná, quando foi desenvolvido o primeiro plano diretor para organizar, dentre outras políticas públicas, a de urbanização. O crescente desenvolvimento da cidade é um fenômeno que instiga o pesquisador a investigar hipóteses que, ao final, ajudarão a entender as conseqüências de uma cidade em movimento rumo à urbanização, com seus problemas e possíveis soluções. Destacamos aqui, a importância da psicoesfera, teorizada por Santos, por estimular o imaginário e permitir reflexões sobre a produção de um sentido relacionado ao lugar.

A sociedade urbana, melhor dito, urbanizada pela política de urbanização, é uma hipótese de intersecção entre a cidade industrial e a zona crítica. Essa sociedade nasceu da industrialização que dominou e absorveu a produção agrícola, mas, ao mesmo tempo, se distanciou do mundo rural, criando novos estilos de vida. Essa particularidade assinalada pode melhor ser identificada quando estamos diante de uma cidade em movimento, ou rumo a metropolização. Londrina é uma cidade que passou por um processo de industrialização e se afastou do rural, vive na zona crítica, ou seja, da ‘implosão-explosão’. Como defende Lefebvre (2001), ocorreu à concentração urbana, o êxodo rural, a subordinação completa do agrário ao urbano.

A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centro de decisão etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade

camponesa. Alinhama-se com a cidade, porém resistindo-a às vezes, dobrando-se ferozmente sobre si mesmas. (LEFEBVRE, 2001, pág. 74).

Na compreensão de Bauman (2009), o complexo desenho das cidades do século XXI, devido ao fenômeno da urbanização, é caracterizado por um emaranhado de contradições, com algumas áreas bem estruturadas e ricas e outras precárias e pobres. Em Londrina como em qualquer outra cidade, esse desenho é resultado de um longo processo histórico de conflitos sociais pela construção e consumo do espaço urbano, que têm as mais remotas origens na revolução industrial, observado em nível mundial.

Pensar na cidade de Londrina como cidade em movimento remete a Santos (2001) e sua técnica de observação do espaço. Essa técnica consiste em analisar a percepção das coisas como paisagem e espaço, sendo a paisagem algo estático e definido, mas espaço vida que se movimenta. Olhar a paisagem da pobreza da cidade de Londrina, por exemplo, é insuficiente para comprehendê-la como fenômeno social, mas é um primeiro passo para detectar peculiaridades de sua arquitetura e a disposição dos seus objetos. Mas, se não podemos compreender a extensão do fenômeno social retratado na paisagem, percebemos que tudo se move, se constrói e se reconstrói em um movimento contínuo. O agente motor desse movimento é o homem que, com suas ações, constrói paisagens exuberantes como condomínios horizontal e vertical, ricamente ornados, ou paisagens pobres como palafitas e favelas. A cidade de Londrina conjuga essas paisagens.

A mundialização é um fenômeno que está no movimento das cidades. A mundialização das relações produziu relações hierárquicas, o que, conforme Santos (1997), estimula a contradição em toda parte como nas formas diversas de nacionalismo, fundado na exploração dos recursos naturais e humanos e na pobreza crescente lado a lado com a riqueza exorbitante. O espaço se tornando global, a princípio, seria um capital comum a toda a humanidade. Contudo, sua utilização efetiva é reservada àqueles que dispõem de um capital particular, os detentores do poder, únicos capazes de usufruir a dissolução das fronteiras territoriais e temporais. Nesse movimento, a cidade de Londrina também ruma à mundialização, o que, por vez, muda as relações mais singulares do espaço público – paisagem e espaço –.

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, “únicos”. Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço – homens, firmas, instituições, meio ambiente -, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais. (SANTOS, 1997, p. 34).

Nessa compreensão, observamos em Bauman (1999) que a globalização se apresenta sobre diferentes visões e explicações, sendo vista sob diversas óticas: sociológica, política e econômica. Pela ótica sociológica, o que verificamos é que a globalização parece estar significando o surgimento de um novo modelo de organização social, que caminha rumo à estruturação-consolidação. Aqui, claramente entendemos o impacto da globalização para acentuar a segregação social nas cidades urbanizadas como Londrina.

[...] em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la. Ela emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade – ao mesmo tempo que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade. Para algumas pessoas ela augura uma liberdade sem precedentes face aos obstáculos físicos e uma capacidade inaudita de se mover e agir a distância. Para outras, pressagia a impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual têm pouca chance de se libertar para mudar-se para outro lugar (BAUMAN, 1999, p. 25).

Pensar a cidade exige pensá-la como uma realidade complexa que envolve o urbano, a urbanização e a ocupação dos espaços públicos pelos municípios. Contudo, entender o urbano, e, por extensão a urbanização, que se traduz pelo movimento do homem em marcha rumo ao urbano, é nos surpreender com Lefebvre (2004) que percebe o urbano tanto como o lugar da expressão dos conflitos, como o lugar do desejo, como espaço político, como possibilidade de emancipação, como virtualidade em marcha.

O urbano, conforme Lefebvre (2004, p. 162-3), é a liberdade de produzir diferenças, é a possibilidade de criar situações e gestos tanto ou mais que criar objetos. O urbano quer, sobretudo, refundar a sociabilidade, substituir o contrato pelo costume, a reapropriação, pelo ser humano, de suas condições no tempo, no espaço e nos objetos, a autogestão da produção, das empresas e do território. O urbano é o espaço em construção da revolução social; é a abertura para

o novo, a materialização de uma nova ética, no sentido de um novo costume, de um novo conjunto de hábitos, nascidos da interdição de todos os privilégios, de toda a opressão, de toda a desigualdade social, cultural, econômica e política. Mais de uma vez, percebemos que o pensador entende a crise do nosso tempo como sendo (é) a crise da realidade urbana. Assim, pensar a cidade de Londrina, pensar o urbano é tocar no essencial das contradições do nosso tempo. Por esse caminho seguimos para organizar as reflexões apresentadas no próximo capítulo dessa dissertação.

5 O USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NAS CIDADES: (O ESTIGMA) OU O PARADIGMA DA SEGREGAÇÃO SOCIAL

Para os homens, a realidade do mundo é garantida pela presença dos outros, pelo fato de aparecerem a todos: pois chamamos de existência àquilo que aparece a todos; e tudo o que deixa de ter essa aparência surge e se esvai como um sonho – íntima e exclusivamente nosso, mas desprovido de realidade.

Hannah Arendt

Neste capítulo a reflexão é sobre o uso dos espaços públicos nas cidades. Vamos mostrar que o espaço público é local das tensões em sentido sociopolítico e como algumas dimensões sociopolíticas costuradas na modernidade ‘eliminam’, de forma singular, a possibilidade eclosão dessas tensões. Essa forma singular pode ser percebida nas configurações espaciais desses espaços.

5.1 DEBATE TEÓRICO ACERCA DO ESPAÇO PÚBLICO

O espaço público, como comprehende Arendt (2010), é o espaço da aparência, isto significa dizer que é o espaço propício para provocar a tensão, é, também, o espaço onde os que são iguais e ao mesmo tempo diferentes se encontram. A igualdade constituída no espaço público é uma igualdade que possibilita a diferença; no sentido apresentado na abertura desse capítulo, a aparência é, em termos políticos, um modo de ser. Então, o termo público aqui utilizado, em concordância com o pensamento de Arendt (2010, p. 61), “significa em primeiro lugar, que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade”.

O espaço social é de natureza imaterial e se refere aos vínculos traçados pelas relações entre os indivíduos e a sociedade; elementos constituidores

do tecido social que, por sua vez, são feitos por fios de comunicações que constituem o ser coletivo, isto é, o homem agindo em consonância com seus valores, sua cultura. Falarmos em espaço social é, sobretudo, falar da existência dos homens sobre a terra e de suas formas de interação social.

Como já mencionado, Arendt (2010) comprehende que não existimos individualmente, apenas socialmente, somos ser social. E, nesse circuito social, os homens se movem juntos; se envolvem diante do poder de coesão, que, sobretudo, nos ajuda a compreender as diferentes posições dos indivíduos nos grupos sociais. Estar ‘dentro’ ou estar ‘fora’ de um grupo social está ligado à capacidade que os homens têm de agir em comum, de produzir a integração em direção a um objeto compartilhado de ação; o agir coletivo. Discorre Habermas que a integração – significa integrar para a ação – resulta do pensar e agir coletivo, que se realiza no mundo da vida que, por vez, possibilita a ação coletiva, onde se transmitem valores e conhecimentos culturais. Na compreensão habermasiana, o mundo da vida é composto pelas tradições culturais, pela solidariedade dos grupos integrados por intermédio de valores e pelas competências dos indivíduos socializados. Nesse sentido, a sociedade é o mundo da vida simbolicamente estruturado, exatamente porque as relações interpessoais – base e início do mundo da vida – são coordenadas por meio de atos da fala, pela representação do mundo e pela expressão de intenções pessoais. Habermas (1990, p. 100) explica que:

a prática comunicativa cotidiana, na qual o mundo da vida está centrado, alimenta-se de um *jogo conjunto*, resultante da reprodução cultural, da integração social e da socialização, e esse jogo está, por sua vez, enraizado nessa prática.

Pensar coletivo, ou pensar socialmente a partir do estabelecimento de acordo (ação acordada), está associado à compreensão de Arendt (2002), quando analisa como o conhecimento antecede a qualquer ação; quem sabe é capaz de agir no mundo. Referimos-nos às formas de pensar coletivas, isto é, da cultura das nações que integram os grupos sociais. Mas, como entende Habermas (1997, p. 74-5), a cultura se realiza através de uma semântica própria e através de modos de operação determinados no mundo da vida.

As relações sociais mediadas então pela comunicação – que depende da cultura, do conhecimento, da tecnologia e do fator econômico do grupo

social – transformam as paisagens das cidades; transformam a cidade em objeto de consumo, principalmente, àqueles que participam da rede global de cidades. Entendemos que essa é uma das razões que fazem do sistema do turismo, tanto nacional como internacional, um dos pilares do processo de globalização, o que, sobretudo, interfere nas configurações dos espaços públicos de lazer, especialmente na arquitetura do local, na opinião de Serpa (2009).

Na análise de Bauman (2009), o mais dramático é que esse processo – globalização-mundialização, que constrói o ciberespaço – redefine o uso social do espaço, estabelece novas relações de apropriação em benefício das elites globais e exclui os grupos sociais que fazem parte da história do lugar. O argumento presente no discurso público, como esclarece Serpa (2009) ao tratar dos espaços públicos de lazer das cidades brasileiras, principalmente, os construídos com aparatos arquitetônicos para atrair o turismo, é que a circulação de moeda internacional não permitiria o investimento em atividades econômicas associadas ao turismo internacional, o que, por sua vez, levaria à criação de empregos e rendas e ao desenvolvimento social. Decorre, então, compreendermos que a atual política urbana se torna uma das estratégias mais importantes do sistema de dominação global. Essa política nem sempre reconhece o direito à cidade, que será explicado posteriormente na perspectiva teórica de Lefebvre.

5.1.1 Configurações Espaciais do Espaço Público

Se pensarmos o espaço e considerarmos como Santos (2004, p. 28) que é um “conjunto indissociável, de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a sociedade em movimento”, entendemos que o homem é integrante ativo da natureza, capaz de alterar a paisagem e o espaço. Mas, ao contrário, se pensarmos que a natureza é exterior ao ser humano e que esse é passivo em relação a ela, então, não explicaríamos como as modificações do meio natural interferem na própria dinâmica da sociedade e vice-versa. Também, é procedente lembrar que Lefebvre (2004) concebe o espaço vivido como sendo lugar das ambigüidades das relações sociais, habitado por representações, onde pequenos mundos se articulam com saberes,

sonhos, lembranças e ficções. É no espaço que se encontra a chave para a compreensão da (re)produção do homem em sociedade, devido ao poder que a representação deste possui para transformar e substituir a realidade vivida e percebida. Sendo assim, o espaço vivido se torna, sem dúvida, um meio para o homem efetivar sua ação transformadora na natureza e no tecido social, a sociedade. As representações sociais não são objetos sólidos, significados que, uma vez construídos, se transformam em uma essência estática e imutável; são dinâmicas. Esses raciocínios encaminhados com base em Lefebvre nos ajudam a compreender as novas configurações espaciais do espaço público de Londrina, a mudança da paisagem e a interferência mútua da natureza sobre o homem ou do homem sobre a natureza.

A mudança da paisagem urbana – ou das paisagens, considerando-se áreas distintas de usos diferenciados nas cidades –, nas últimas décadas do século XX, é impulsionada pela ascensão dos espaços privatizados. Já pouco se fala em pólos industriais como potencialmente determinantes de alteração dos espaços urbanos. Os “enclaves fortificados” de que se refere Caldeira (2000), isto é, os espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho, vêm transformando não só a qualidade da vida pública em muitas cidades ao redor do mundo, como, também, determinando novas configurações espaciais.

Compreendemos na leitura da citada autora que o crescimento desordenado das regiões metropolitanas, devido à falta de sérias políticas de urbanização, é responsável pela deterioração da qualidade de vida nas áreas centrais, o que ocorre em função do aumento dos índices de violência, da poluição tanto sonora como ambiental e pelo trânsito caótico. Diante disto, as camadas mais abastadas antes residentes na região central das cidades, buscam melhorar a qualidade de vida e passam a se deslocar em direção às áreas periféricas das metrópoles – não raro, áreas de exploração rural – e a desenvolver nessas áreas toda a infra-estrutura necessária ao seu conforto.

Como compreendemos na teorização de Bauman (2009) e Santos (2004), nesse deslocamento, do centro para a periferia da cidade, ocorre uma nítida segregação do espaço – mudança da paisagem – e o isolamento das comunidades mais ricas, o que produz, em consequência, uma nova forma de convívio social – restrito e restritivo –, à medida que essas regiões não são mais de domínio público, mas, ainda assim, compõem o espaço da cidade. É, pois, nas áreas periféricas das

grandes cidades, que se observam as novas configurações espaciais, exatamente porque são as procuradas para a construção desses ‘enclaves fortificados’. Se outrora, caracterizadas como áreas de infra-estrutura precária e de baixo valor de mercado, passam a espaços de alta especulação imobiliária, principalmente devido aos equipamentos de infra-estrutura que dispõem e à grande demanda gerada. Esses espaços, isolados por muros e grades, usam de tecnologias de segurança a fim de distanciar seus moradores do caos vivido no centro urbano. Nessa compreensão, pensamos em Habermas (1997, p. 101-2) quando se reporta a força socializadora do agir comunicativo; quanto mais sufocada for a liberdade comunicativa nos domínios da vida privada, tanto mais fácil ocorre a formação de uma massa de atores isolados e alienados entre si.

Como fenômeno social, o deslocamento das camadas mais favorecidas do centro para a periferia da cidade, empurra para mais longe do centro as menos favorecidas e, ao mesmo tempo, altera substancialmente a paisagem da periferia das grandes cidades em um processo bastante semelhante ocorrido com a industrialização, quando as indústrias tomaram conta das periferias das cidades industriais. A nova segregação socioespacial, da mesma forma que a provocada pela industrialização, demanda políticas públicas que, na análise de Acselrad (1999) e Serpa (2009), quase sempre não atendem as necessidades das populações urbanas. O desconforto e insegurança daí geradas vão além do estímulo à construção das fortificações contemporâneas – ‘enclaves fortificados’ – oportunizam a ocorrência de eventos que, na definição de Arendt (1985, p. 5), se refere às “ocorrências que interrompem processos e procedimentos de rotina, com potencialidade para provocar o medo e desencadear a violência”.

5.1.2 Medo e Insegurança nas Cidades

O impacto das cidades com a crescente violência urbana é uma das principais inquietações atuais, no que diz respeito tanto às condições, como à qualidade de vida das populações urbanas. Neste sentido, procuramos abordar o que acreditamos que inviabiliza a duração das cidades. Com ameaça à estabilidade do uso dos espaços públicos pelos municípios, sendo, portanto, um fenômeno

geográfico e social. No que concerne, especificamente, à insegurança, à violência e ao medo nas cidades e como as pessoas estão se relacionando com os locais onde vivem, compreendemos que:

[...] A insegurança moderna é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos, na constância e na regularidade da solidariedade humana. Relatando que Castells atribui a culpa por esse estado de coisas ao individualismo moderno. Dever individual de cuidar de si próprio, areia movediça da contingência, o perigo está em toda parte são inerentes a essa sociedade. (BAUMAN, 2009, p. 2).

O desejo de desfrutar de um ambiente capaz de assegurar o bem-estar social é anseio de todos, sendo necessário o aprofundamento nas questões que viabilizem o alcance do efetivo bem para a sociedade, o que deve partir da organização do próprio Poder Público, com políticas públicas de abrangência social, que se preocupem também com fiscalização da coletividade e responsabilização concreta daqueles que infringirem estes princípios. Nesse sentido, a reconhecida importância da política se voltar para o âmbito local para, a partir deste, interferir no global.

[...] a política tende a ser *local*. Ela se volta para as questões sociais, as relações de bairro. Únicas questões em relação às quais se pode “fazer alguma coisa”, sobre as quais é possível influir, recolocando-as nos eixos, melhorando-as, modificando-as. O nosso agir ou não-agir só pode ‘fazer a diferença’ quando se trata de questões locais. Situações cujas causas são indubitavelmente globais, só entram no âmbito das questões políticas quando têm repercussões locais. (BAUMAN, 2009, p. 7).

A razão desta afirmação reside no fato de que o risco advindo das decisões mal formuladas, em termos de política pública local, atinge a todos os indivíduos, indistintamente, e não apenas uma pequena parcela da comunidade, sendo praticamente inviável determinar os malefícios que um dano ambiental, por exemplo, pode causar à área de sua incidência e o grau de seu risco para outras áreas. Pois, se as cidades se transformam a cada dia em depósitos de problemas causados pela globalização, os gestores estão diante da tarefa de encontrar soluções locais para as contradições globais. Nesse contexto, surge o paradoxo destacado por Castells, isto é:

[...] políticas cada vez mais locais num mundo estruturado por processos cada vez mais globais’. ‘Houve uma produção de sentido e de identidade: a

minha vizinhança, a minha comunidade, a minha cidade, a minha escola, a minha árvore, o meu rio, a minha praia, a minha igreja, a minha paz, o meu ambiente'. [...]. Quanto mais se 'fecham em si mesmas', mais ficam 'desarmadas diante do vórtice global', e tendem a se tornar também mais fracas na hora de decidir sobre os sentidos e as identidades locais. (CASTELLS, 2003 apud BAUMAN, 2009, p. 11).

Tendo por base este raciocínio, é de fundamental relevância a necessidade de o Poder Público se dedicar verdadeiramente para as suas atividades, objetivando modificar seus pensamentos e rever suas decisões, atinentes à segurança pública, pois é fato que a insensibilidade das autoridades se reflete sobre todos os indivíduos que lutam pelo direito de viver em sociedade. Os riscos são tanto maiores quando se sabe que aqueles que ocupam posições dominantes no espaço social também estão em posições dominantes no campo da produção das representações e das idéias.

[...] O grande desafio para eles [governantes, grifo nosso], bem como para os militantes de movimentos políticos e os cidadãos do país foi explicar como, justamente no período em que o país recuperava as instituições da democracia, ocorreu grande aumento da criminalidade e das violências, seja a institucional, seja a doméstica, seja a difusa violência urbana. Nas paradoxais tentativas de encontrar respostas para este enigma, muitas foram as proposições repetidas nos meios de comunicação de massa ou nos estudos mais especializados. (ZALUAR, 1994, p. 256).

Essas constatações provocam novas formas de realização de políticas: luta por ações determinadas e não a única esfera das grandes utopias; articulação de objetivos sociais e articulação do Estado, empresas e sociedade civil político; participação democrática como princípio de todas as políticas; necessidade de informação para materialidade das cidades sendo politicamente construída, ou seja, dependentes das condições que legitimem seus pressupostos políticos.

Bauman (2009) se refere ao medo nas áreas urbanas, levado às últimas consequências, de forma paradoxal, considerando que as cidades tiveram como uma de suas funções a de ser um lugar seguro. O medo acarretou no aumento de dispositivos de proteção como trancas de automóvel e sua blindagem, sistemas de segurança que incluem câmeras em lugares públicos, privados e comerciais. Condomínios verticais e condomínios horizontais trouxeram para dentro de suas áreas, na qualidade de área comum, espaços dedicados ao lazer e à recreação. Isto faz surgir um agrupamento de indivíduos unidos por interesses,

hábitos, opiniões comuns e pelo sentimento e consciência de corpo social, inseridos em situações de angústia e de insegurança.

Na opinião do citado autor, a transferência do que era antes situado no espaço público para o espaço privado das plantas dos empreendimentos imobiliários de diversos padrões aquisitivos, como *playground*, espaços de caminhada, áreas de lazer e jogos, quadras de esporte revela a saída individual quando os serviços públicos falham ou são incapazes de atender e garantir essas necessidades aos moradores de bairros distintos. Hoje, ruas, praças e calçadas seguras parecem sinônimas de lugares onde há vigilância privada, providenciada pelos moradores ou comerciantes, independente do poder aquisitivo ou da faixa de renda.

Os medos vão além se considerarmos as possibilidades de catástrofes naturais como enchentes, desbarrancamentos e deslizamentos, alagamentos e a perda de bens e adoecimentos em função desses acontecimentos como ocorrem na época das chuvas de verão em razão do descompromisso das autoridades no processo de ocupação de áreas de risco nas cidades. É, por vez, a crise de legitimidade das políticas urbanas, sobretudo, se liga à incapacidade de se fazer frente aos riscos incorporados ao imaginário individual e social. No entanto:

[...] poderá ser atribuída também à incapacidade de se fazer frente aos riscos tecnológicos e naturais. Na perspectiva da equidade, o risco culturalmente construído, apontará a desigualdade intertemporal no acesso aos serviços urbanos com a prevalência de riscos técnicos para as populações menos atendidas pelos benefícios dos investimentos públicos ou afetadas pela imperfeição técnica na desconsideração de especificidades do meio físico das cidades, tais como declividades, acidentes topográficas, sistemas naturais de drenagem. (ACSELRAD, 1999, p. 86).

Em relação à segurança pública como uma das frentes das políticas sociais, Zaluar (1994) considera que houve perda do monopólio estatal da violência legítima. Daí, entendermos o que Bauman (2009) identifica na relação entre o global e o local nas cidades e as respostas privadas à incapacidade de atendimento efetivo dos serviços públicos:

Assiste-se assim, nos países mais avançados tecnologicamente, à perda do monopólio estatal de violência legítima, fundamento de sua soberania, em proveito de empresas privadas de segurança, de grupos ou indivíduos armados e de organizações ou redes transnacionais do crime. Nos Estados Unidos, que detêm 43% do mercado de armas no mundo, existem hoje 67 milhões de pessoas armadas ou 70 milhões de armas, sendo produzido a

cada ano, mais 1,5 milhões delas. O comércio interno de armas nesse país é o único não regulamentado, e escapa aos controles do Estado e dos consumidores. [...] Hoje, no cenário da violência no mundo, não se pode excluir o impacto local do contrabando de armas, que, embora legalmente comercializada em seus países de origem, entram ilegalmente em países do chamado Terceiro Mundo, entre os quais o Brasil. Além disso, pelos dados do Núcleo de Violência da Universidade de São Paulo, apenas no vigilantismo existem aqui mais de mil empresas, que empregam mais de 400 mil homens armados. Só em São Paulo estes somariam 90 mil, dez vezes o número de policiais civis do Estado. (ZALUAR, 1994, p. 256-7).

Ao referir-se à perda do monopólio estatal, Zaluar (1994) se refere às políticas públicas como um agente importantíssimo para a promoção e a manutenção do processo de inclusão/exclusão social. Pois, é a partir das políticas públicas que se dá a alocação de investimentos públicos, principalmente em infraestrutura urbana. Caldeira (2000, p. 9) comprehende que essas estratégias de proteção e de reação à insegurança e ao medo, que afetam o tecido social em sua totalidade, têm consequências em dois âmbitos principais quando a violência passar a fazer parte do cotidiano; “as formas de se lidar com ela simbolicamente e materialmente assumem separações, fragmentações e exclusões espaciais no espaço urbano”.

O crescente aumento da violência e do medo nas cidades e como as pessoas estão se relacionando com os locais onde vivem está, indubitavelmente, ligado aos dados estatísticos amplamente divulgados pelas mídias (escrita e televisiva) nas metrópoles brasileiras, o que potencializa a tensão social, cria e gera a “fobópolis”, o medo nas grandes cidades, termo usado por Souza (2008a), pois os acontecimentos se disseminam rapidamente pelos meios midiáticos.

A discussão empreendida resulta em considerar que os processos globais trazem reflexos no âmbito local das cidades, o medo ao outro é uma característica que independe de condições objetivas, mas, que se reforça na medida em que as condições reais se apresentam. As cidades da maneira como são construídas estruturalmente criam espaços que despertam a sensação de medo aos seus habitantes, entre eles, os espaços de domínio público.

5.1.3 Espaço Público Urbano e Segregação Urbana: Enclaves Fortificados

A idéia de discorrer sobre espaços urbanos em correlação com a chamada segregação urbana remeteu ao direito à cidade e a pretensão de encaminharmos uma visão mais alargada do fenômeno da urbanizada, do sentido de espaço e de segregação socioespacial urbanizada. Cabem aqui as reflexões de Lefebvre.

Na sociedade moderna, pós-revolução burguesa, o sentido do direito à cidade é o da cidade como o lugar do direito. Assim comprehende Lefebvre (2001, p. 135): "[...] o direito a cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito a liberdade, a individualização na socialização, ao habitat e ao habitar". Também, "o direito a obra [a atividade participante] e o direito a apropriação [bem distinto do direito a propriedade]". Significa entendermos que qualquer indivíduo pode manifestar a pretensão de habitar a cidade porque aí se constitui o novo espaço jurídico; fonte concreta de emancipação, de realização de suas aspirações como homem. Na expressão do direito, a cidade é a estrutura espacial e social que insere o individuo em uma rede de práticas contratuais e de relações formais.

Com o desenvolvimento do Estado Moderno, a cidade passou a ser o espaço jurídico do direito à reivindicação dos recursos institucionais necessários ao bem-estar do homem. A cidade passou, então a representar a organização espacial concreta da previdência social e da riqueza. Explica Lefebvre (2001, p. 32) que:

na sociedade moderna, o Estado subordina a si os seus elementos e materiais, entre os quais a cidade. Todavia, esta continua a ser uma espécie de subsistema no sistema total, filosófico-político, com o sistema das necessidades, o dos direitos e deveres, o sistema da família e dos estados (profissões, corporações), o da arte e da estética, etc.

A cidade se afigura como o projeto da sociedade sobre um local, notadamente, físico. A esse local todos temos direito em sua totalidade, pois a cidade é como o conjunto de necessidades e aspirações para a realização da vida, e tem como base um conjunto de práticas contratuais, que são desdobradas em normas e posturas que regem a vida humana nesse local. Em termos de estrutura material e simbólica, a cidade se caracteriza como um local de trocas – afetivas e

mercadológicas –, lugar de provisão, de concentração de valores, de estocagem; lugar da produção, da circulação, mas, também, da reprodução da própria vida social em um sentido amplo.

A riqueza cultural se concentrou na cidade, em suas bibliotecas, museus, monumentos, instituições de ensino, imprensa, bem como a memória concreta de diferentes gerações que escrevem a sua própria história. Como entende Lefebvre (2001, p. 57), a cidade foi (e ainda é), o espaço da manifestação e do comprometimento próprios da ação política, associada à exposição diante do outro. "[...] local de confrontos e das relações [conflitantes] entre desejo e necessidade, entre satisfação e insatisfação"; a cidade se caracteriza "pela pluralidade, pela coexistência e simultaneidade no urbano de padrões, de maneiras de viver a vida urbana". Compreendemos, então, que ter direito à cidade significa o direito à participação nos valores – bens públicos, patrimônio e serviços – tanto aqueles que são de forma desigual distribuídos pelo mercado, como àqueles que gestados pelo poder público, e que são de vital importância para assegurar o bem-estar de seus moradores. Incluem-se aí, os valores simbólicos – culturais, artísticos e estéticos –, os valores de uso da cidade e seu preço como bem coletivo.

Entretanto, o desenvolvimento urbano das grandes cidades – responsável pela segregação espacial – tem produzido cidades em territórios estanquizados, que transformaram a cidade; se outrora lugar de integração das distintas formas culturais e de diversos grupos migratórios, hoje da fragmentação e, com ela, uma infinidade minúscula de espaços que são permeados por tensões e conflitos, os quais se multiplicam de forma proporcional à fragmentação. Na opinião de Oliveira (2006, s.p.):

a cidade, em certa medida, tem se tornado um lugar de passagem. Um lugar de ‘ordem em público’, segundo uma dada racionalidade instrumental implementada pelo planejamento estatal, e não de ‘ordem pública’, pactuada entre os diferentes atores sociais.

Na percepção de Lefebvre, a cidade é vista como expressão da segmentação socioespacial e da fragmentação do tecido urbano.

O tecido urbano é uma espécie de redes de malhas desiguais, um ecossistema não equilibrado. Dentro do tecido urbano existem ilhas de miséria e opressão [...] assim a cidade e o urbano não podem ser

compreendido sem as instituições oriundas das relações de classes e de propriedade. (LEFEBVRE, 1991, p. 34).

Caldeira (2000), em referência aos “enclaves fortificados”, defende que os ideais democráticos que emergiram com a cidade como, por exemplo, liberdade, igualdade, tolerância e respeito à diferença, progressivamente são substituídos pela fragmentação e pela separação rígidas de espaços, garantidas por uma segurança sofisticada e estruturada sobre a valorização da desigualdade. Em torno de tudo isto, vem à tona o desrespeito à justiça e aos direitos individuais, o que, sobretudo, impedem a expansão da democracia para além das possibilidades conferidas pela participação política. Nessa compreensão, a autora aponta a emergência e/ou o fortalecimento de preconceitos contra segmentos da população como, por exemplo, os “nortistas” referindo-se aos nordestinos, chegados há pouco tempo à cidade de São Paulo, “representativos do processo de decadência social que afeta ou ameaça os habitantes dos bairros” – objetos de sua investigação –, “ou é por eles temido” (p. 37).

Comenta Caldeira (2000, p. 121) que “nas regras que organizam o espaço urbano” existem (ao) “basicamente padrões de segmentação social e diferenciação”. Assim, entendemos ser possível que essa segmentação também ocorra em outras cidades, tendo em vista que a percepção de que a crise econômica, por extensão, sentida em todo o país, alimenta um sentimento de incerteza e desordem, o que estimula o policiamento das fronteiras sociais, que contribui para a formação de categorias preconceituosas.

A autora, ainda, pontua para reflexões que muitas dessas preconcepções, ou categorias preconceituosas, são recorrentes entre os entrevistados em seu estudo, tanto entre os nascidos em São Paulo como entre os migrantes oriundos de diversas regiões do Brasil. Essas representações estabelecem distinções nítidas e rigorosas entre aqueles que falam e se identificam com o bem e os que estão do lado do mal – o crime e os criminosos –, marginalizados e ditos ‘menos humanos’, liminares, poluentes e contaminadores.

À medida que se estabelece, conforme Caldeira (2000, p. 85-9), essa separação rígida torna mais evidentes o paradoxo e a tensão embutidos na situação de segregação social em que se encontram os próprios segregados, tanto no âmbito do espaço como no social. Assim, à medida que o repertório incorporado pelas categorias subalternas para pensarem sua própria condição de subalterna é

ambíguo e contraditório, também, as discrimina e as marginaliza em classe social. De acordo com a citada autora, essa análise comprova a inadequação dos juízos emitidos nas falas dos entrevistados em seu estudo.

Nas constatações de Caldeira (2000, p. 27) é possível descobrir que, em torno do processo de construção simbólica, também, se constrói um círculo em torno do qual o medo é trabalhado e reproduzido, enquanto que a violência é combatida e ampliada. Como menciona a autora, a “fala do crime” propicia abusos por parte das instituições da ordem e a contestação dos direitos e da cidadania, além de produzir acentuada segregação socioespacial e a própria violência.

Mediante as reflexões oportunizadas nessa dissertação, parece não restar dúvidas de que o aparecimento de novos empreendimentos residenciais vem alterando as relações entre o centro e a periferia nas cidades. Esta constatação é um dos fundamentos da nossa proposição de que as cidades passam por uma reestruturação, inclusive as de porte médio como Londrina.

Nessa reestruturação, pelo imaginário idealizado, o Poder Público seria responsável por zelar pelos interesses de toda população e o interesse privado seria a expressão econômica e sociocultural de diferentes grupos sociais. Entretanto, a segregação socioespacial, na forma como analisada por Serpa (2009), acaba sendo apontada como um dos principais motivos para o acesso a serviços públicos de baixa qualidade. Zaluar (2003), em análise acerca da falta de alternativas de lazer à população segregada, principalmente daquelas opções ofertadas e desenvolvidas em espaços de domínio público, menciona que tais faltas auxiliam na sedimentação de um universo de vulnerabilidade social, que, não raro, se liga ao tráfico, à violência urbana e às altas taxas de homicídios. Analisemos, a seguir, a violência urbana e seus impactos.

6 VIOLENCIA E SEUS IMPACTOS NO MEIO URBANO

Desconfiai do mais trivial, na aparência, singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

Bertold Brecht

Há muitas formas de se abordar a violência e seus impactos no meio urbano, até porque esse fenômeno se configura como um dos principais problemas sociais da atualidade. No Brasil, em especial nas grandes cidades, a violência pode ser identificada como a maior preocupação apontada pela sociedade, sendo alvo de inúmeros debates no âmbito público e privado. É um tema que engloba a esfera social, política e econômica, repercutindo diretamente nas configurações espaciais dos espaços públicos formalmente construídos.

Nossas reflexões partem do pressuposto de que as diversas expressões da violência, que acontecem no meio urbano, têm como ponto em comum a estrutura das grandes cidades, que faz o indivíduo perder a perspectiva do horizonte, da natureza, incluindo-se a humana. A aglomeração populacional das cidades é inversamente proporcional à possibilidade de contatos afetivos mais profundos entre seus habitantes. O anonimato e a sensação de não pertencimento ao local são duas condições constantes nas cidades, que levam ao extremo de se atribuir ao outro, independentemente de quem seja, desde que desconhecido, a condição de criminoso, sendo identificado como estrangeiro, especialmente, pela estereotipia de suas características – categoria preconceituosa de que se referiu Caldeira (2000) –. A violência que ocorre em “enclaves fortificados”, devida à segregação espacial decorrente da diminuição do espaço de domínio público e aumento do espaço de domínio não público, isto é, da iniciativa privada, ficou apartada nessa dissertação. Nossas reflexões neste capítulo abordam a questão da

violência nos espaços públicos formalmente constituídos como praças, ruas e parques, florestas urbanas e outras áreas de domínio público.

6.1 A VIOLÊNCIA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

Nessa dissertação usamos a expressão espaços públicos ‘formalmente construídos’ com a pretensão de delimitar não só o conceito de espaço, como também, a dimensão espacial de violência. Para determinarmos o significado da citada expressão, usamos o direito brasileiro que, no dizer de Casella (2006, p. 1) determina que “os espaços públicos compreendem todas as áreas de uso comum da coletividade”, que, às vezes, estão sob cuidados do poder público, o que não exime a responsabilidade que a sociedade – como um todo – deve ter em relação a esses espaços.

Então, pensamos em espaços públicos formalmente construídos como àqueles locais de encontros ou de passagem como ruas, praças e parques, que, também, se alteram sob os efeitos da globalização e da segregação espacial. Se outrora esses locais eram procurados pelas pessoas para compartilhar, conversar com amigos, ‘locais de acolhimento’, esses espaços foram se reduzindo a locais de passagem e não mais de estada, tornando-se, às vezes, locais de degradação e de marginalidade. Observamos em Bauman (2009) que a ocorrência de significativas transformações no tecido urbano, principal produto do modelo de desenvolvimento adotado a partir da segunda metade do século XX, promoveu mudanças específicas na democratização dos territórios – segregação espacial –. A expressão destas transformações nas pessoas se revela por um crescente estado de anomia que se abate em parte dos indivíduos através da desordem, da insensibilidade e de consequências mais graves, ou seja, múltiplas expressões da violência das cidades. Serpa (2009, p. 9) entende que, ainda que o espaço seja público, poucos indivíduos se beneficiam desse “espaço” comum a todos. Então, “discutir o espaço público na cidade contemporânea, consiste, antes de tudo, em um desafio, não só para geografia, mas também para todas as ciências e filosofias que se pretendem políticas e ativas”.

Essa perda de importância dos espaços públicos formalmente construídos, também, em muito, reflete em muito a perda da sociabilidade das pessoas que, cada vez mais, estão recolhidas em seus cotidianos domésticos e profissionais. Nesse sentido Arendt (2002) demonstra preocupação em recuperar o real sentido do espaço público para onde co-existem política, ação e liberdade.

A preocupação com o agir que é plural, em Arendt (2010) não apenas o é para a esfera pública, onde a pluralidade é essencial, como, também, o é para a realização da política, visto que a política se baseia na pluralidade dos homens e, especialmente, trata da conveniência entre diferentes. Não há uma essencialidade na política, porque surge no “entre-os-homens” e no “intra-espacô” que se estabelece entre eles como relação. Nesse sentido, compreendemos que a política e esfera pública caminham de mãos dadas. Percebemos na teorização arendtiana que é da própria natureza da política se evidenciar na esfera pública, como espaço necessariamente da pluralidade e da coabitacão dos diferentes. Mas, nem toda esfera pública é necessariamente o lugar de realização da política, isto porque o domínio do público, sob a ótica da autora engloba tudo aquilo que tem existência na realidade aparente, ou seja, no espaço de aparição. As esferas públicas e privadas estão submersas na esfera do social. A moderna intimidade constitui uma fuga do mundo exterior para a subjetividade interior do indivíduo, ou seja:

[...] é que as quatro paredes da propriedade particular de uma pessoa oferecem o único refúgio seguro contra o mundo público comum – não só contra tudo o que nele ocorre, mas também contra a sua própria publicidade, contra o fato de ser visto e ouvido. Uma existência vivida inteiramente em público, na presença de outros, torna-se, como diríamos, superficial. (ARENKT, 2010, p. 81).

No pensamento de Habermas (1997, p. 187) observamos determinada complementaridade do sentido do que é privado e público na cidade, relacionado à compreensão da (re)estruturação do espaço da cidade. No entendimento do autor, a conformação das cidades se liga às formas de vida, necessidades sociais e aos imperativos funcionais, em especial, econômicos. Nesse sentido, expõe que “a natureza privada de um espaço depende da natureza pública do outro, a subjetividade do indivíduo privado está ligada à publicidade”.

Ampliamos nossa compreensão sobre os espaços públicos formalmente construídos com Lefebvre (1994) que apresenta a tríade espacial social do espaço, isto é: o espaço concebido, o vivido e o percebido, articulados às práticas espaciais, às representações do espaço e aos espaços de representação. É no contexto da espacialidade que o percebido, o concebido e o vivido se reencontram e deixam transparecer sua total imbricação. Em termos espaciais, compreendemos o espaço percebido como aquele da prática espacial; o espaço concebido está relacionado às representações do espaço; e o espaço vivido referente aos espaços de representação. Abordamos essa tríade espacial, ainda que jamais possa ser tomada como um modelo abstrato, distanciado da concretude da vida, sob pena de perder sua força teórica – preocupação expressa pelo próprio autor –, para, a partir dela, mencionar a complexidade inerente à conceituação de espaço público formalmente construído. A rua, a praça, o parque, o *playground*, e todos os outros equipamentos disponibilizados no espaço público, constituem, então, o que chamamos nessa dissertação de espaço público construído formalmente; é, portanto, um espaço percebido, concebido e vivido.

Diante dessa complexidade conceitual buscamos a abordagem da Geografia Humanística de Tuan (1983), que tenta especificamente entender como as atividades e os fenômenos geográficos revelam a qualidade da conscientização humana, e a percepção dos usadores dos espaços públicos formalmente construídos, embutidas dos conceitos de “topofilia” e “topofobia”, vislumbrados como ampliações metodológicas para leituras do espaço-lugar e da violência expressa nos espaços públicos construídos formalmente.

Esclarecemos que topofilia é um neologismo usado por Tuan (1980; 1983) em referência à leitura da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. O objetivo dessa obra foi estudar os sentimentos de apego das pessoas ao ambiente natural ou construído. Em contrapartida a topofilia, surge outro tema, pois, em sendo o antônimo de topofilia, introduz a idéia de paisagem do medo, pois *topus* é uma palavra grega que significa ‘lugar’, enquanto “filo” significa amor, amizade, afinidade e, topofobia significa ‘terror ao lugar’.

6.1.1 Violência Urbana: Significado

Abordar a questão da violência não é tarefa fácil, frente aos diversos determinantes que influenciam no significado de violência.

A *violência urbana* pode ser vista como uma modalidade da violência, a qual, genericamente, pode ser explicada como: uma ação que se produz e se reproduz através do uso da força (física ou não) que visa a se contrapor e destruir a natureza de um determinado ser ou de um grupo de seres, fazendo com que seu ponto de vista reine sobre o ponto de vista do violentado. (SILVA, 2004, p. 60).

No entanto, pensar as questões da violência é, muitas vezes, relacioná-las com o crime, o criminoso e a sensação de insegurança. Comumente desse debate, excluem-se as demais relações que promovem ou contribuem para as expressões da violência, sejam elas de classes sociais, econômicas ou históricas.

A discussão apresentada objetiva pensar em como a geografia urbana se insere nesse debate, uma vez que o foco de nosso estudo é a violência perpetrada contra usadores de espaços públicos de lazer. Propõe-se uma reflexão sobre a construção do conceito de violência a partir da análise dos paradigmas da sociedade moderna e sobre como esse aporte teórico pode oxigenar a questão sobre o que é, ou não é, considerado violência em nossa sociedade.

Os locais públicos de lazer tornam-se, aos olhos dos moradores das cidades, localidades perigosas e impróprias, de tal sorte que a rua deixa de ser vista como o ambiente de sociabilidade, do lazer, dos encontros, da caminhada e da convivência de todos com todos e torna-se o espaço da insegurança, do medo, da violência pelo bandido, pela polícia e mesmo pelo cidadão. Nesse contexto, para Zaluar e Leal (2001) a violência passa a ser vista como algo que está extramuros e que, portanto, seria algo irrelevante, não fazendo parte do rol privado de preocupações de seus moradores, já que seus efeitos não se fariam sentir nas regiões intramuros (protegidas). Esta situação fomentaria uma modalidade específica de violência urbana, a delinqüência por exclusão social, cuja causa maior decorreria, acima de tudo, de um sentimento de não-pertencimento; que pode ser explicado por Arendt (1985, p. 6) diante da constatação de que nas multidões das cidades somos desconhecidos. Vejamos, então, que:

[...] muitos autores preocupam-se em marcar a diferença entre poder e violência, inspirando-se em Hannah Arendt e em sua caracterização de violência como um instrumento e não como um fim. Os instrumentos da violência, segundo essa autora, seriam mudos, abdicariam do uso da linguagem que caracteriza as relações de poder, baseadas na persuasão, influência ou legitimidade. Outras definições não fogem desse paradigma, mas incorporam a palavra em sua definição: a violência como o não reconhecimento do outro, a anulação ou a cisão do outro. (ZALUAR; LEAL, 2001, p. 144).

Na mesma linha de raciocínio, em Bauman (2009, p. 7) se vislumbra o acirramento do individualismo e da falta de coesão social, pois os cidadãos sentem-se não só desprendidos dos espaços geográficos, mas cada vez mais marcadamente desprovido de vínculos socioafetivos. Caldeira (2000, p. 139-40) articula todos esses elementos com o objetivo de buscar, sobretudo, explicações para a violência, que mudou radicalmente o padrão do crime. Ora se "toda a história da polícia brasileira mostra [...] a violência [como] norma institucional", se "a violência é constitutiva da ordem social", sendo "a linguagem regular da autoridade, tanto pública quanto, como compreender e justificar o fato de que seu aumento corresponda a uma alteração qualitativa dos padrões criminais". O que intervém, nesse caso, como novo elemento? Certamente, a autora não desconsiderou a construção da imagem de São Paulo como cidade ingovernável e da situação como sendo de resolução impossível, além das manifestações empíricas de aumento do medo e da insegurança da população envolvida. Contudo, não é evidenciada a maneira como a mudança de qualidade do processo deriva de seu aumento quantitativo.

Para Misso (2008), o conceito de violência significa uma representação social do emprego da força e da agressão física com o objetivo de obter o poder em uma relação social ou, ainda, visando alcançar a pacificação das relações sociais, especialmente se aplicada pelo Estado, que possuiria o monopólio legítimo do uso da violência. Neste sentido, não mais poderíamos afirmar, por exemplo, que a questão da violência estaria restrita a regiões específicas, ou, ainda, a territórios predeterminados, muito menos que seria praticada por grupos específicos. Importa, então, considerar que a compreensão sobre a violência urbana, necessariamente, passa pela análise relacional com o movimento do todo. Em Geografia, o ponto de partida para o estudo da totalidade do fenômeno na violência está imbricado no conceito de território usado, o que remete novamente a Santos com sua noção de que o território são formas, mas o território usado são

objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado; uso de território determina o espaço, portanto, o espaço geográfico é sinônimo de território usado e é assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo do presente, esse mundo dominado pela globalização, tensões e conflitos. Em Santos (2005), o território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo “o espaço do acontecer solidário”. Esta solidariedade define usos e gera valores de múltiplas naturezas: antropológicos, culturais, econômicos, sociais, financeiros, dentre outros. Contudo, a solidariedade pressupõe coexistências, logo pressupõe o espaço geográfico.

6.1.2 Violência Urbana no Uso dos Espaços Públicos

No Brasil, a violência urbana se tornou um fenômeno endêmico a partir da herança de altíssimo custo social do período militar. Misce (2006; 2008) discorre sobre a violência e a surpresa, nos anos de 1980, dos primeiros seqüestros relâmpagos, os assaltos à mão armada nos bairros de classe média e o crescimento do narcotráfico indicavam um estado de perplexidade que tomaria a opinião pública ao longo dos vinte anos seguintes. Em outros espaços urbanos dentro da mesma cidade podemos identificar o local de residência do público consumidor de outros produtos ilícitos (drogas) que se desloca até pontos estabelecidos para compra, pois a ampliação desse mercado de consumo tem sido crescente a partir do aumento do volume de apreensões.

Cabe aqui introduzirmos os lugares na cidade onde há o consumo de drogas. Geralmente esquecido, os locais de produção, o espaço percorrido e os locais de venda têm sido privilegiados no estudo da violência por serem palco de disputas de controle, o espaço onde ocorre o consumo por vezes não é o da esfera do privado. Um exemplo desse consumo a céu aberto é o de “cracolândias” que se disseminam em locais de passagem e de grande fluxo de pessoas, de espaços públicos nas cidades. Esses lugares públicos de consumo aberto ao mesmo tempo afastam pessoas não consumidoras e atraem aqueles que se drogam, num círculo vicioso de identificação do lugar como perigoso e violento pelas ações dos

frequêntadores. Sob ação de drogas ou não, há o receio de agressões e roubos, levando um aumento do estigma do local. As pessoas desviam dele como ponto de passagem, alteram seus itinerários ou passam a freqüentá-lo em grupo a partir de determinados horários considerados seguros. Outros, simplesmente deixam de freqüentá-lo.

O que podemos observar atualmente, em decorrência desse processo, é que o indivíduo faz um enfrentamento cotidiano e procura fazer escolhas, mais ou menos racionais, para lidar com esse crescente estado de violência e desorganização da face complexa da sociedade. Essa dificuldade que reside na intimidade do indivíduo é acrescida por um quadro repleto de aspectos determinantes observáveis no padrão epidemiológico que se altera com a urbanização e a industrialização; a expressão crescente violência.

O mesmo parece ocorrer hoje no Brasil nas tentativas bairristas de explicar o crescimento da violência como resultado da ‘cultura carioca’ baseada na malandragem, por extensão nos favelados (negros, pardos e brancos pobres) da cidade, os que ocupam o lugar do bode expiatório. Esta preocupação com a violência, agora um item tão importante para gerenciar o cotidiano quanto às questões econômicas ou políticas, não surgem do acaso. Misce (2006) afirma que esta percepção tem início na década de 1970, representada no imaginário da sociedade por uma relação direta entre criminalidade e pobreza, e a suposição de um aumento da impunidade entre esses bandidos oriundos das “classes perigosas”.

Como menciona Carvalho (2008), é bastante comum mostrar as faces da violência urbana por meio de dados quantitativos sobre o número de óbitos por faixas etárias, sua relação por mil habitantes ou de número de anos potenciais de vidas perdidas, por exemplo. Permeando esse procedimento metodológico parece haver uma relação intrínseca entre violência e criminalidade e as condições econômicas das populações, cuja configuração espacial tem como base a “cidade partida”, expressa na reprodução da desigualdade ao acesso notadamente, ao trabalho formal, moradia, saúde, educação, cultura, entre outros.

Na análise da violência urbana e suas causas, conforme a citada autora, as abordagens se inserem no contexto dos limites da cidade, pautadas nas diferenças reveladas por indicadores socioeconômicos, sendo as desigualdades sociais e econômicas as impulsionadoras da violência. São estudos que têm preocupação com a causa e o efeito gerador da e pela violência urbana, como os

que pautam a apropriação de novos espaços de condomínios fechados – enclaves fortificados – em contraposição às ocupações de espaços públicos, comumente, espaços de preservação ambiental, por populações faveladas. Nesse contexto:

o Mapa da Violência no Brasil demonstra que há pelo menos quatro variáveis para caracterizá-la: taxas de homicídio na população total, taxas de homicídios juvenis, óbitos por acidentes de transportes (taxa de número absoluto) e mortes por arma de fogo. Cidades com o mesmo número populacional e cujas atividades econômicas transformaram-nas em espaços importantes na hierarquia regional apresentam dados distintos a respeito desses quatro elementos caracterizadores, mas principalmente em relação a segunda variável. (CARVALHO, 2008, s.p.).

No entendimento de Silva (2004, p. 34), a violência urbana é uma representação coletiva que interroga basicamente o crime comum,

mas o foco de atenção não é o estatuto legal das práticas consideradas, e sim a força nelas incrustada, que é interpretada como responsável pelo rompimento da ‘normalidade’ das rotinas cotidianas, ou seja, do caráter não-problemático dessas rotinas em todos os aspectos: cognitivo, instrumental e moral.

Por assim entender, o autor menciona ser essa “a razão pela qual violência urbana não é simples sinônimo de crime comum nem de violência em geral”.

Estudos que se limitam a uma mera análise de dados, deixam de valorizar as imagens e as definições de violência. Propõe Zaluar (1994, p. 86) que “por detrás dos números estão atores, vontades, pessoas que agem por determinados motivos ou impulsos, por razões ou desrazões”. Há o estigma, que se liga à classe social; a violência está associada às classes menos favorecidas, ditas pobres. Ser pobre é carregar esse estigma;

[...] todos carregam, sejam trabalhadores ou não, de pertencerem ao antro dos vagabundos, malandros e bandidos. Se entre eles essa distinção é tão importante a ponto de ser em torno dela que se constroem as regras de convivência mútua, nas representações de alguns setores da sociedade mais ampla ela desaparece e dá lugar a uma noção que Louis Chevalier chamou de classes perigosas. (ZALUAR, 1994, p. 33).

Entretanto, devemos considerar que independentemente da pessoa que é analisada, ou da situação em que esta se encontra, sempre possui uma percepção, ainda que simbólica, em torno da violência, a qual não deriva

obrigatoriamente de uma relação coerente com a realidade existente. É, pois, essa questão que propomos envolver na análise dos dados empíricos da pesquisa de campo, buscando compreender, sobretudo, o vínculo do emocional afetivo com a produção do espaço que necessariamente é dos homens; um instrumento psíquico que, na Geografia, utilizamos para tentativa de compreensão do social presente no mundo e nos espaços públicos formalmente construídos.

Na aplicação da pesquisa de campo investigamos a violência urbana nos espaços públicos formalmente construídos, buscando reconhecer um padrão específico de sociabilidade – “sociabilidade violenta” –, assim chamado por Silva (2004, p. 39) que, na sua descrição, apontou a “característica mais essencial da sociabilidade violenta como a transformação da força, de *meio* de obtenção de interesses, no próprio *princípio* de regulação das relações sociais estabelecidas”.

7 O LOCAL DO ESTUDO

Abordando as relações entre o vivido e o concebido, Lefebvre mostra-nos que o vivido, âmbito de imediatidades, não coincide com o concebido. Entre um e outro opera uma zona de penumbra na qual opera o percebido. O percebido corresponde a algum nível de entendimento do mundo, funda atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades... O percebido do mundo está, inexoravelmente, envolto em representações, e, portanto situa-se no movimento dialético, que nunca cessa, entre o concebido e o vivido.

Odette Carvalho de Lima Seabra

Na leitura de Seabra (1996) há uma tentativa, neste capítulo, de mostrar os espaços públicos formalmente construídos – Zerão, Igapó I e Igapó II – na concretude do que é visível aos olhos desta pesquisadora e do que é vivido e percebido em termos de funcionalidade destes como equipamentos de lazer ofertados à população de Londrina – PR. É como se passássemos do natural à construção simbólica dos locais apreciados para entrelaçar a compreensão de Lefebvre sobre a tríade – espaço vivido, espaço concebido e espaço percebido –.

A apresentação das reflexões possibilitadas pela (re)leitura desses lugares a partir da base teórica que sustenta esta dissertação, permeia abordagens que expressam preocupações com a história, a geografia e a representação social.

Nossa primeira atenção foi situá-los no contexto geográfico do espaço urbano da cidade de Londrina, a partir da compreensão alcançada na leitura em Santos de que as construções e transformações do espaço em territórios são decorrentes de modificação das mais variadas e diversas formas, no próprio espaço, as quais se dão pelas interferências e pelas relações que ocorrem de maneira concomitante em determinado tempo histórico.

O local de estudo é uma área geográfica que agrupa os três complexos de lazer – Zerão, Igapó I e Igapó II – com proximidades entre si, e que foram alcançados pelas lentes de um satélite espacial (Figura 4). As informações

contidas nesse capítulo são fundamentadas na página virtual da Prefeitura de Londrina.



Figura 4 – Distribuição geográfica do local do estudo.
Fonte: Wikimapia (2010).

7.1 O COMPLEXO DO ZERÃO NO CONTEXTO URBANO DE LONDRINA

Área de lazer Luigi Borghesi, popularmente Zerão – porque seu formato lembra um zero –, é um vale saneado e urbanizado, resultado das políticas públicas de urbanização que transformaram o antigo Vale do Leme no complexo Zerão.



Figura 5 – Vale do Leme, em 4 de nov. de 1979, por Osvaldo Leite.
Fonte: Museu histórico de Londrina (2010).

A proposta inicial, de cunho quase que essencialmente ecológico para a área do Vale do Leme, era a preservação da natureza (Figura 6); posteriormente, em especial, devido à valorização imobiliária, despertaram-se outros interesses, o que resultou em mudanças sucessivas na paisagem urbana de Londrina.



Figura 6 – Interesse da preservação ecológica do Zerão.
Fonte: Museu histórico de Londrina (2010).

Conforme o perfil do município apresentado pela Prefeitura de Londrina (2010), em 1988 foi construído o Anfiteatro do Zerão, projetado pelo arquiteto londrinense Luis César da Silva. A edificação tem um formato de leque, com as arquibancadas ocupando a encosta do fundo de vale. Com aproximadamente 13m de profundidade e 27m de largura, a área do palco é coberta, tendo ao fundo um conjunto de camarins. No subsolo do palco há outro anfiteatro destinado aos ensaios das apresentações culturais. O local proporciona toda a infraestrutura necessária para a realização de eventos ao ar livre. Nas datas comemorativas são apresentadas várias atividades culturais neste anfiteatro. Em 1996, o complexo do Zerão foi melhorado com floreiras e revitalização das quadras.

Passado por várias modificações, atualmente o Zerão é uma área arborizada com plantas nativas e exóticas, conta com 1.048 metros de extensão de pista exclusiva para pedestre, onde a população pratica atividades físicas orientadas ou livres. É dotada de equipamentos para ginástica, três (3) campos de futebol suíço, duas (2) quadras polivalentes, uma (1) quadra para tênis, uma (1) quadra para voleibol na areia, uma (1) pista de cooper e caminhadas (Figura 7), além de sanitários.



Figura 7 – Pista de cooper e caminhadas no Zerão.
Fonte: Martins (2010).

7.2 O COMPLEXO IGAPÓ NO CONTEXTO URBANO DE LONDRINA

O que denominamos de Complexo Igapó constitui uma área de lazer situada no entorno do Lago Igapó, localizado na região sul da cidade, cujo nome, na língua tupi, significa transvasamento de rios, e se constitui em três áreas Igapó I, II e III.

O histórico publicado pela Prefeitura de Londrina (2010)¹, o lago artificial (Figura 8) foi idealizado em 1957, na gestão do prefeito Antonio Fernandes Sobrinho (1955-1959), como uma solução para o problema da drenagem do Ribeirão Cambezinho que era dificultada pela barragem de pedra que afligia várias áreas rurais das proximidades do Ribeirão. Embora a idéia inicial tenha sido a de dinamitar essa laje, prevaleceu a sugestão de se fazer uma barragem e a criação de um lago. Para a construção da barragem foram chamados os engenheiros Amilcar Neves Ribas e José Augusto de Queiróz. O acesso ao local era difícil, passando pela Rua Duque de Caxias, no caminho para os Três Marcos, onde havia um ponto de encontro de leiteiros, até a casa da torre de rádio da Real-Aerovias Brasil. Nesse ponto era necessário atravessar uma pastagem cercada, onde atualmente está edificada a Prefeitura Municipal, para se chegar ao local da barragem.

Naquela época as áreas de lazer da população ficavam restritas ao Londrina Country Club, à Associação Cultural e Esportiva de Londrina (ACEL), ao Jóquei Clube e ao Clube de Caça, Pesca e Tiro, basicamente masculino, localizado no Três Marcos.

Durante as escavações, em 1957, houve um evento que despertou o interesse da população para o lago que se formaria. Londrina sediou um encontro nacional de escoteiros que montou o acampamento na área atual do lago, gerando curiosidade despertada pelos comentários das famílias dos escoteiros londrinenses que lá iam visitá-los. No entanto, havia restrições orçamentárias para as ações públicas no local. A dificuldade inicial devido à falta de verbas foi sanada com a contribuição dos proprietários da área em torno do lago, Jean Nietzenko, Silvio Bussadori e Jamil Jamus, convencidos da importância dessa área rural para fim de especulação imobiliária, cujas terras foram posteriormente loteadas.

¹ LONDRINA. **Perfil do município de Londrina:** 2009 (ano-base 2008). Disponível em: <www1.londrina.pr.gov.br/.../perfil/perfil2009_anobase2008_.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2010.

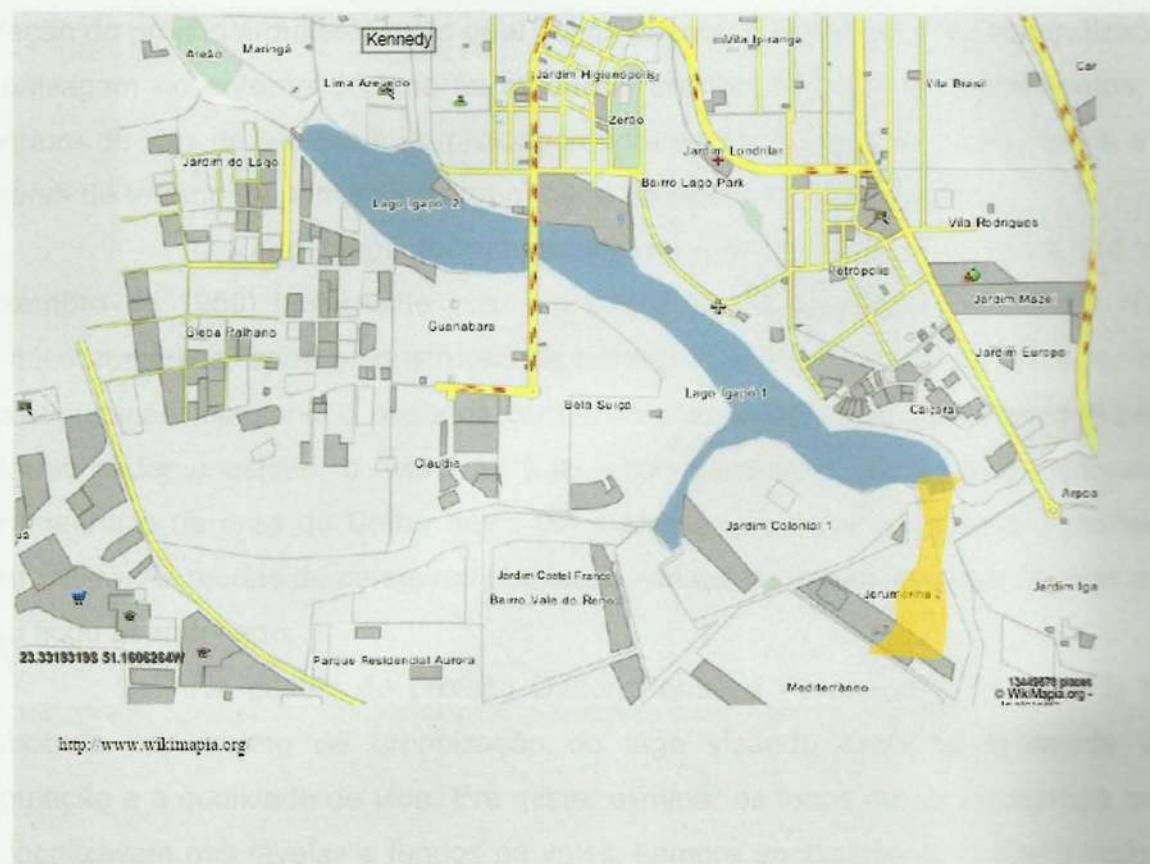


Figura 8 – Área do Igapó.
Fonte: LONDRINA (2010).

A Prefeitura, na época, custeou as despesas extras com a perfuração da rocha; convidou os vereadores para conhecerem o projeto e providenciou verbas no orçamento para o ano seguinte. Parte das terras, inclusive benfeitorias, foi perdida com o alagamento. Porém o prefeito entrou em acordo e convenceu os proprietários de que a valorização das terras cobriria as perdas (embora algumas ações tenham ficado pendentes na justiça por bastante tempo). A perfuração se iniciou com o auxílio da Companhia Construtora Nacional que cedeu as dinamites, que estava em Londrina cuidando da construção da Estação de Tratamento de Água. Poucos representantes da oposição se manifestaram contrários à construção do lago, alegando o risco de contaminação, principalmente esquistossomose, que foi superada pela análise da Secretaria da Saúde. A sociedade aprovou a idéia fazendo romarias aos domingos através do difícil acesso, enquanto o lago se enchia.

O prefeito Antonio Fernandes Sobrinho, em reunião com personalidades da sociedade, criou o projeto do late Clube, que foi executado em um terreno pertencente a Mario Fuganti. Foi lançado o concurso nacional para a

seleção do projeto arquitetônico, o qual nunca chegou a ser totalmente concretizado. A paisagem no entorno do lago foi mudando aos poucos com os loteamentos, a abertura de vias de acesso foi o prolongamento da Rua Senador Souza Naves e a reserva de terreno em torno da margem norte do lago para lazer público.

O Lago Igapó foi inaugurado no dia do Jubileu de Prata (10 de dezembro de 1959) juntamente com a Estação de Saneamento da cidade. Nas gestões seguintes, após a construção da barragem, o lago sofreu um processo de desvalorização: caminhões pesados começaram a passar pela Rua Souza Naves fazendo ceder o asfalto; o 'lixão' foi transferido para a região do atual Conjunto Jerumenha e na área do Clube havia um curtume que expelia gordura e exalava mau cheiro. As mudas de cerejeiras plantadas, vindas do Japão, foram roubadas e o lago ficou abandonado.

Na gestão do prefeito Dalton Fonseca Paranaguá (1969-1973) foi elaborado um projeto de urbanização do lago visando melhorar a saúde da população e a qualidade de vida. Era mister eliminar os focos de contaminação que se localizavam nas favelas e fundos de vales, sempre encharcados. O plano incluía o saneamento dos locais que serviam de criadouros de mosquitos e caramujos, transformando-os em áreas de lazer para a população. Foi assim que nasceram o Zerão e o Centro Social Urbano, aproveitando a formação natural. O projeto possuía uma parte mais complexa que completava o trabalho de saneamento dos vales. Projetado por Burle Marx, incluía um jardim com 187 espécies de plantas nativas da região sul no sentido de restabelecer um ecossistema por toda a extensão dos vales e lagos que serviriam de campo de estudo para os estudantes da Universidade de Londrina.

O projeto defendido por Dalton Fonseca Paranaguá incluía um teatro grego no local onde se localiza a pista de aeromodelismo, um complexo recreativo que proporcionasse atividades a usuários de todas as faixas etárias; foi reservado o terreno da atual Prefeitura; o lago ganhou novo contorno com as barrancas aparadas por concreto. Como a profundidade do lago atingia sete metros e meio na barragem e só dois metros e meio na altura da Avenida Higienópolis, foi construída nova barragem sob a ponte da avenida, formando o Igapó II. Concebido no final do mandato, o projeto foi concluído pelo sucessor, José Richa (1973-1977), embora este tenha feito o esvaziamento e limpeza do fundo do lago (Figura 9), o entorno permanecia com sérios problemas sociais (saúde, habitação, educação).



Figura 9 – Lago Igapó: 1^a foto em maio 1976 e 2^a foto em maio de 1978, por Osvaldo Leite.
Fonte: Museu Histórico de Londrina (2010).

Na gestão de Wilson Rodrigues Moreira (1983-1988) houve uma preocupação com o Zerão e o Igapó. O Zerão ganhou várias melhorias como as canchas polivalentes, aparelhos para ginástica, a recuperação da pista de cooper, etc., e uma infra-estrutura que beneficia os usuadores do local. O Igapó foi assistido, a partir de algumas mudanças idealizadas: a implementação de recreações esportivas e outras no Lago Igapó II. Entretanto, nem o projeto inicial foi concluído, nem os cuidados foram suficientes para impedir que a poluição tomasse conta de alguns trechos do Lago Igapó. Corina H. Iwanaga, responsável por uma pesquisa sobre o lago, observa que a comunidade e as associações ambientalistas manifestam preocupações com a preservação do local para que o Lago Igapó se tornasse um das mais belas áreas de lazer que os londrinenses e demais pessoas que passam por Londrina e que podem desfrutar o Lago Igapó e o complexo Igapó – Igapó I, Igapó II e Igapó III –.

O Igapó é um local de lazer, que além da represa, propicia a prática de esportes náuticos, possui vasta área urbanizada com piscinas, pistas de aeromodelismo e foto clube (Figura 10). Em 1996, o lago foi esvaziado, limpo e suas margens revitalizadas, ganhou a ciclovia, Teatro do Lago, jardins e chafariz.

O Lago Igapó, considerado patrimônio afetivo da cidade, é um importante formador de identidade local para Londrina. Projetado em 1957 e inaugurado em 1959 foi realizado através do represamento do Ribeirão Cambezinho. É uma importante área de lazer do londrinense que o utiliza para

caminhadas, passeios de bicicleta e ainda contemplação da natureza, sendo também uma importante referência na paisagem urbana e cultural da cidade de Londrina.

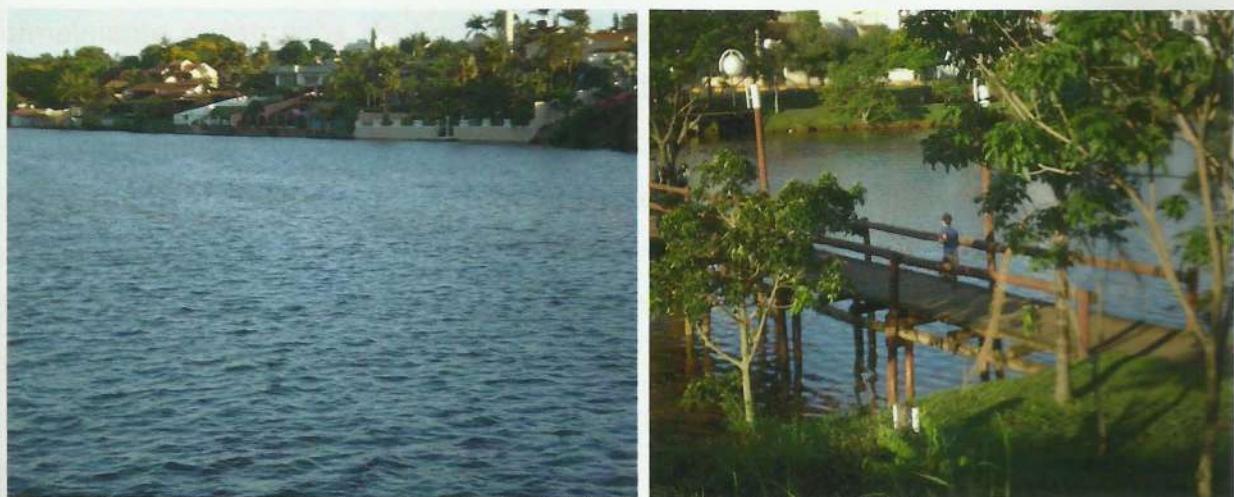


Figura 10 – Lago Igapó I, out. 2010 (primeira foto) e Lago Igapó II, out. 2010 (segunda foto).
Fonte: Martins (2010).

Como menciona Bortolo (2010), o crescimento da cidade de Londrina provocou no centro da cidade um processo de adensamento e verticalização que refletiu na falta de segurança, a violência crescente, na área urbana, além do descaso com a natureza. Conforme o autor, esses fatores associados permitiram que a especulação imobiliária, criasse um *slogan* sobre o que seria ter ‘qualidade de vida’ explorando temas como a proximidade de áreas verdes, vigilância privada, segurança, lazer, entre outras temáticas atrativas, o que levaria à produção de espaços artificiais (shopping centers, condomínios horizontais, etc.), ao que chamamos de “enclaves fortificados”, como denominou Caldeira (2000). Essa nova configuração espacial, a princípio, tinha como propósito isolar as pessoas de maior poder aquisitivo dos possíveis problemas do espaço maior – a metrópole –. Esse processo de configuração espacial, associado à política de urbanismo paisagístico de que falou Serpa (2009), se estendeu para áreas públicas e áreas circunvizinhas (entorno) dos espaços públicos formalmente construídos, tornando-as foco para vândalos e usuários de drogas permanecerem, gerando insegurança e medo à população. Daí porque entendemos que a política de urbanização e de segurança pública, construída com a participação social, leva a sociedade e o Poder Público a caminhar de mãos dadas para a melhoria das condições sociais da população londrinense e não apenas proteger os já ‘protegidos’ pelas seguranças

condominiais, como, também, fortalecer ações sociais – proteção ambiental, educação, saúde e segurança, principalmente – para os menos favorecidos, circunvizinhos do Zerão e Igapós I e II.

A partir dessas considerações, percebemos que os espaços públicos formalmente construídos de Londrina – Zerão e Igapó I e II – guardam resíduos históricos que se materializados, transformados e sobrepostos no tempo presente, são testemunhas dos diferentes momentos de suas construções. É o que Santos (2004, p. 40) chamou de rugosidades ao se referir àquilo que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem. “Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas”. Esperamos, pois, que essas rugosidades deixadas pela história (espaço-temporal) de Londrina nos permitam uma leitura da (re)produção dos espaços públicos de lazer, objeto de nossas pesquisas de campo.

8 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Escuta-se a cidade como se fosse uma música tanto quanto se lê como se fosse um texto.

Henri Lefebvre

Na proposição deste capítulo está embutida a pretensão de, além da apresentação dos resultados da pesquisa de campo na abordagem quantitativa, discutirmos as respostas dadas pelos participantes da amostra, sob uma abordagem qualitativa, baseando-se no referencial teórico-conceitual, a aplicação empírica dos conceitos discutidos nessa dissertação. Para tal, organizamos o capítulo em três seções distintas – subtítulos –, sendo que, na primeira delas, traçamos um perfil geral da amostra, centrado no gênero, idade, atividade ocupacional (profissão) e proximidade de moradia. Na segunda, abordamos especificidades sobre os hábitos dos sujeitos relativos à proximidade entre moradia e o local da freqüência em correlação com a atividade que ai desenvolve. Na última discutimos questões relacionadas à violência nos espaços públicos de lazer – Zerão, Igapó I e II.



Figura 11 – Lago Igapó I, dez. 2010.
Fonte: Martins (2010).



Figura 12 – Lago Igapó II, dez. 2010.

Fonte: Martins (2010).



Figura 13 – Zerão, dez. 2010.

Fonte: Martins (2010).

8.1 PERFIL DA AMOSTRA

A amostra da pesquisa de campo, de característica exploratória, contou com a participação de trezentos e oitenta e seis (386) freqüentadores dos espaços públicos de lazer – Zerão e Igapó I e II – que se dispuseram a participar e responderam as questões propostas no instrumento de coleta de dados, isto é, no questionário (APÊNDICE A).

O perfil da amostra foi traçado a partir da identificação do gênero, idade e atividade ocupacional dos freqüentadores, doravante, denominados de sujeitos e usadores dos espaços públicos.

Lembramos que o uso do vocábulo sujeito se relaciona ao reconhecimento do direito de a pessoa, abordada em qualquer um dos espaços públicos, aceitar ou não participar da nossa pesquisa de campo. Também, pensamos em Arendt, na sua compreensão de que o discurso se apresenta como um elemento revelador, sendo por ele que o homem em sua pluralidade se revela como singular. Já o termo usador, por não se reportar ao usuário de determinada políticas públicas, remete a Santos (2005) com sua noção de que o território usado é constituído por objetos e ações, sinônimo de espaço humano, sendo uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O autor teoriza que o uso do território se dá pela dinâmica do lugar. O lugar é proposto pelo autor como "o espaço do acontecer solidário". Esta solidariedade define usos e gera valores de múltiplas naturezas: antropológicos, culturais, econômicos, sociais, financeiros.

No Gráfico 1 demonstramos a participação dos sujeitos segundo o gênero, a freqüência absoluta (n) e a percentagem (%) correspondente ao total da amostra (100%). Nele se observa que houve maior participação do gênero masculino, com 220 sujeitos (57% do total da amostra). Quanto ao gênero feminino, participaram 166 sujeitos (43%).

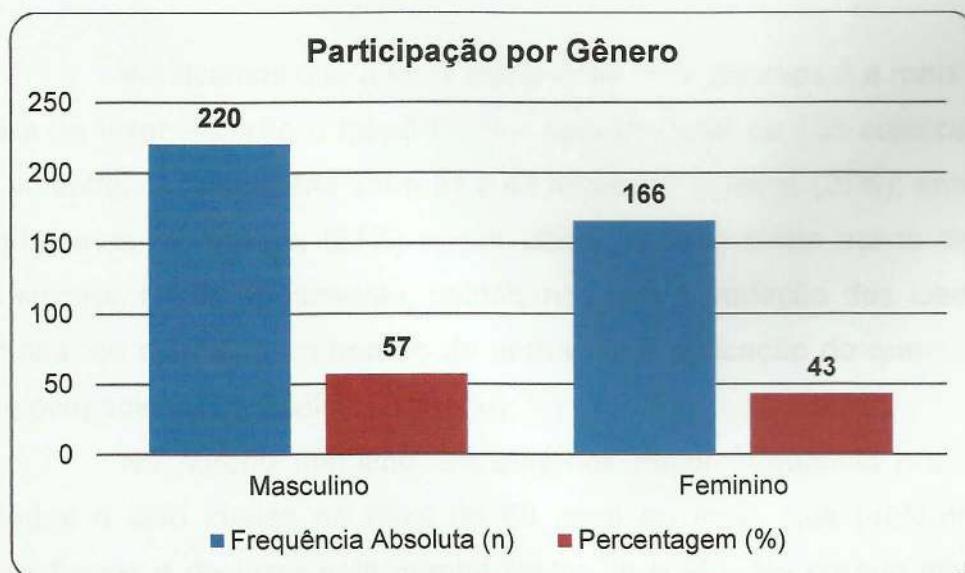


Gráfico 1 – Participação dos sujeitos por gênero.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

A variação de gênero está relacionada ao dia da semana e ao horário da entrevista e aplicação do questionário. Constatamos que o gênero masculino é mais freqüente nos finais de semana e nos horários intermediários, isto é, no final da tarde e início da noite (das 17h30 às 21h).

Agrupadas por categorias de análise as idades dos sujeitos em quatro (4) intervalos distintos a partir de 15 anos (menor idade encontrada), quais sejam: faixa etária entre 15 e 30 anos; entre 31 e 45 anos; 46 e 60 anos e acima de 60 anos. Os dados compilados aparecem no Gráfico 2.

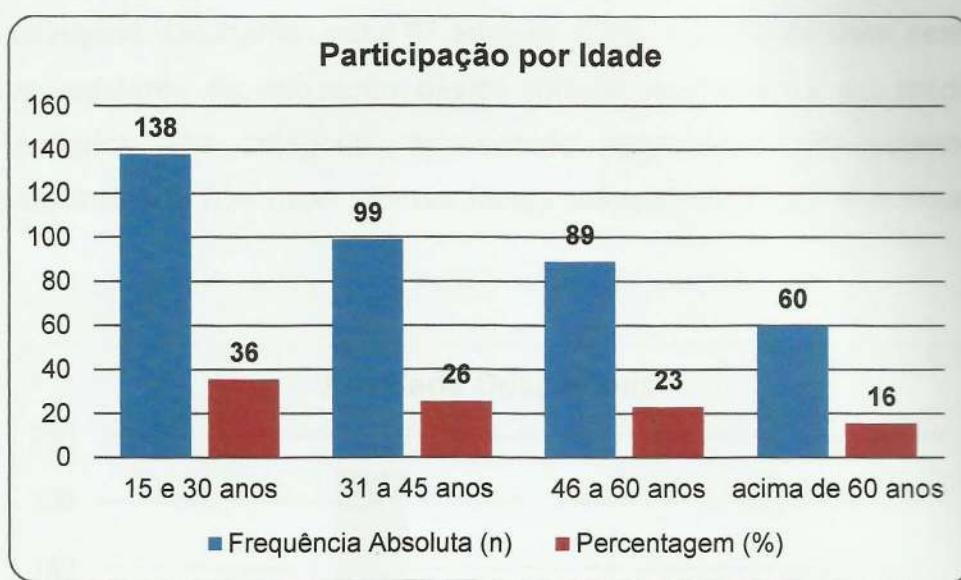


Gráfico 2 – Participação dos sujeitos por idade.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Verificamos que a faixa etária entre 15 e 30 anos é a mais freqüente aos locais de lazer – Zerão e Igapó I e II – com um total de 138 sujeitos (36% do total da amostra). A faixa etária entre 31 e 45 reuniu 99 sujeitos (26%); entre 46 e 60 anos agrupamos 89 sujeitos (23%) e, por último, a faixa etária acima de 60 anos com 60 sujeitos (16%). Igualmente, contatamos que a variação das idades, como apresentada, se relaciona ao horário da entrevista e aplicação do questionário e à atividade ocupacional do sujeito (profissão).

No horário matutino encontramos maior freqüência entre pessoas aposentadas e com idades na faixa de 60 anos ou mais, que preferem realizar atividades físicas e de lazer pela manhã (entre 7h e 9h). No horário intermediário (entre 17h30 e 20h) há maior multiplicidade de faixas etárias e da tipificação da

atividade ocupacional. No final da tarde (entre 17h e 19h) a freqüência de estudantes (idades entre 15 e 20 anos) é considerável.

A atividade ocupacional do sujeito foi analisada em quatro (4) categorias, como apresentadas no Gráfico 3: estudante, empregado formal, desempregado e aposentado. Verificamos que a categoria 'empregado formal', a qual incluiu todos os sujeitos que exercem uma atividade ocupacional relacionada ao emprego formal (trabalho com carteira assinada ou trabalho autônomo), apresentou maior freqüência absoluta com 224 sujeitos (58% do total da amostra). Já a categoria 'desempregado' foi a de menor freqüência absoluta, apenas 10 sujeitos (3%). A categoria 'estudante' inclui 87 sujeitos (22%) que declararam serem alunos de cursos regulares da educação básica (ensino fundamental ou médio) ou do ensino superior. Na categoria 'aposentado' agrupamos 65 sujeitos (17%), comumente inclusos nas duas últimas faixas etárias (46-60 anos e superior a 60 anos).

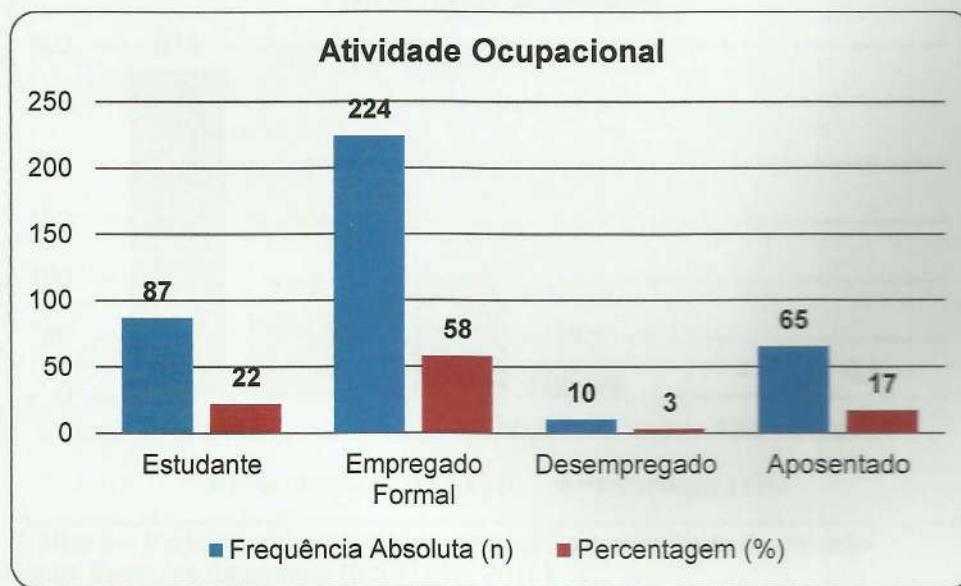


Gráfico 3 – Participação dos sujeitos, segundo a atividade ocupacional.
Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

A proximidade da moradia ao espaço público formalmente construído – Zerão, Igapó I e II – também é um dos fatores que interfere na participação do sujeito nessa pesquisa e, por conseguinte, no traçado do perfil geral da amostra. Essa interferência decorre pelo fato observado na relação de proporcionalidade entre proximidade e freqüência ao espaço; quanto mais próxima era a residência maior e mais regular era a freqüência do sujeito ao espaço público.

Ainda que os conceitos ‘perto e longe’ sejam discutíveis na relação simbólica que representam para cada indivíduo, uma vez que não apresentamos parâmetros convencionais para medir a distância (metro, quadra, quilômetro, etc.), nessa dissertação consideramos que o significado de ‘perto’ se relaciona ao fato de o sujeito residir nos conjuntos habitacionais existentes no entorno de cada espaço público investigado. Em contraponto, o ‘longe’ significa que o sujeito não é morador desses conjuntos habitacionais que contornam o Zerão ou as margens do Lago Igapó.

Observamos no Gráfico 4 que 279 sujeitos (72,3% do total da amostra) residem próximos ao espaço público que é usador; 105 sujeitos (27,2%) residem longe do espaço público usado para atividades físicas, desportos e de lazer. Dois sujeitos (0,5%) não responderam, possivelmente pela indefinição de parâmetros para indicar distâncias e relacionar o significado de ‘perto’ e ‘longe’.

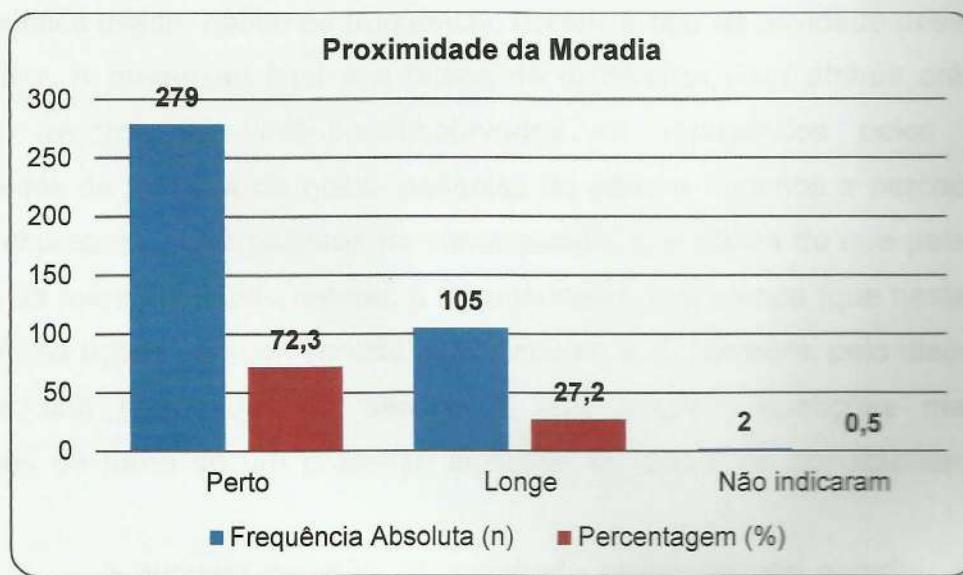


Gráfico 4 – Participação dos sujeitos, segundo a proximidade de moradia.
Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Na análise das variáveis – gênero, idade, atividade ocupacional (profissão) e proximidade da moradia – evidenciamos algumas características que, sobretudo, serviram para traçar um perfil dos sujeitos dessa amostra. Verificamos que entre os usuários dos espaços públicos formalmente construídos – Zerão, Igapó I e II – destacou-se a presença do gênero masculino, na faixa etária entre 15 e 30 anos. Esses sujeitos possuem empregos formais ou desempenham atividade

ocupacional como autônomos e residem proximamente ao espaço público que usam.

Lembramos que outras interferências da variável proximidade da moradia ao espaço público formalmente construído estão intimamente relacionadas a hábitos de freqüência, tipos de atividades desenvolvidas (física, desportiva ou de lazer) e o espaço público escolhido para tais atividades. A correlação entre proximidade ou não da moradia, escolha do espaço público e tipificação das atividades desenvolvidas é discutida no próximo subtítulo.

8.2 HÁBITOS DE USO E DE FREQUÊNCIA AOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Propomos uma correlação entre proximidade da moradia com o espaço público usado, hábito de freqüência, horário e tipo de atividade desenvolvido pelo usador. A pretensão final é a busca de evidências para atribuir crédito aos possíveis eventos de violência observados ou vivenciados pelos sujeitos, componentes da amostra de nossa pesquisa de campo. Usamos a percepção dos sujeitos, expressas pelas palavras na compreensão arendtiana de que pela palavra se passa da mera alteridade natural, à singularidade, à diferença (que neste sentido é política). As ações ganham sentido pelo discurso e, é, também, pelo discurso que as ações são carregadas de sentido e não simples repetições mecânicas, expressões de parte de um processo biológico ou social de condicionamento do homem.

A primeira questão encaminhada nesse sentido abordou o espaço público usado como preferido pelo sujeito – Zerão, Igapó I e II –. No cômputo das respostas, observamos que 363 sujeitos são usadores somente de um dos espaços públicos – ou do Zerão, ou Igapó I ou Igapó II – e 23 sujeitos usufruem dois ou três desses espaços em momentos e situações específicas. Desses 23 sujeitos, 4 são usadores tanto do Zerão como do Igapó I; 4 do Zerão e Igapó II; 5 do Igapó I e Igapó II e 10 usam o Zerão e os Igapó I e II.

Agrupamos os sujeitos da pesquisa conforme a preferência pelo uso de um ou mais espaços públicos dentre os investigados e apresentamos no Gráfico 5, com freqüência absoluta (n) e percentual (%) correspondentes a uma amostra de

386 sujeitos (100%). Os 23 sujeitos usadores de mais de um espaço público foram indicados como 'intersecções'.

Dos sujeitos que preferem usar um único espaço público dentre os três investigados em nossa pesquisa de campo, em termos de valores absolutos e de percentuais, observamos maior preferência pelo Zerão, 141 sujeitos (37% desse total). O Igapó I é usado por 127 sujeitos (33%) e o Igapó II por 95 sujeitos (25%) e 23 sujeitos (6%) formam as intersecções, que correspondem à preferência pelo uso de mais que um espaço em momentos e situações específicas, notadamente para finalidade desportiva e de lazer como a pesca.

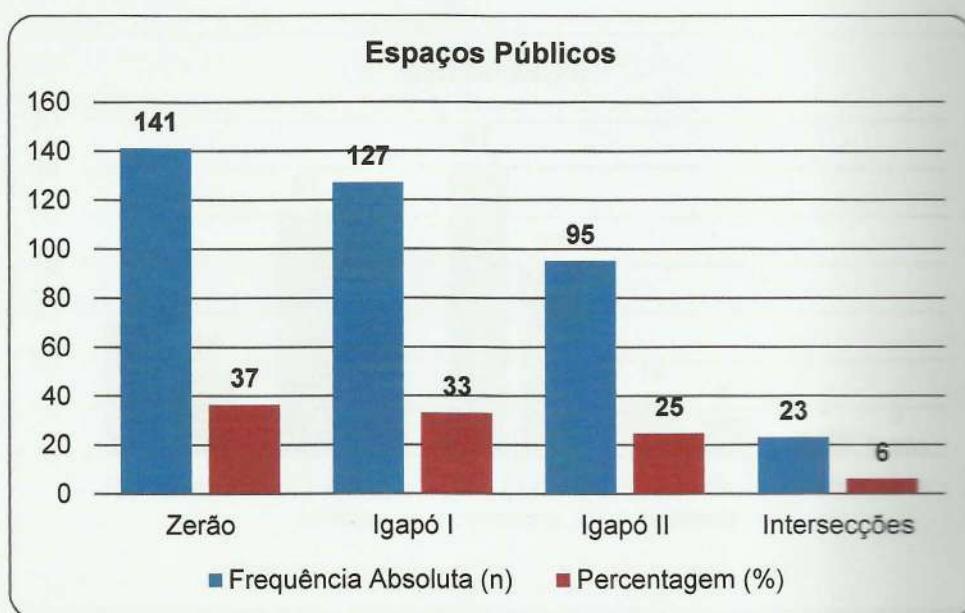


Gráfico 5 – Espaço público preferido pelos sujeitos.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

O hábito do uso regular do espaço público foi investigado em cinco (5) categorias de análises, a saber: raramente freqüenta, uma vez por semana, duas vezes por semana, três vezes por semana e diariamente. Essas categorias foram usadas nos três próximos gráficos para demonstrar a freqüência absoluta (n) e a percentagem (%) de sujeitos em relação ao hábito de uso do Zerão (Gráfico 6), do Igapó I (Gráfico 7) e do Igapó II (Gráfico 8).

O primeiro deles, Gráfico 6, reuniu todos os sujeitos que usam o Zerão. Nesse cômputo, incluindo os que só usam o Zerão (141 sujeitos) e os usadores do Zerão e Igapó I e II (intersecções), totalizamos 157 sujeitos (100% da amostra para o local).

Dentre as opções de hábitos de uso do Zerão, constatamos maior preferência pela categoria 'duas vezes por semana' (2 x por semana), total de 61 sujeitos (39% do total da amostra deste espaço público) e menor preferência pela categoria 'diariamente', 5 sujeitos (3%).

A categoria 'raramente' foi indicada por 28 sujeitos (18%). Nela estão incluídas as intersecções e os sujeitos que preferem outros equipamentos públicos ofertados pelo Zerão, como o Anfiteatro do Zerão. Verificamos que 51 sujeitos (32%) optaram por indicar 'uma vez por semana' (1 x por semana) e 12 sujeitos (8%) apontaram 'três vezes por semana' (3 x por semana).

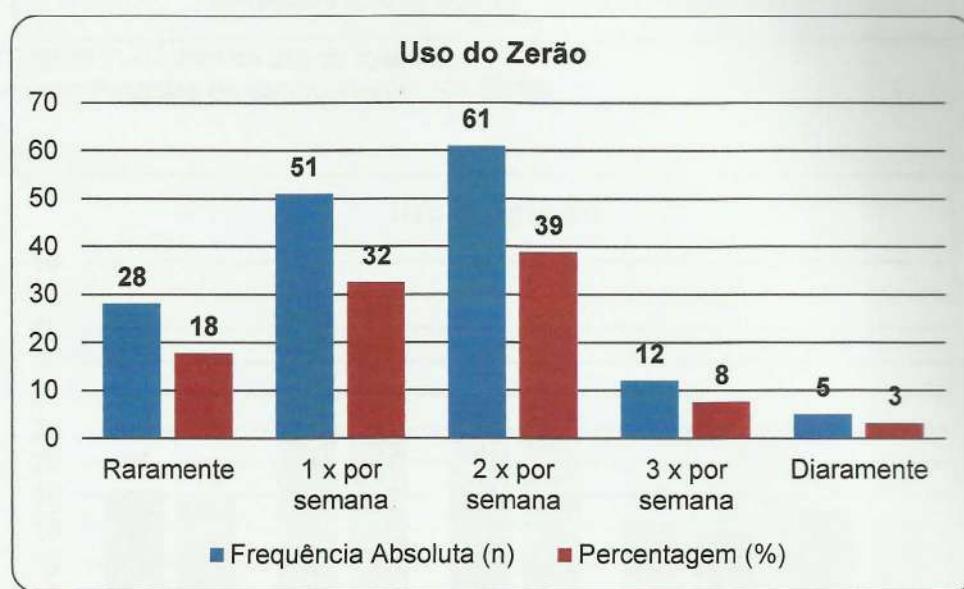


Gráfico 6 – Hábito de uso do Zerão.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

No Gráfico 7 reunimos todos os sujeitos que apontaram usar o Igapó I. Nesse cômputo, incluindo os que usam o Igapó I (127 sujeitos) e os que usam o Igapó I, o Zerão e o Igapó II (intersecções), totalizamos 147 sujeitos (100% da amostra). Novamente, em relação ao uso do Igapó I, as categorias de maior e de menor indicação dos sujeitos foram '2 x por semana' e 'raramente'. Observamos que 23 sujeitos (16% do total da amostra) apontaram a categoria 'raramente' (inclusas as intersecções); 37 sujeitos (25%) optaram por '1 x por semana'; 74 sujeitos (50%) '2 x por semana'; 9 sujeitos (6%) '3 x por semana' e 4 sujeitos (3%), diariamente.

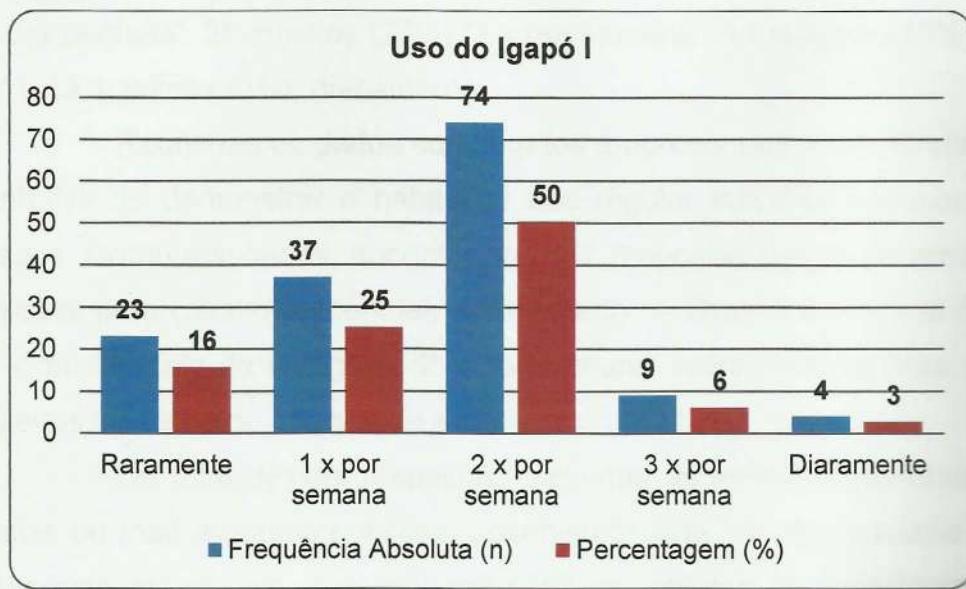


Gráfico 7 – Hábito de uso do Igapó I.
Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

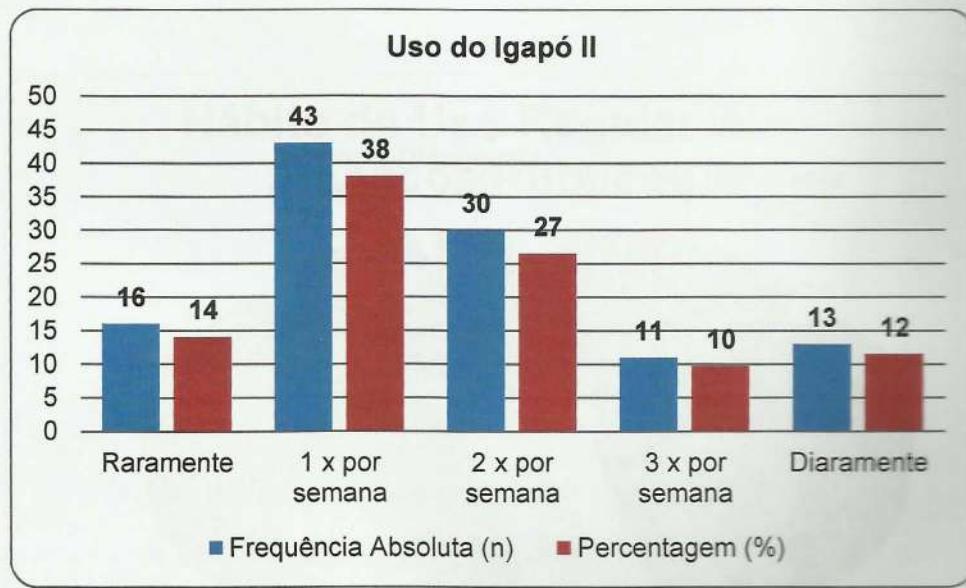


Gráfico 8 – Hábito de uso do Igapó II.
Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

O Gráfico 8 reúne todos os sujeitos que usam o Igapó II. Incluindo no cômputo aqueles que usam o Igapó II (95 sujeitos) e os que usam o Igapó II, Zerão e Igapó I (intersecções), totalizamos 113 sujeitos (100% da amostra). Diferentemente das situações anteriores, as categorias de maior e de menor indicação dos sujeitos para uso do Igapó II foram ‘1 x por semana’ e ‘3 x por semana’. Na análise por categoria, observamos que 16 sujeitos (14%) apontaram a categoria ‘raramente’ (também inclusas as intersecções); 43 sujeitos (38%) optaram

por '1 x por semana'; 30 sujeitos (27%) '2 x por semana'; 11 sujeitos (10%), '3 x por semana' e 13 sujeitos (12%), diariamente.

Reunimos os dados computados e apresentados nos Gráficos 6, 7 e 8 na tentativa de demonstrar o hábito de uso regular dos três espaços públicos investigados. Como resultados, encontramos 417 respostas (100% da amostra) que foram usadas para cálculo percentual, apresentado no Gráfico 9, no qual é possível verificar o predomínio da categoria '2 x por semana' entre as respostas atribuídas pelos sujeitos da amostra, totalizando 40%.

Do total dessas respostas, incluídas as intersecções referentes ao uso de dois ou mais espaços públicos, observamos que 5% têm o hábito diário de freqüentar pelo menos um dos espaços públicos, objetos de investigação nessa dissertação; 8% freqüenta '3 vezes por semana'; 16% 'raramente' e 31% indicaram freqüentar apenas '1 x por semana'.

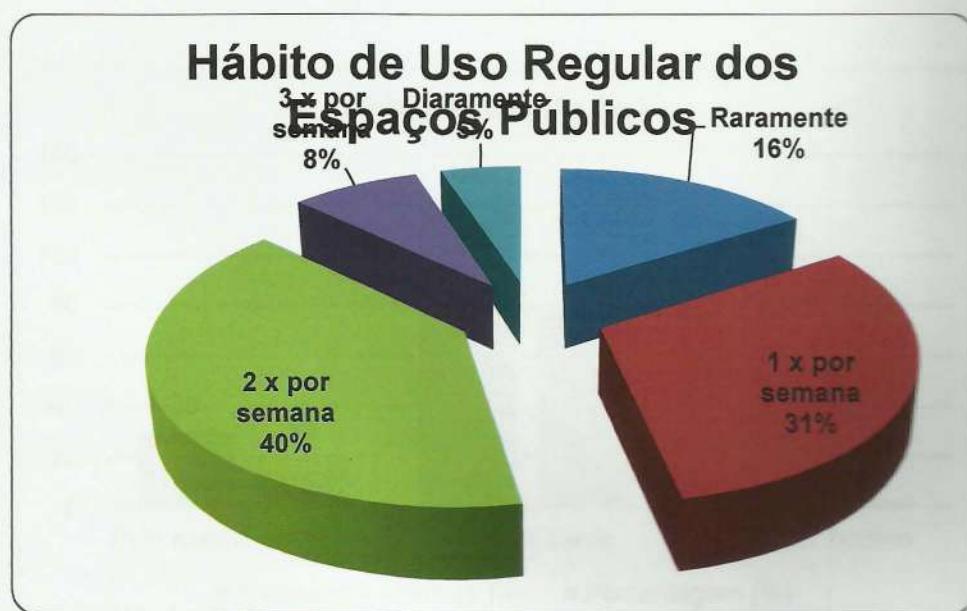


Gráfico 9 – Hábito de uso dos espaços públicos formalmente construídos.
Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

A investigação quanto ao horário preferido pelos sujeitos para fazer uso dos espaços públicos formalmente construídos, baseou-se nas respostas dadas a uma das três opções ofertadas para escolha, quais sejam: pela manhã bem cedo, final da tarde e a qualquer horário (indeterminado). Essas categorias foram usadas nos três próximos gráficos para demonstrar a freqüência absoluta (n) e a

percentagem (%) de sujeitos em relação ao horário de uso do Zerão (Gráfico 10), do Igapó I (Gráfico 11) e do Igapó II (Gráfico 12).

Reunimos todos horários indicados pelos usadores do Zerão, incluindo as intersecções – Zerão e Igapó I e II –, e apresentamos no Gráfico 10. Verificamos que o horário de maior preferência entre os usadores do Zerão é ao ‘final da tarde’, com freqüência absoluta de 122 sujeitos e percentagem de 78% sobre o total amostral (157 sujeitos), e a menor preferência se estabeleceu para a categoria ‘qualquer horário’, com 5 sujeitos (3%). Observamos que nesta última categoria, a flexibilidade do horário de freqüência está associada aos sujeitos que usam mais de um dos espaços públicos (as intersecções) ou a estudantes em folgas durante o horário escolar. A categoria de horário ‘pela manhã bem cedo’ foi indicada por 30 usadores (19%), geralmente ligada aos sujeitos que declararam ser aposentados ou ter ocupação formal a partir de determinado horário, que lhe permite praticar atividades físicas antes de iniciado o expediente.

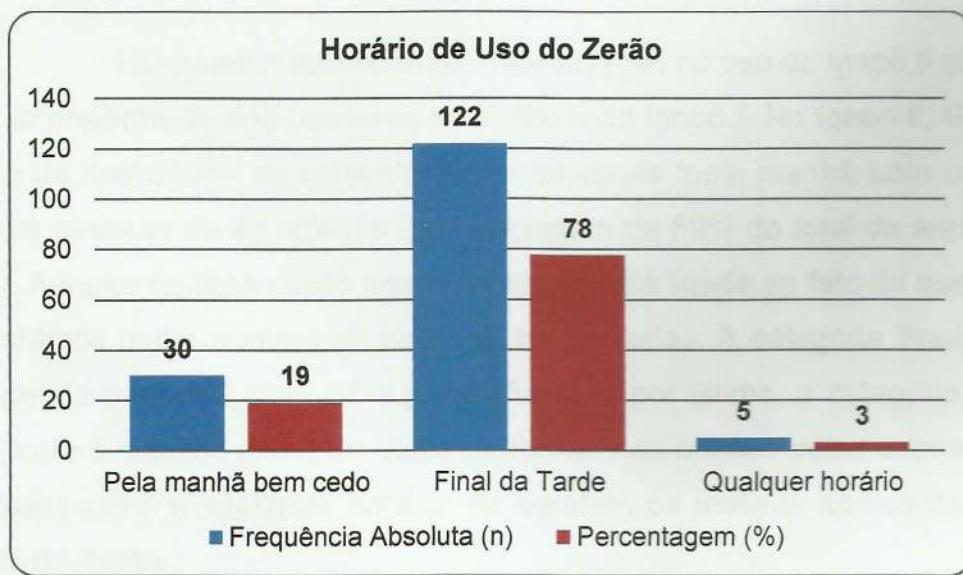


Gráfico 10 – Horário de uso do Zerão.
Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

O horário de uso do Igapó I, apresentado no Gráfico 11, também demonstra preferência para o horário de ‘final de tarde’, com 99 sujeitos (67% do total da amostra de 147 sujeitos). O horário ‘pela manhã bem cedo’ foi preferido por 42 sujeitos (29%) e o horário indeterminado, isto é, ‘qualquer horário’ por 6 sujeitos (4%). Aqui, também, constatamos nas falas dos sujeitos que as opções pelas

categorias ‘pela manhã bem cedo’ e ‘qualquer horário’ se referem aos mesmos motivos declarados pelos usadores do Zerão.

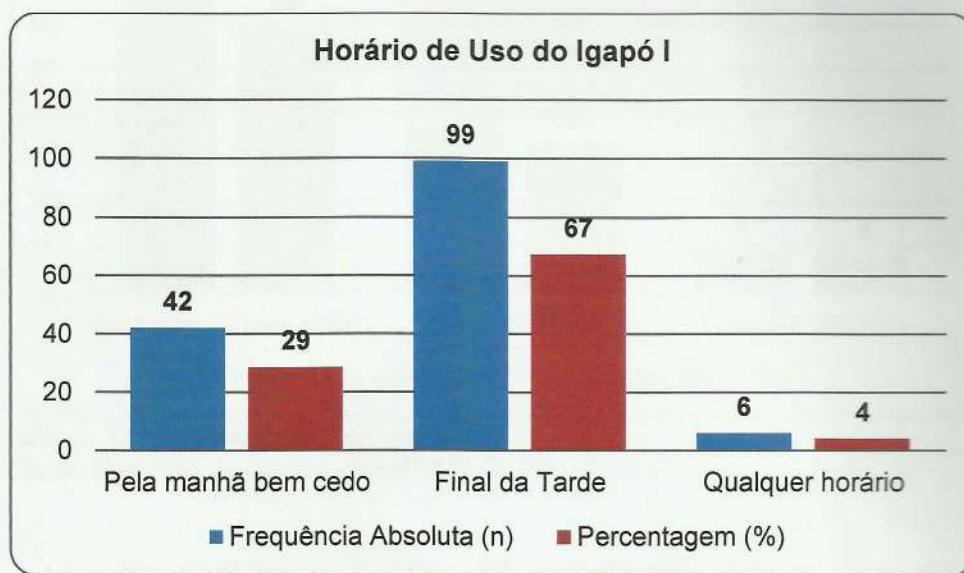


Gráfico 11 – Horário de uso do Igapó I.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Novamente percebemos diferenciação no uso do Igapó II em relação ao horário preferencial dos usadores do Zerão e do Igapó I. No Igapó II, Gráfico 12, o horário de preferência se estabeleceu na categoria ‘pela manhã bem cedo’, com freqüência absoluta de 67 sujeitos e percentagem de 59% do total da amostra (113 sujeitos). A maior representação dessa categoria está ligada ao fato de que no Igapó II encontramos maior número de pessoas aposentadas. A categoria ‘final da tarde’ foi a segunda preferida, com 37 sujeitos (33%) e, por último, a categoria ‘qualquer horário’, com 9 sujeitos (8%). De qualquer forma, nas opções pelas categorias ‘pela manhã bem cedo’ e ‘qualquer horário’ se repetem os motivos apresentados pelos usadores do Zerão.

No cômputo dos dados reunimos aqueles sujeitos que usam apenas um dos espaços públicos e os usadores de dois ou mais (intersecções) e totalizamos 417 respostas (100% da amostra). Com base nesse total, construímos o Gráfico 13 e apresentamos em percentagem (%) o horário preferencial dos usadores dos três espaços públicos investigados.

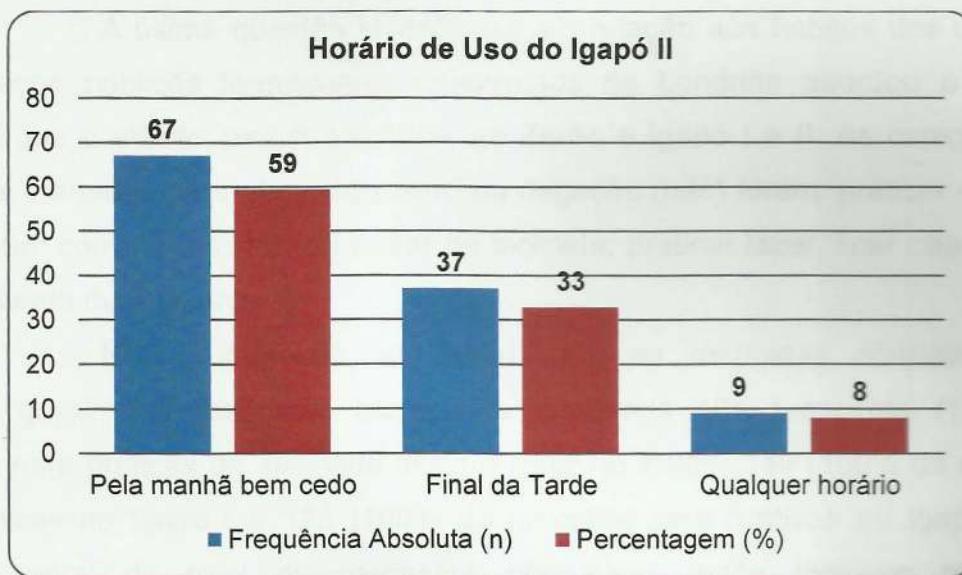


Gráfico 12 – Horário de uso do Igapó II.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Na análise do Gráfico 13 percebemos que o ‘final da tarde’ se apresentou como a categoria de horário preferida pelos usadores do Zerão, Igapó I e II e suas intersecções, com um total de 62% da preferência entre os sujeitos dessa pesquisa. A categoria de horário, identificada como ‘pela manhã bem cedo’, alcançou 33% da preferência dos usadores. O horário indefinido, ou seja, ‘qualquer horário’ teve preferência por apenas 5% dos sujeitos. Esses resultados indicam que a grande maioria dos sujeitos (95%) tem formado o hábito e estabelecido o horário para usar os espaços públicos.



Gráfico 13 – Horário preferencial de uso dos três espaços públicos investigados.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

A última questão investigada em relação aos hábitos dos usadores dos espaços públicos formalmente construídos de Londrina abordou o tipo de atividade que o sujeito costuma realizar no Zerão e Igapó I e II. As categorias de respostas ofertadas para afirmação (sim) ou negação (não) foram: praticar exercício físico como: correr, caminhar ou andar de bicicleta; praticar lazer, ficar observando, contemplando ou relaxando.

Nosso interesse se voltou para as respostas afirmativas. No cômputo geral, das respostas afirmativas anotamos 161 respostas (100% da amostra) para práticas de atividade física e lazer no Zerão; 149 (100% da amostra) para práticas no Igapó I e 125 (100% da amostra) para práticas no Igapó II. No cômputo geral do total de respostas afirmativas estão inclusas atividades diferenciadas por espaço público, por exemplo, faz caminhada em um local e pratica atividade desportiva em outro, razão que justifica maior freqüência absoluta (n). As práticas desportivas nominadas pelos sujeitos, convenientemente, foram computadas como atividade física.

Pelas respostas afirmativas agrupadas no Gráfico 14 observamos que a preferência dos sujeitos dessa pesquisa de campo é a prática de atividade física como correr, caminhar ou andar de bicicleta. Para a prática de atividade física no Zerão computamos 148 respostas afirmativas (92% do total da amostra do local) e no Igapó I foram 144 respostas afirmativas (7% do total específico para o local).

No Zerão e Igapó I a prática de lazer – ficar observando, contemplando ou relaxando – é pouco expressiva, com 13 respostas afirmativas (8% do total específico do local) e 5 respostas afirmativas (3% do total específico do local), respectivamente. Já no Igapó II a prática do lazer aparece destacada, com 36 respostas afirmativas (29% do total específico do local).

Junto à questão acerca do tipo de atividade praticada em cada espaço público investigado, no formulário de coleta de dados, questionamos se o usuário pratica sua atividade em companhia de familiares ou de amigos ou sozinho. A opção de resposta incluía a afirmação (sim) e a negação (não).

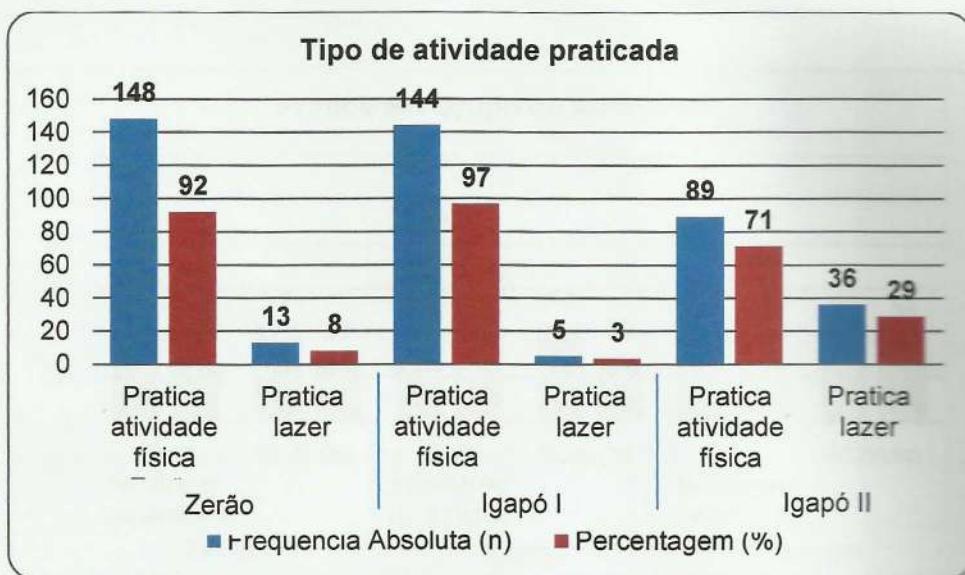


Gráfico 14 – Tipo de atividade praticada por local.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Na análise dos dados empíricos optamos convenientemente em computar as respostas afirmativas. Anotamos 157 respostas afirmativas (100% do total da amostra) para práticas de atividade física e lazer em grupo ou sozinho no Zerão; 147 afirmações (100% da amostra) para práticas em grupo ou sozinho no Igapó I e 113 (100% da amostra) para práticas em grupo ou sozinho no Igapó II. A distribuição dessas freqüências absolutas e respectivas porcentagens aparecem no Gráfico 15.

Observações que os usuadores do Zerão, Igapó I e Igapó II têm preferência para desenvolver atividades físicas e de lazer em grupos de familiares ou de amigos.

Especificamente, para a prática de atividade física e de lazer em grupo de familiares ou de amigos, no Zerão computamos 112 respostas afirmativas (72% do total da amostra do local), no Igapó I foram 103 respostas afirmativas (70% do total específico para o local) e no Igapó II, 70 respostas afirmativas (62% do total da amostra do local).

A prática de atividade física e de lazer realizada ‘sozinho’, ou seja, individualmente, é mais expressiva em termos percentuais no Igapó II, com 43 respostas afirmativas (38% do total específico para o local). No Zerão e Igapó I a prática de atividade física e de lazer ‘sozinho’, respectivamente, 45 respostas afirmativas (29% do total específico para o local) e 44 respostas afirmativas (30% do total específico para o local).

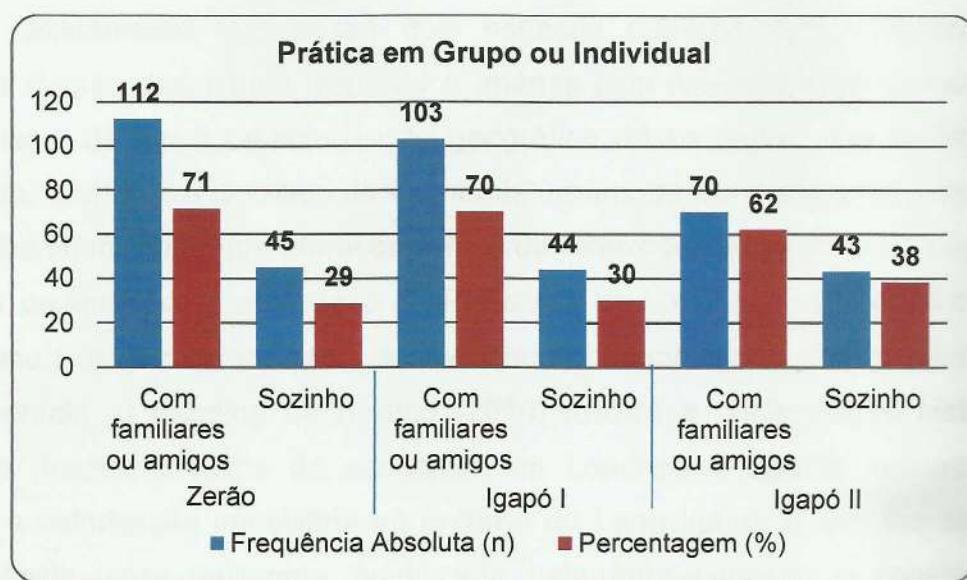


Gráfico 15 – Prática de atividades em grupo ou individual por local.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Na análise quanto aos hábitos de uso e de freqüência aos espaços públicos formalmente construídos – Zerão e Igapó I e II – as variáveis analisadas nessa pesquisa evidenciaram elementos caracterizadores dos usadores. Ainda que considerada interferência do horário em que foram realizadas as entrevistas e as coletas de dados, os índices percentuais encontrados nos permitem discutir essas características com mais propriedade. Verificamos que o Zerão é o espaço público de maior preferência (37%) entre os sujeitos dessa pesquisa de campo, o hábito de uso de maior destaque é duas vezes por semana (39%), preferentemente no final da tarde (62%). Quanto ao tipo de atividade física praticada nos espaços públicos, constatamos que a atividade física, incluindo práticas de esportes, é predominante tanto no Zerão (92%) como nos Igapó I (97%) e II (71%). Essas atividades físicas são desenvolvidas preferentemente em grupos de familiares ou amigos, no Zerão (71%) e Igapó I (70%) e Igapó II (62%).

No entanto, sob uma análise mais atenciosa, observamos que os usadores do Igapó II formam um grupo de sujeitos com peculiaridades que os diferenciam dos usadores do Zerão e do Igapó I. Verificamos que, enquanto os usadores do Zerão e Igapó I demonstraram preferência pelo hábito de uso do local duas vezes por semana, no final da tarde, no Igapó II a preferência é uma vez por semana, pela manhã bem cedo. A prática de lazer, realizada ‘sozinho’, isto é, individualmente, tem maior destaque entre os usadores do Igapó II.

As diferenciações entre os hábitos de uso dos Igapó I e II chamam a atenção, exatamente, por esses dois espaços públicos estarem localizados na chamada Região dos Lagos, separados apenas pela Avenida Higienópolis, o que, em hipótese, devido à caracterização geográfica dessa região não se justificaria. Entretanto, a ótica dos circuitos da economia urbana de Londrina e da consequente exploração imobiliária pode oferecer pontos de reflexões. No entorno do Lago Igapó há maior proximidade à edificação da Prefeitura de Londrina, aos novos conjuntos habitacionais, o que caracterizam o novo circuito econômico e político ali instalado. Nesse sentido, o trabalho de Bortolo (2010) mostra a configuração histórica da formação desses circuitos de economia em Londrina e aponta indicativos que levaram a valorização imobiliária ao entorno do Lago Igapó, o que fez surgir, em consequência, uma paisagem modificada pela infra-estrutura e construção de moradias para a população de alto poder aquisitivo. Nesse contexto, o forte apelo à natureza, mediante a visão do Lago Igapó usada como estratégia mercadológica, propiciou o surgimento dos espaços públicos de lazer. Como explica o autor, “[...] a natureza neste caso se encontra ‘midiatizada’, pois serve como um elemento a mais para se comercializar tais empreendimentos e chamar a atenção ao mercado consumidor” (p. 173).

8.3 EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

O perfil da amostra e a abordagem sobre hábitos de freqüência e tipos de atividades desenvolvidas pelos usadores, em grupos ou individualmente, de certa forma, são alicerces que nos possibilitam atribuir maior credibilidade às informações levantadas referentes à percepção de violência aos espaços públicos investigados de Londrina. Essa pretensão decorre do entendimento de que a percepção de violência, considerada nessa dissertação, está intimamente associada às variáveis analisadas, isto porque se busca entender se há uma relação entre o fenômeno da violência (real ou imaginária) em espaços públicos da cidade e as ações públicas que regulam a sustentabilidade desses locais. No entanto, acreditamos que somente é possível traçar um panorama da violência urbana, especificamente, relacionada ao uso dos espaços públicos formalmente construídos,

em determinado tempo histórico, a partir da percepção dos usadores contumaz daqueles espaços.

Nessa compreensão, nossa pesquisa de campo investigou a expressão e a percepção da violência urbana nos espaços públicos a partir da informação prestada pelos usadores do Zerão e Igapó I e II, em um tempo histórico que abrangeu desde novembro de 2009 até início de dezembro de 2010.

A primeira questão investigativa abordou a segurança no local, no transcurso do tempo histórico de um ano, na comparação com o período da entrevista, realizada em dezembro de 2010. Analisamos o conceito de segurança na dimensão simbólica, cujo significado é construído na subjetividade pelo indivíduo a partir do contexto sociocultural em que vive. Quando se trata de correlacionar à significação insegurança-segurança, a expressão do conceito de segurança se associa ao medo (dos crimes e dos criminosos), à estigmas e às formas estereotipadas de perceber o ‘estrangeiro’, o desconhecido, como discorrem Zaluar (1994), Caldeira (2000) e Bauman (2009). Na idéia de segurança ligada a medos, estigmas e estereótipos não há referência específica à segurança pública como dever do Estado e direito do cidadão. A segurança pública, conforme vocabulário jurídico (SILVA, 2003), constitui a garantia que o Estado oferece aos cidadãos, por meio de organizações próprias, contra todo o perigo que possa afetar a ordem social, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade.

O sentido da segurança pública, na representação dos habitantes das cidades, associa-se ao medo da violência urbana que, genericamente, podemos vê-la como uma “representação coletiva”. Como entende Silva (2004, p. 33), “uma categoria do entendimento de senso comum que consolida e confere sentido à experiência vivida nas cidades”. Essa representação coletiva também orienta instrumental e moralmente o curso das ações da população, que como indivíduos isolados ou em práticas coletivas, consideram mais adequada ou conveniente para atuarem mediante diversas situações.

Nessa compreensão, para os propósitos dessa dissertação, há necessidade de articularmos ao conceito de segurança na dimensão subjetiva (criação, invenção ou intuição do próprio sujeito), a noção de segurança pública como dever do Estado e de violência. Por isto as abordagens sobre segurança (conceito pessoal), policiamento e violência nos espaços públicos investigados.

Para apreendermos o significado de segurança, ofertamos seis (6) categorias de respostas aos sujeitos, a saber: muito melhor, pouco melhor, quase a mesma, pouco pior, muito pior e não sei avaliar.

No cômputo das respostas consideramos aqueles sujeitos que são usadores de um só dos espaços investigados – ou Zerão, ou Igapó I ou Igapó II – e aqueles que usam mais do que um deles (a que denominamos de intersecções).

Em função disto, anotamos um total de 417 respostas dos sujeitos, sendo 157 respostas (100% da amostra) atribuídas para a segurança observada no Zerão, 147 respostas (100% da amostra) para o Igapó I e 113 respostas (100% da amostra para o Igapó II). Os usadores do Zerão optaram pelas três primeiras categorias.

No Gráfico 16 observamos que esses usadores (157 no total da amostra válida para o Zerão) se mostraram otimistas ao considerarem que a segurança no local, quando comparada há um ano, está um ‘pouco melhor’, com 137 respostas (87%), e ‘muito melhor’ com 13 respostas (8%). Apenas 7 usadores (4%) responderam que a segurança no local se apresenta ‘quase a mesma’, o que significa não ter sido observada mudança significativa.

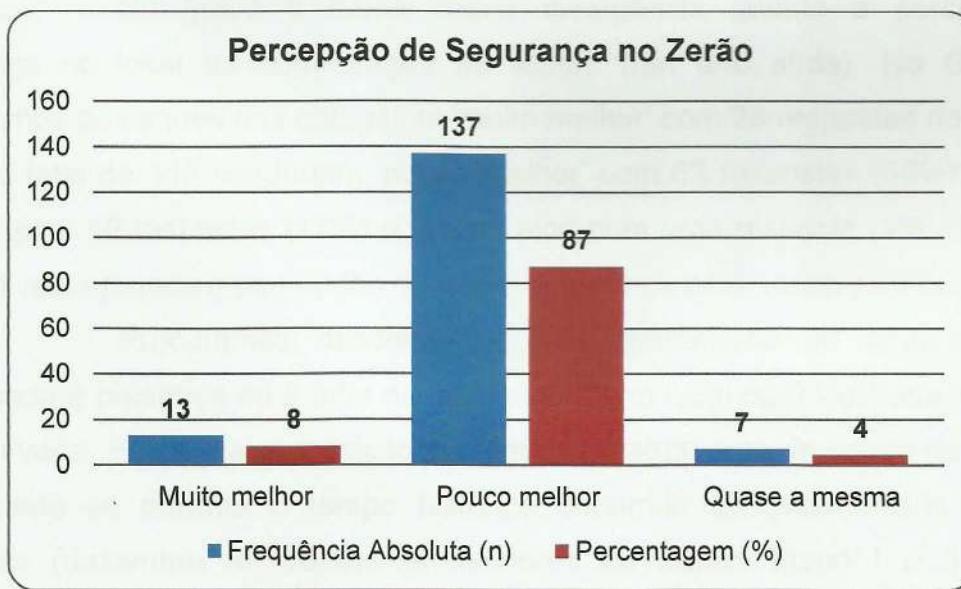


Gráfico 16 – Percepção da segurança no Zerão.
Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

A percepção da segurança no Igapó I, expressa no Gráfico 17, demonstra, também, que os usadores (147 no total da amostra do local) percebem melhoria na segurança no local no tempo histórico de um ano atrás, sobressaindo-se

a categoria ‘pouco melhor’, com 116 respostas (79% do total da amostra local). A categoria ‘muito melhor’ foi indicada por 9 usadores (6%), a ‘quase a mesma’ por 20 (14%), um usador optou ‘pouco pior’ (1%) e outro que não soube avaliar a questão (1%).

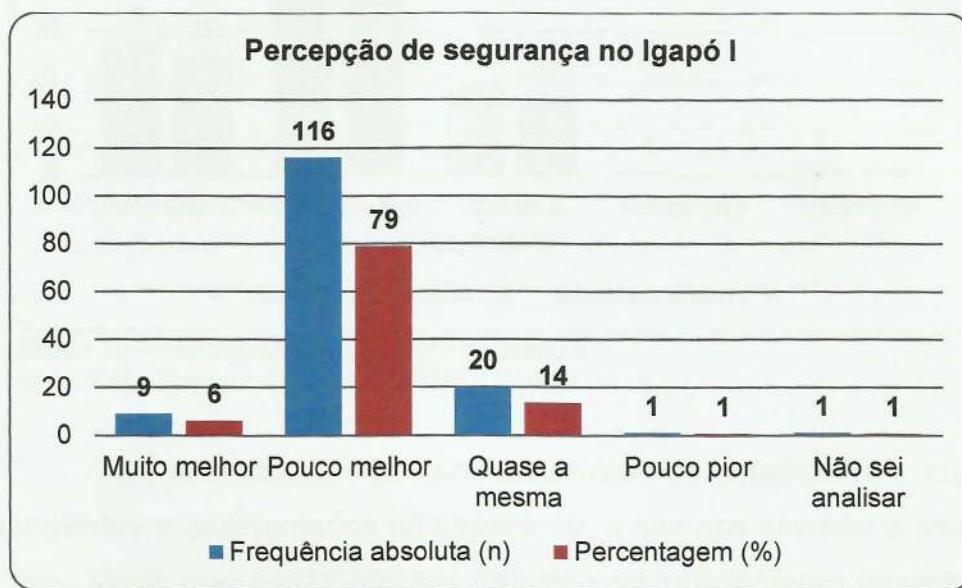


Gráfico 17 – Percepção da segurança no Igapó I.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

No Igapó II houve maior divergência quanto à percepção da segurança no local na comparação do tempo (um ano atrás). No Gráfico 18 percebemos destaques nas categorias ‘muito melhor’ com 28 respostas de usadores (25% do total de 113 usadores), ‘pouco melhor’ com 63 respostas (56%), ‘quase a mesma’ com 19 respostas (17%) e ‘pouco pior’ com uma resposta (1%). Aqui, pela primeira vez, aparece a percepção de que a segurança está ‘muito pior’ (2%).

Procuramos descobrir se essa percepção de segurança está relacionada à presença ou à falta de policiamento no local ou à violência vivenciada ou observada. Então, na proposição seguinte do instrumento de coleta de dados foi questionado se durante o tempo histórico decorrido em seis meses antes da entrevista (dezembro de 2010), os usadores do Zerão, Igapó I e II sentiram segurança pela presença de policiais no local ou devido ao número de pessoas presentes no local.

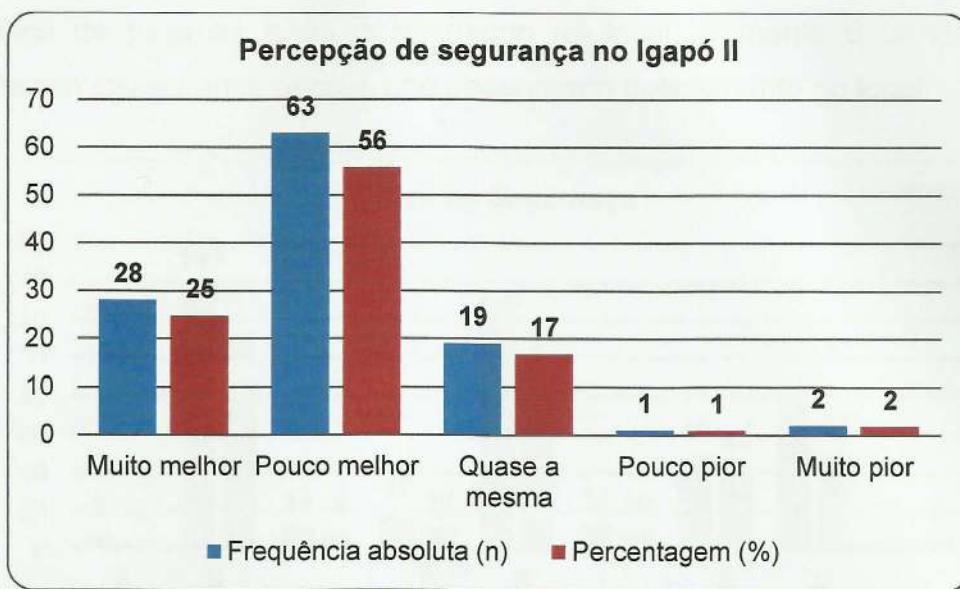


Gráfico 18 – Percepção da segurança no Igapó II.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Na análise das respostas presentes nos questionários, cujos dados forma compilados e apresentados no Gráfico 19, o que nos chamou a atenção foi o fato de que, ainda que exista número reduzido de policiamento nesses locais, a presença de policiais militares é o que desperta maior sensação de segurança aos usadores. O número de pessoas presentes no local parece não interferir na construção do significado de segurança do Zerão e Igapó I, mas é considerado significativamente pelos usadores do Igapó II.

No Zerão entre 157 respostas computadas (100% da amostra), verificamos que 7 usadores (4% do total da amostra) sentem segurança devido à presença de pessoas e 138 (88%) reconhecem que há pouco policiamento no local, mas que a presença deles desperta a sensação de segurança. Também, no Zerão 12 usadores (8%) não se sentem seguros porque não observaram até então presença de policiamento no local.

No Igapó I, entre 147 respostas (100% da amostra), 17 usadores (12% da amostra) sentem segurança devido à presença de pessoas no local e 116 (79%) devido à presença de policiais, ainda que seja pouco. A falta da presença de policiais no Igapó I, desperta insegurança em 14 usadores (10%).

No Igapó II, o número de pessoas presentes no local foi mais considerado. No total de 113 respostas (100% da amostra), 49 usadores do Igapó II (43% da amostra) e 58 usadores (51%) sentem-se seguros devido, respectivamente,

à presença de pessoas e de policiamento no local. Somente 6 usadores (5%) manifestaram insegurança porque não observaram policiamento no local.

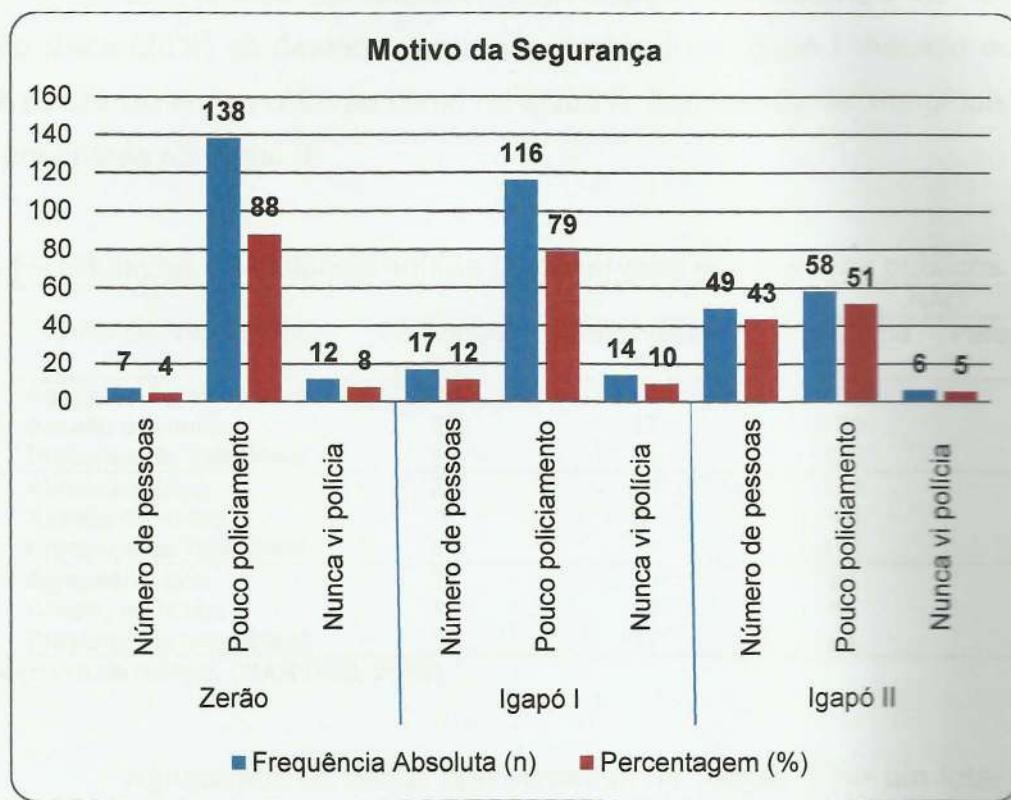


Gráfico 19 – Motivos da sensação de segurança por espaço público.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

A abordagem da próxima questão foi a observação e/ou vivência em eventos de violência. Usamos os conceitos de violência e eventos de Arendt (1985) e perguntamos: você sofreu algum tipo de agressão, foi assaltado ou roubado, teve dificuldade de fazer sua atividade física ou de lazer por presença de marginais (dependentes de drogas, por exemplo). As opções de respostas no questionário eram dos tipos, afirmativa (sim) ou negativa (não). Ainda que nas questões do tipo afirmativo-negativa, nas discussões anteriores tenhamos usado o princípio da inclusão-exclusão, ou seja, o de que uma afirmação representa a exclusão sumária da negação, nessa e nas questões seguintes, optamos pela forma metodológica. A desta razão decorre do escopo principal dessa dissertação e da intenção de facilitar a compreensão do leitor. Assim, apresentamos os resultados afirmativos (sim) e negativos (não) em separados, segundo o espaço público investigado – Zerão, Igapó I e Igapó II –, com freqüência absoluta (n) e percentagem (%) na Tabela 1. Essa forma metodológica de apresentar os resultados nos permitiu evidenciar

claramente as percentagens relacionadas aos tipos da violência urbana nos espaços públicos de Londrina.

Em termos percentuais, a percepção da violência na forma de agressão física (20%) se destacou entre os usadores do Igapó I. Assalto ou roubo (17%) é percebido tanto no Zerão como no Igapó II. A presença de 'marginais' (17%) é mais observada no Igapó II.

Tabela 1 – Situações de violência sofrida ou observada nos espaços públicos.

LOCAL	TIPO DE VIOLÊNCIA	SIM		NÃO	
		Frequência (n)	Percentagem (%)	Frequência (n)	Percentagem (%)
Zerão	Agressão física	15	10	142	90
	Assalto ou roubo	27	17	130	83
	Presença de 'marginais'	18	11	139	89
Igapó I	Agressão física	29	20	118	80
	Assalto ou roubo	2	1	145	99
	Presença de 'marginais'	11	7	136	93
Igapó II	Agressão física	17	15	96	85
	Assalto ou roubo	19	17	94	83
	Presença de 'marginais'	19	17	94	83

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Agrupamos os dados apresentados na Tabela 1 em um total de 417 respostas (100% da amostra agrupada) para demonstrar eventos de violência sofrida ou observada pelos usadores dos três espaços públicos – Zerão, Igapó I e II –. Nesse agrupamento visível no Gráfico 20, observamos claramente os eventos de violência indicadas pelos usadores entrevistados. Percebemos que 61 usadores (15% do total da amostra agrupada) responderam já ter sofrido agressão física durante a realização de atividade ou em outros espaços públicos investigados.

Na análise do Gráfico 20 verificamos que as categorias 'assalto ou roubo' e 'presença de marginais' foram igualmente indicadas entre 48 usadores (12% do total da amostra agrupada). Consultamos a Tabela 1 e observamos que essas categorias são mais expressivas na observação-vivência dos usadores do Zerão e Igapó II. Em termos percentuais, constatamos na Tabela 1 que a 'presença de marginais' é mais observada pelos freqüentadores do Igapó II (17% do total de 113 usadores).

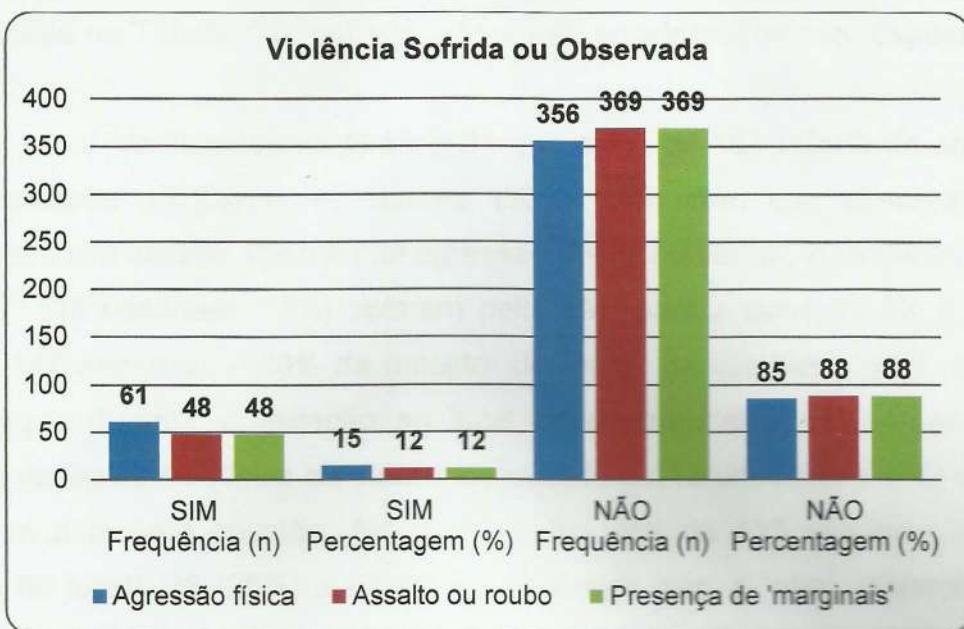


Gráfico 20 – Violência sofrida ou observada nos espaços públicos investigados.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Eventos de violência ocorrem em espaços públicos formalmente construídos em diferentes horários, sendo, comumente, no período noturno apontado na literatura como o de maior ocorrência. Em nossa pesquisa de campo procuramos evidenciar, entre os períodos matutino, vespertino e noturno, em qual deles é observada a maior ocorrência. Nesse sentido foram elaboradas duas questões; a primeira abordou eventos de agressão (física ou verbal) ou assalto e, a segunda, conflito entre os freqüentadores.

Quanto aos eventos de violência, nem todos os usadores do Zerão e Igapó I e II vivenciaram e/ou observaram agressões ou assaltos durante os seis últimos meses antes de nossa entrevista (em dezembro de 2010). As respostas mostram algumas diferenças quantitativas em relação à Tabela 1. As diferenças quantitativas decorrem do fato de se abordar, além da agressão física, a agressão verbal, ambas relacionadas ao período em que aconteceu o evento. Alguns usadores não conseguiram relacionar o evento (vivido ou observado) à data provável (a pretensão é que o evento tivesse ocorrido há seis meses antes da entrevista). Nesse sentido, chamamos a atenção para duas situações emergentes; no Zerão e no Igapó I, por exemplo, houve aumento da incidência de violência porque os usadores (em número de 5 e 3, respectivamente, segundo o local) acusaram ter sofrido violência verbal, não anotada na Tabela 1; no Igapó II, ao contrário, 8 usadores não lembraram o período em que ocorreu a violência apontada

e computada na Tabela 1 e, por isto, não foram considerados nas respostas dessa questão.

Verificamos no Gráfico 21 que entre os 157 (100% da amostra do local) usadores do Zerão, 47 desses (30%) afirmaram que observaram e/ou vivenciaram sim alguma situação de agressão (física ou verbal) ou assalto durante a visitação; 110 usadores (70%) optaram pelo ‘não’ para a questão. No Igapó I, do total de 147 respostas (100% da amostra do local), 34 usadores (23%) afirmaram ‘sim’ porque durante a visitação ao local observaram e/ou vivenciaram alguma situação de agressão (física ou verbal) ou assalto e 113 usadores (77%) afirmaram ‘não’ para a mesma questão. No Igapó II, no total de 113 usadores (100% da amostra do local), 28 (25%) e 85 (75%) afirmaram ‘sim’ e ‘não’, respectivamente, para observação e/ou vivência de situações de agressão (física ou verbal) ou assalto durante a visitação.

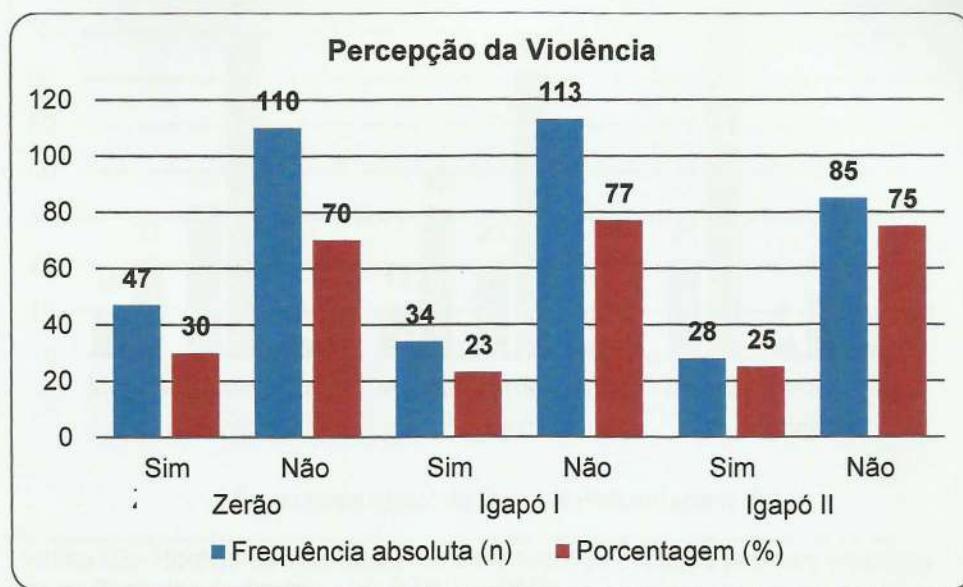


Gráfico 21 – Percepção da violência nos espaços públicos investigados.
Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Dentre os usadores que observaram e/ou vivenciaram situações de agressão (física ou verbal) ou assalto, buscamos a identificação do período que ocorreu o evento. Nessa perspectiva, identificamos 47 usadores do Zerão (100% da amostra para esse local), 34 do Igapó I (100% da amostra para o local), e 28 do Igapó II (100% da amostra para o local), totalizando, assim, 109 respostas consideradas válidas para o propósito da questão.

No Gráfico 22 é possível verificar que no Zerão e Igapó I as situações de agressão (física e/ou verbal) ou assalto ocorrem, predominantemente, no período vespertino (à tarde); já no Igapó II são mais frequentes no período matutino (manhã).

Consideramos o total da amostra determinada para cada local e observamos que no Zerão, 10 usadores (21%) observaram e/ou vivenciaram agressões (física ou verbal) ou assalto no período da manhã, 33 (70%) a tarde e 4 (9%) a noite. No Igapó I, relativo ao período da manhã foram observados e/ou vivenciados 11 (32%) eventos de violência, a tarde 21 (62%) e a noite 2 (6%). No igapó II, 21 (75%) usadores indicaram que os eventos de violência ocorrem pela manhã, a tarde 4 (14%) e a noite 3 (11%).

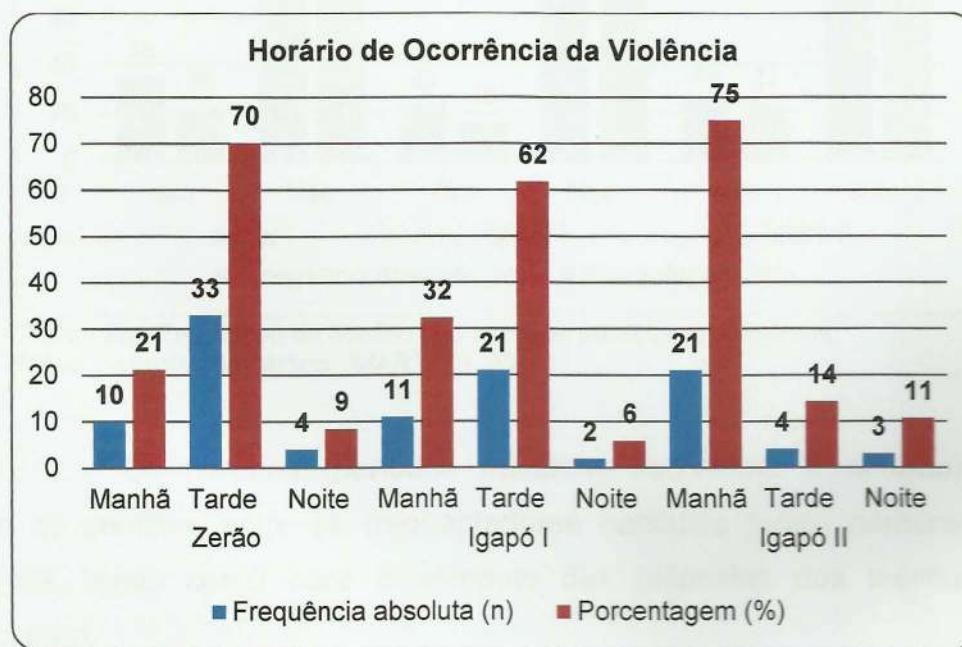


Gráfico 22– Horário de ocorrência da violência nos espaços públicos investigados.
Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Quanto a eventos de conflito entre os freqüentadores dos espaços públicos investigados, últimas questões relativas à expressão da violência de Londrina, as respostas computadas aparecem na representação do Gráfico 23.

Verificamos que no Zerão, do total de 157 respostas (100% da amostra para o local), 35 usadores (22%) afirmaram presenciar eventos de conflito entre os freqüentadores habituais e 122 (78%) não presenciaram eventos de conflito.

No Igapó I, entre os 147 usadores (100% da amostra desse local), 23 (16%) e 124 (84%), respectivamente, afirmaram ter presenciado ou não eventos de conflitos entre os freqüentadores.

No Igapó II, no total de 113 usadores (100% da amostra desse local), 26 (23%) e 87 (77%), respectivamente, afirmara ter presenciado ou não presenciado conflitos no local envolvendo freqüentadores habituais.

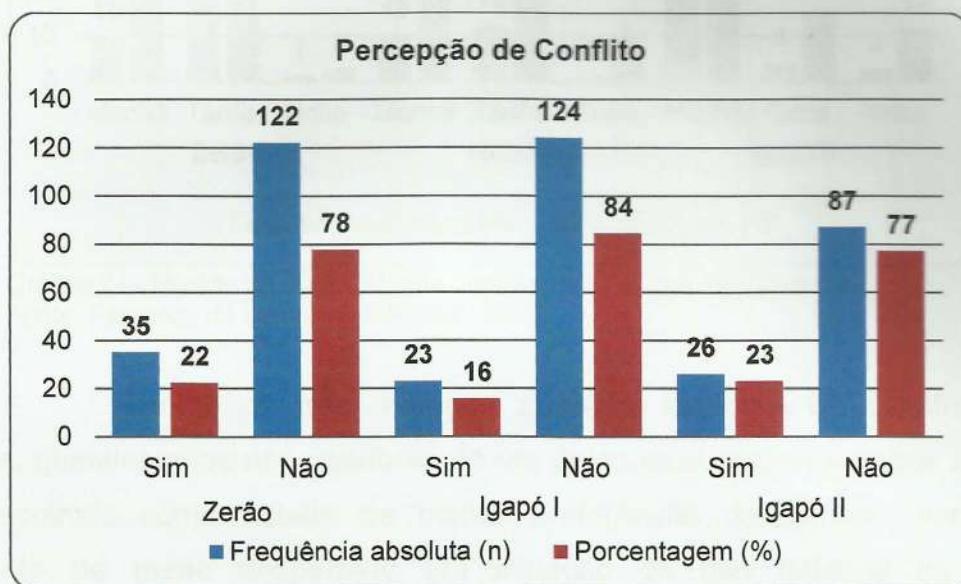


Gráfico 23– Percepção de conflito nos espaços públicos investigados.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Os horários (períodos matutino, vespertino e noturno) em que ocorrem os conflitos entre os freqüentadores habituais foram demonstrados no Gráfico 24, tendo como base o cômputo das respostas dos sujeitos que os presenciaram.

No total de 35 usadores do Zerão (100% da amostra válida para o local), 10 (29%) observaram conflitos pela manhã, 14 (69%) a tarde e 1 (3%) a noite. No Igapó I, entre os 23 usadores que presenciaram conflitos (100% da amostra válida para o local), 10 (43%) foram observados pela manhã, 12 (52%) a tarde e 1 (4%) a noite. No Igapó II, 26 usadores (100% da amostra válida para o local) presenciaram conflitos entre seus freqüentadores habituais. Desses, 19 (73%) presenciados pela manhã, 4 (15%) a tarde e 3 (12%) a noite.

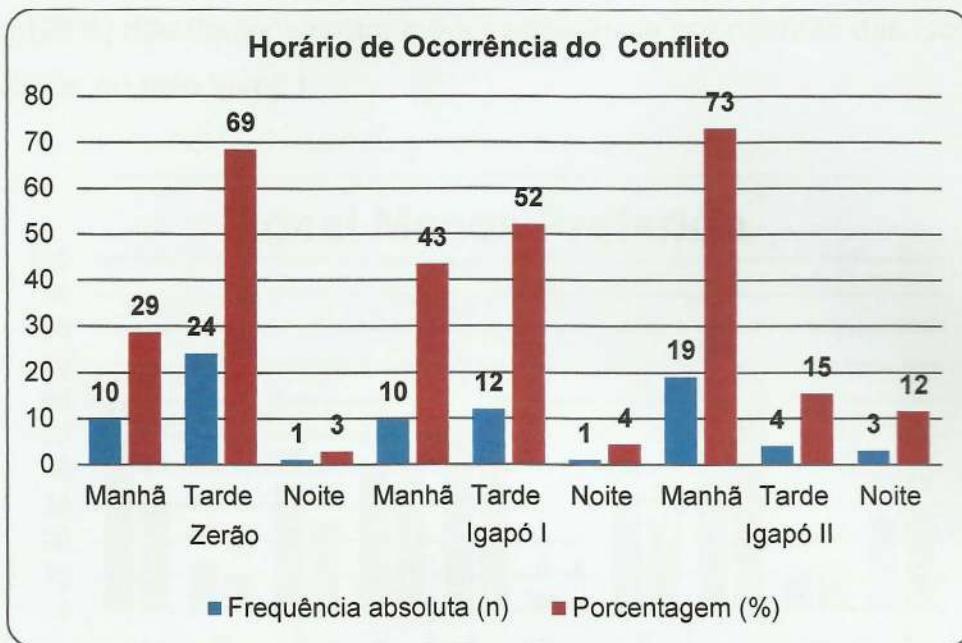


Gráfico 24– Horário de ocorrência do conflito nos espaços investigados.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

Dentre os três espaços públicos formalmente construídos em Londrina, questionamos aos usadores de um único local qual dos outros apontados seria escolhido como aquele de menor preferência, devido, em especial, ao sentimento de medo despertado em situação de uso habitual ou visitação esporádica. A pretensão é perceber o sentimento de ‘pertencimento’ do sujeito ao espaço público usado. Também, aqui pensamos em articular alguns conceitos como medo, tensão e apropriação do espaço público.

Para o cômputo das respostas, Gráfico 25, não incluímos as intersecções (uso de mais de um local) e consideramos 141 usadores (100% da amostra válida para o local) somente do Zerão, 127 (100% da amostra válida para o local) somente do Igapó I e 95 (100% da amostra) somente do Igapó II.

O local de menor preferência dos usadores só do Zerão foi o Igapó I (35%), 14 (10%) indicaram o Igapó II, 36 (26%) não usariam nem o Igapó I, nem o Igapó II, e 42 (30%) preferiram não responder a questão proposta.

Dentre os 127 freqüentadores somente do Igapó I, o Zerão foi apontado como local menos preferido, com 89 indicações (70%), 5 (4%) escolheram o Igapó II e 33 (26%) não usariam o Zerão e nem o Igapó II.

Dentre os 95 usadores somente do Igapó II, o Zerão também foi o local menos preferido, com 55 indicações (58%), o Igapó I com 13 (14%) e 27

usadores (28%) não demonstraram menor preferência por nenhum dos locais, isto é, ou pelo Zerão ou pelo Igapó I.

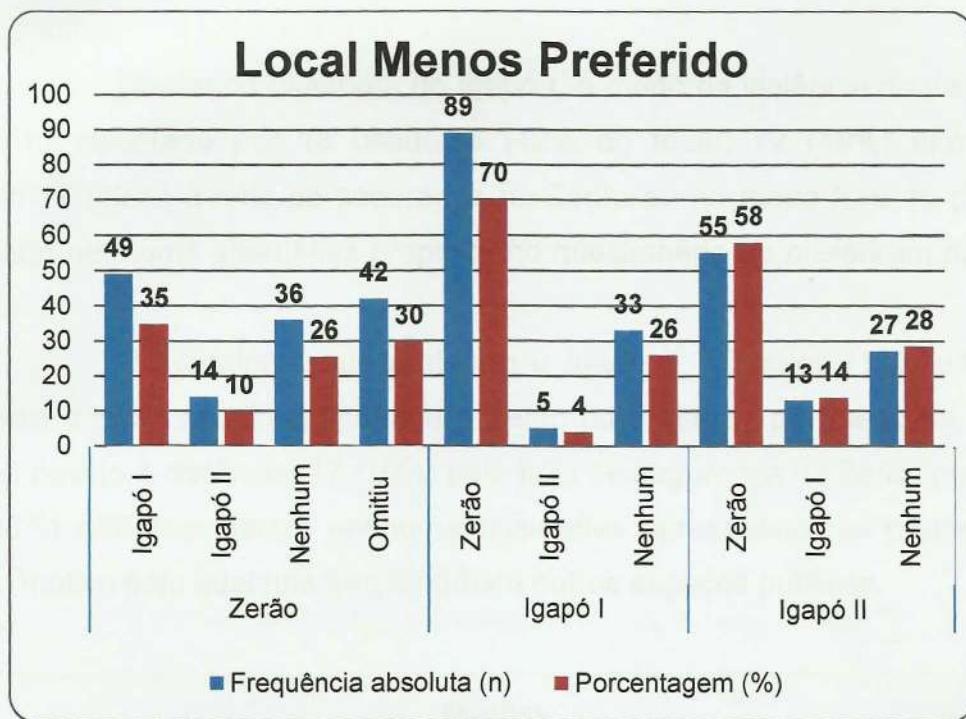


Gráfico 25 – Local de menor preferência entre os espaços investigados.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

A última questão investigada em nossa pesquisa de campo está relacionada à questão anterior e aborda o(s) motivo(s) pelo(s) qual(is) os usadores dos espaços públicos investigados não freqüentariam outros espaços. As opções de respostas incluíram: medo de assalto, furto ou agressão (violência), distância entre moradia e o espaço público, falta de segurança (segurança), nenhuma das alternativas (nenhuma) e outros, a escolha do entrevistado.

No cômputo das respostas foram incluídas as intersecções, isto é, usadores de somente um ou de mais que um espaço público. Dessa forma, consideramos o total de 157 para os usadores preferentemente do Zerão, mas que também usam o Igapó I e II; 147 usadores preferentemente do Igapó I, ou usam o Igapó II e Zerão, e, por último, 113 usadores preferentemente do Igapó II, ou do Zerão e Igapó I. As respostas computadas aparecem no Gráfico 26, no qual observamos que a distância entre a moradia do sujeito entrevistado e o espaço público para práticas de atividades físicas e de lazer foi o principal motivo apontado pelos sujeitos para não mudarem do local habitualmente preferido. Dentre aqueles

que preferem o Zerão, 17 usadores (11% do total) têm medo da violência no Igapó I ou II; 58 (37%) observaram a distância; 37 (24%) apontaram a falta de segurança no Igapó I ou II; 45 (29%) não escolheram nenhuma alternativa ou preferiram não indicar o motivo.

Dentre os usadores do Igapó I, o medo da violência no Zerão ou no Igapó II foi apontado por 18 usadores (12% do total); 72 (49%) apontaram a distância; 17 (12%) a falta de segurança no Zerão ou no Igapó II, e 40 (27%) não escolheram nenhuma alternativa proposta no questionário ou preferiram não indicar o motivo.

Os usadores que preferem o Igapó II, 15 deles (13% da amostra válida para o local) não freqüentariam o Zerão ou o Igapó I por medo da violência; 44 (39%) devido à distância; 17 (15%) pela falta de segurança do Zerão ou do Igapó I; 37 (33%) não escolheram nenhuma alternativa apresentada ou preferiram não indicar o motivo pelo qual não freqüentariam outros espaços públicos.

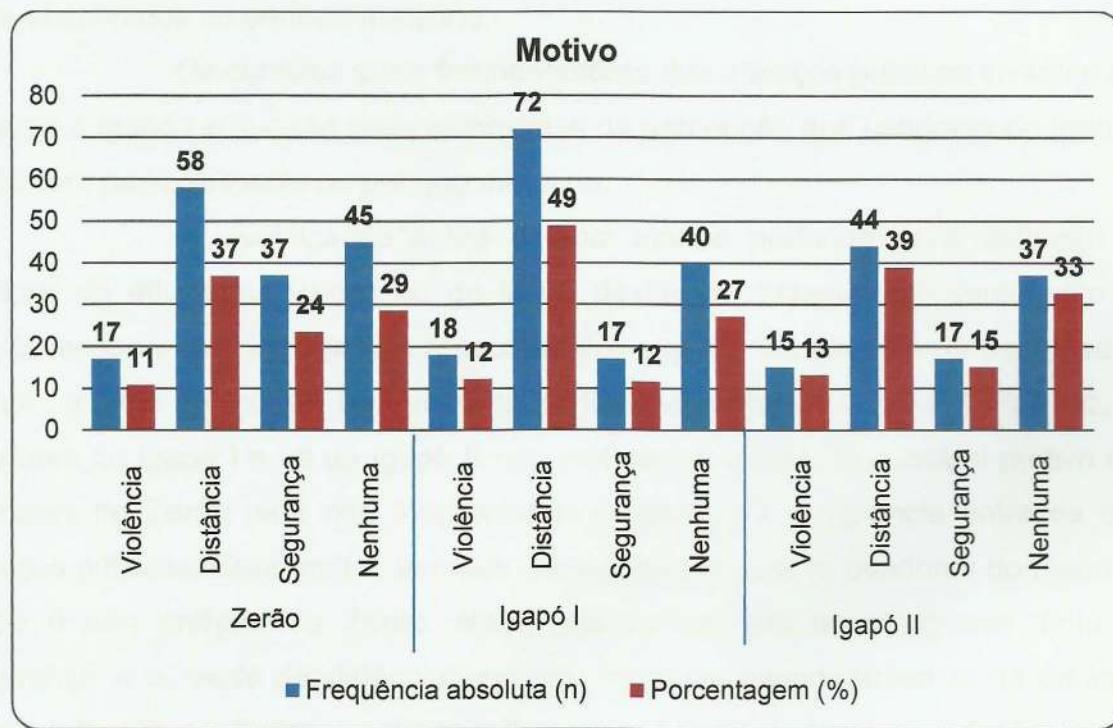


Gráfico 26 – Motivo para não freqüentar outro espaço público.

Fonte: Pesquisa de campo. (MARTINS, 2010).

A análise dos resultados apresentados nos permitiu evidenciar alguns pontos para orientar nossas reflexões no que se refere à percepção de segurança, de violência e ao sentimento de apego ao local expressos pelos usadores em relação aos espaços públicos formalmente construídos em Londrina.

Verificamos que os sujeitos dessa pesquisa de campo perceberam que a segurança nas áreas do Zerão e do Igapó I e II está ‘pouco melhor’, quando comparada há um ano. Embora reconheçam ser pequena a quantidade do efetivo da guarda municipal nos espaços públicos investigados, a presença do policiamento ainda é o principal motivo que desperta a sensação de segurança,

Os usadores tanto do Zerão como do Igapó I e II se reportaram com facilidade sobre a percepção de eventos de violência nos últimos seis (6) meses antes da entrevista (dezembro de 2010) – violência sofrida ou observada –, que, em termos percentuais, teve maior expressão no Igapó I. Os eventos de violência mais comuns estão relacionados à agressão física que, por vez, é mais percebida entre os usadores do Zerão.

Quanto ao horário de maior ocorrência dos eventos de violência, em termos percentuais, não observamos coincidência entre as percepções expressas pelos usadores dos três espaços públicos investigados. No Zerão e Igapó I esses eventos ocorrem com maior freqüência no período vespertino. Já no Igapó II foram mais observados no período matutino.

Os conflitos entre freqüentadores dos espaços públicos investigados – Zerão e Igapó I e II – são mais recorrentes na percepção dos usadores do Igapó II e ocorrem principalmente no período matutino.

A investigação sobre o local menos preferido para visitação ou práticas de atividades físicas ou de lazer, devido ao pressuposto sentimento de medo, mostrou coincidência nas respostas dos sujeitos da amostra da pesquisa de campo, quanto ao motivo. Usadores do Zerão não preferem o Igapó I. Por vez, os usadores do Igapó I e os do Igapó II não preferem o Zerão. O principal motivo dos usadores do Zerão para não freqüentarem o Igapó I é a distância entre os dois espaços públicos. Esse motivo também é a razão pela qual os usadores do Igapó I e Igapó II não preferem o Zerão. Nisso concluímos que as categorias ‘falta de segurança’ e o ‘medo da violência’ que, em hipótese, desponariam como principal motivo, alcançaram índices bastante inferiores aos computados para a distância.

Ao encerrarmos esse capítulo, chamamos a atenção que em toda a sua composição há uma preocupação recorrente acerca das freqüências absolutas (n) expressas nas categorias de análise; razão que explica o fato de mencionarmos insistentemente índices percentuais. Alertamos que é preciso avaliar tais freqüências com ressalvas devido a fatores relacionados à composição da amostra, ao horário

de coleta de dados e aos dias da semana em que houve a coleta de dados. Esse alerta, entretanto, não significa dizermos que a amostra da pesquisa de campo não pode ser (é) considerada válida. Ao contrário, é uma amostra com características definidas em um contexto espaço-temporal e como tal deve ser considerada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço público é o lugar de convívio da coletividade e do diálogo entre os mais diversos segmentos da população de uma cidade. É o lugar de expressão das diferenças sociais.

Teresa Pires do Rio Caldeira

Nossa tentativa de estabelecermos uma relação entre a insegurança no mundo moderno gerada pelo processo de urbanização e a expressão da violência nos espaços públicos de lazer – Zerão, e Lagos Igapó I e II – situados na cidade de Londrina, Estado do Paraná, nos posicionamos como uma espécie de ‘observador do exterior’ sustentado por um conjunto de afirmativas teórico-conceitual. Em cada som, cada olhar, cada ação, cada paisagem, cada objeto, cada palavra de cada homem, mulher ou criança, enfim, em tudo e em todos é que procuramos descobrir se esses espaços públicos formalmente construídos realmente são lugares de convívio da coletividade e se aí se processa um diálogo harmônico entre os mais diversos segmentos da sociedade londrinense.

Para adequadamente sermos ‘observador exterior’, adotamos a técnica de observação do espaço-paisagem de Santos, investigamos a veracidade do pensamento de Caldeira, percebido na expressão das diferenças sociais existentes entre os usadores do Zerão e do Igapó I e II. Usamos os ensinamentos de Arendt, Lefebvre, Oliveira, Serpa e Tuan para descobrir se esses espaços públicos são lugares topofóbicos, paisagens que despertam o medo, se são lugares de ‘ordem em público’, resultados da expressão magistral de projetos com preocupação centrada no paisagismo urbanístico ou se aí flui a topofilia, aflora o sentido de pertencimento e a expressão de afinidade do sujeito com a paisagem modificada pela força da política de urbanização de Londrina. Olhamos as pessoas, os objetos, as coisas; em detalhes procuramos indícios que despertassem em nós a percepção de que Zerão e o Igapó I e II são lugares de ordem pública, pactuada entre os diferentes atores sociais que os usam.

Não chegamos a esses lugares por acaso, mas pela intenção. Escolhemos o complexo cenário urbano de Londrina para concentrar nossa atenção e abstrair dele uma série de compressões que, pressupostamente, responderia ao questionamento inicial dessa dissertação. Perguntamo-nos sobre a existência ou não, em nível local, de uma política comprometida com o uso dos espaços públicos de lazer pelos municípios de Londrina e de ações que promovam a sustentabilidade e o uso do espaço urbano londrinense. Questionamos se as atuais políticas de segurança pública são adequadas às necessidades da população, e, se o medo, aliado aos aspectos da violência, expressos nos espaços públicos – Zerão, Igapó I e Igapó II – são reais ou fazem parte do imaginário coletivo de uma cidade de porte médio, onde se torna visível o acentuado processo de urbanização e globalização.

Iniciamos com algumas reflexões fundadas na leitura dos estudiosos que forneceram a base teórico-conceitual. Buscamos apreender o significado de espaço, de território, do que é público e do que é privado, de violência, de segurança e a expressão de uma cidade em movimento. Especificamente, empreendemos o início de uma discussão centrada na noção de território, que se transforma em espaço vívido através da associação de suas imagens e símbolos, e que adquiri diferentes configurações a partir do domínio público ou privado. Há uma mobilidade interferente no território (da esfera pública à privada), o que fez (e, ainda, faz) surgir nítida configuração espacial na paisagem de Londrina; entre esses espaços públicos e privados surgiu a segregação espacial que, também, os diferencia; essa segregação espacial intimamente se liga à segregação social.

Esse fenômeno da segregação socioespacial, notadamente emergente na década de 1970, devido ao processo de urbanização impulsionada pelo aumento da população urbana, e na década seguinte pela ação administrativa do Poder Público de incentivo ao planejamento urbano, restou mais acentuado nos anos de 1990, quando a configuração estrutural se voltou às áreas residenciais da cidade. Houve o deslocamento do centro para a periferia de Londrina, o surgimento de bairros residenciais ‘nobres’ e ‘pobres’. Em três décadas (1970 a 2000), a geografia urbana de Londrina mudou consideravelmente. Muito do território que antes era considerada zona rural, hoje é parte da região urbana; o que era periferia há poucas décadas, hoje sustenta condomínios verticais e horizontais de luxo; os habitantes da periferia de ontem, hoje estão mais e mais distantes do centro da cidade.

Junto à valorização imobiliária do território que antes era periferia, hoje bairros ‘nobres’, veio o incentivo à preservação da natureza, que foi usado com *marketing* na especulação imobiliária e no desenvolvimento da política de urbanização ligada ao paisagismo. Uma política que parece ter seguido a tendência mundial, se não, nacional. Na leitura comparada das reflexões de Acselrad (1999) e Serpa (2009) à observação das mudanças na paisagem londrinense, entendemos que ocorreu a adoção de uma política voltada ao urbanismo estético, pouco atento as reais necessidades de urbanização do espaço geográfico da cidade. É o que podemos chamar de uma política de urbanização voltada ao ‘afastamento’ do sentido da tecnosfera defendido por Santos (2004). Usou-se a tecnologia para criar um mundo de objetos usáveis pelo homem, para edificar habitações, centros industriais e comerciais, ruas, praças, escola, hospitais, museus, parques e muitos outros, mas como o espaço geográfico não é apenas um palco de ações tecnizadas do homem, compreendemos que ainda emerge em Londrina uma política de urbanização que expresse preocupação social e que, portanto, deve ser articulada com todos os segmentos sociais, com todos os cidadãos. Na compreensão de Arendt (2010), recomendariamois a institucionalização de uma política de urbanização que seja encaminhada com a consciência de que os moradores da cidade desejam se sentir visíveis e que estão inclusos em um projeto muito maior que também lhes pertence.

Como ‘observador do exterior’ percebemos tais lacunas na orientação da política de urbanização de Londrina (expressa no Plano Diretor 1990-2000) muito mais pela concretude da segregação socioespacial visível. Reportamo-nos à pesquisa de campo e, especificamente, ao Zerão, Igapó I e Igapó II como espaços públicos formalmente construídos na intenção da política de urbanização de Londrina, de preservação da natureza e do paisagismo urbanístico e na pretensão da oferta de espaço público ‘seguro’ para atividade física, desportiva e de lazer.

Na pesquisa de campo coletamos e reunimos os dados especificados por espaço público, ou seja, Zerão, Igapó I e II. Na análise dos dados gerais percebemos predominância do gênero masculino, na faixa etária entre 15 e 30 anos de idade, com ocupação formal, que usa o espaço público duas vezes por semana, para práticas de atividades físicas na companhia de amigos ou familiares, que percebe pouca melhoria da segurança pública no local de uso e que observa a presença de ‘marginais’. No total da amostra, a percentagem de usadores que

sofreu eventos de violência (23% e 30%) ou conflitos entre os freqüentadores (16% e 22%), no período de seis meses, variou consideravelmente. Alertamos, entretanto que a variação dos índices percentuais encontrados pode estar associada à metodologia adotada para a coleta de dados, ao horário e ao dia da semana em que foram realizadas as entrevistas.

No Zerão observamos a maior expressão das diferenças sociais entre os usadores que, comumente, têm suas moradias com proximidade ao local, o que, por vez, determina importante papel dessa vizinhança na sustentabilidade desse local. Também aí a falta de segurança pública e a expressão da violência, como representação coletiva, foram mais sentidas.

Percebemos, nitidamente, que o Zerão, dentre os três espaços públicos investigados, é o mais popular, visto que, como observado durante as entrevistas, é freqüentado por maior número de pessoas das camadas menos favorecidas. Essa mescla, percebida em nosso entendimento como expressão da segregação socioespacial e da diferenciação sociocultural e que atribui ao policiamento à sensação de segurança, parece ter sido forjada em uma 'sociabilidade violenta', como descreve Silva (2004), porque reconhece o controle das relações sociais estabelecidas nesse local. Mas, aqui não nos referimos a grupos sociais, atores de eventos de violência – criminalidade organizada –, que impõem formas de regulação a partir da própria lógica da violência. Falamos apenas do fato de raramente termos observado haver interação entre pessoas ou grupos de usadores com outras pessoas ou outros grupos que também estavam eventual ou freqüentemente no local. Observamos uma interação entre grupos de pessoas já conhecidas entre si. Daí, possivelmente, o alto índice (71%) da freqüência em grupo para prática de atividades físicas e desportivas. Por outro ângulo de análise, essa falta de interação nos leva a pensar em auto discriminação (expressão individual ou de grupos) e na formação de estereótipos psicossociais que impedem a percepção do outro sem preconcepções; seriam as formas estereotipadas de perceber o 'estrangeiro', o 'desconhecido', tais como referidas por Zaluar (1994).

Essa forma de (con)viver no Zerão pareceu-nos ter contribuído para o desenvolvimento do imaginário do medo, a percepção da violência (30%), cujas consequências podem influenciar o aumento dos eventos da violência ou, até mesmo, um tratamento inadequado a determinado evento (nos referimos à possível

ação do policiamento urbano presente no local mediante eventos de violência e/ou de conflitos de interesse manifestados pelos grupos usadores).

Em nossa análise, atribuímos pouca importância à diferenciação entre os equipamentos que são disponibilizados aos usadores em cada um dos espaços públicos investigados porque entendemos ser parte de uma política de urbanização paisagística, que, na concepção de Acselrad (1999) e Serpa (2009), resultou incentivadora da segregação espacial. Preocupamo-nos muito mais com a análise das variáveis eleitas na pesquisa de campo e como a idéia é transparecer que fizemos a leitura das percepções, atitudes e valores dos sujeitos usadores dos espaços públicos formalmente construídos em Londrina. Em razão disto, exceto o percentual de usadores oriundos de classes mais populares, notadamente maior no Zerão, entre este e o Igapó I não observamos diferenciação significativa nos dados analisados. Isto nos levou a caracterizá-los como similares, especificamente quanto a hábitos de uso-freqüência, a sensação de segurança e a percepção de eventos de violência e/ou de conflitos entre usadores habituais.

Volvemos nosso olhar para o espaço notadamente mais elitizado. Chegamos ao Igapó II e encontramos visíveis diferenças, não apenas no contexto das variáveis analisadas na pesquisa de campo. Percebemos o Igapó II com características peculiares, o que distancia seus usadores daqueles percebidos no Zerão e Igapó I. Não somente a proximidade do local à dinâmica da cidade (área comercial) e a residências de alta valorização imobiliária, também, a forma apessoada de se apresentar (vestuário próprio para atividade física e aparato eletrônico para ouvir música), despertou nossa atenção. Não nos surpreendemos com a diferenciação apontada no cômputo dos dados da pesquisa de campo quanto aos hábitos de uso-freqüência, nem com a sensação de insegurança, tampouco com a observação ou vivência em eventos de violência e conflitos. A razão disto é que grande maioria demonstra visivelmente pertencer à classe mais favorecida, social e culturalmente.

Percebemos nas falas, que por sinal sob um discurso elaborado e formal, que a segurança pública do local é deficitária e que isto favorece eventos de violência e conflitos. Anotamos de alguns desses discursos, em especial entre os usadores eventuais (raramente) que residem nas proximidades, em condomínios fechados, a tese de Caldeira (2000) sobre os que vivem em enclaves fortificados e a percepção de Zaluar e Leal (2001), quando mencionam que para as classes mais

favorecidas a violência é como algo que está “extramuros” e que seus efeitos não são sentidos nas regiões “intramuros”, protegidas por segurança privada. Nesse sentido, mesmo não presentes na área do Igapó II, alguns deles, durante as entrevistas, relataram ter observado eventos de violência física (furto), ocorridos na ciclovia, por exemplo.

Identificamos aqui o que poderíamos chamar de outro padrão específico de sociabilidade senão violenta, elitizada, não exatamente pela utilização da força para obtenção de interesses ou pelo reconhecimento do controle das relações sociais estabelecidas entre os usadores do Igapó II, e sim, mais pelo sentido da busca por uma regulação das relações sociais que aí acontecem. Essa regulação teria como foco o estabelecimento de normas (incorporadas ou explícitas) para controle da presença de ‘marginais’, o que evitaria qualquer manifestação de violência, principalmente, agressão física e assalto. Na concepção dos usadores do Igapó II, o modo de regulação é de competência exclusiva da política de segurança pública de Londrina, concretizada através da ação do policiamento presente no local (forma própria da regulação social brasileira). Essa forma de regulação das relações sociais defendida, em hipótese, provém do fato de que os usadores do Igapó II expressaram considerável índice de percepção de segurança (43%) pela presença de pessoas no local; índice esse muito próximo àquele referido à segurança sentida pela presença de policiamento (51%). A diferença entre esses dois índices está na não percepção de policiais da guarda municipal (5%) na área do Igapó II.

Entre os usadores do Igapó II também há pouca ou quase nenhuma interação em pessoas e/ou grupos, exceto àquelas pessoas com hábito de freqüência em grupos. Observamos momentos de interações entre usadores que, em prática individual (caminhada, por exemplo), para e conversa rapidamente com outro usador já conhecido; comumente moradores do mesmo condomínio. Observamos que, ainda que ambos os conhecidos pratiquem caminhada naquele momento, o encontro parece superficial; cada um segue em seu ritmo. Como observador do exterior, pensamos aí em uma das faces de expressão do individualismo presente no mundo contemporâneo, de que fala Bauman (2009). Sob uma ótica mais geral, percebemos essa face expressa na forma de prática individual das atividades tanto física como de lazer. No Igapó II encontramos os maiores índices de prática individual – sozinho – (38%) e lazer (77%) entre os espaços públicos investigados.

Resta transcrever nossa percepção sobre os sentimentos dos usadores do Zerão e Igapó I e II. Entramos no mundo da psicosfera de Santos (2004), no reino das idéias, crenças e paixões; no mundo da topofilia de Tuan (1980), que definimos vagamente como qualquer coisa que se relaciona com as ligações emocionais entre os espaços públicos e os homens, mulheres, adolescentes e crianças que os usam.

As experiências dos sujeitos de nossa pesquisa de campo em relação a um ou mais dos espaços públicos – Zerão e Igapó I e II – são aquelas que fazem desses locais um espaço significativo para eles e suas interpretações também tornam esse local significativo para os outros, por conseguinte, para nós.

Como observador do exterior, expressamos uma compreensão claramente de que o significado de um lugar não é necessariamente baseado no espaço físico em si (ao qual damos pouca atenção), mas como o espaço (é) foi usado pelos sujeitos da amostra, o que implica em dizer que o valor histórico de cada um dos espaços públicos investigados foi atribuído à memória de seus usadores habituais. É nessa compreensão que colocamos credibilidade às informações coletadas relativas ao sentido de pertencimento dos sujeitos aos espaços públicos formalmente construídos em Londrina. Se por um lado, o Zerão foi o espaço público menos preferido pelos usadores específicos do Igapó I (70%) e II (58%), por outro lado, poucos dos usadores específicos do Zerão escolheram o Igapó I (35%) e o Igapó II (10%). A maior expressão do sentido de pertencimento ao Zerão como espaço de experiências significativas para seus usadores foi percebida nos índices das categorias ‘nenhum deles’ (26%) e ‘omitiu’ (30%). Nas entrevistas percebemos que essas omissões foram propositais, uma vez que os sujeitos demonstraram dificuldade em escolher entre um ou outro espaço público ofertado como resposta no questionário. Essa dificuldade está ligada ao hábito e ao fato de conhecer a dinâmica do lugar. Isto poderia ser lido como o medo do desconhecido, do novo, mas pelas falas dos entrevistados “eu gosto daqui mesmo” ou “eu não quero trocar de lugar”, entendemos como lugar de paixão, de produção de sentido; uma relação de pertencimento ao lugar e a sua história.

No agrupamento dos índices ‘nenhum deles’ e ‘omitiu’ (total de 56%), encontrados no Zerão, percebemos que eles não se repetiram com a mesma intensidade entre os usadores do Igapó I e II, que preferiram optar somente pela categoria ‘nenhum’ (26% e 28%, respectivamente, segundo o espaço público).

No âmbito geral da amostra, considerada somente a categoria 'nenhum', o que significa a opção pelo uso de outro espaço público, a leitura dos índices de 26%, 26% e 28%, respectivamente para Zerão, Igapó I e Igapó II, levou-nos pensar na clareza com que Tuan (1980) discute sua teorização sobre topofilia. Se, entendemos na leitura do autor topofilia como o exercido através do qual o homem age na ação e na preservação, interagindo com o espaço, comprometendo-se a ponto de se tornar parte dele, então, somos forçados a pensar que os usadores do Zerão e Igapó I e II que demonstraram sentido de pertencimento, são atores sociais indispensáveis à sustentabilidade desses espaços públicos formalmente construídos em Londrina. Também, na nossa concepção, são indispensáveis na composição de forças sociais para as discussões, que estão em andamento, sobre o novo Plano Diretor Participativo da Cidade.

Nesta defesa é percebido de que Zerão e Igapó I e II não são espaços públicos de estranhamento e esperteza. Não são lugares topofóbicos pela falta de segurança ou que despertam o medo da violência, pois o motivo da não preferência está associado à distância entre a moradia do usador e o pressuposto local de troca. Na pesquisa de campo, o medo da violência manteve índices muito próximos, mais acentuados entre os usadores do Igapó II (13%). Já a segurança foi mais observada pelos usadores do Zerão (24%). Observamos que muitos usadores omitiram a escolha do motivo. Essa omissão aparece na categoria 'nenhuma' que foi mais expressiva entre os usadores do Igapó II (33%).

O resultado final desse estudo é a grata satisfação de descobrirmos que as relações históricas construídas pelos usadores do Zerão e Igapó I e II traduzem um sentimento que nos permite pensar na revitalização do vínculo do sujeito – cidadão londrinense – com o espaço público de lazer perdido no complexo cenário urbano. Nesse cenário, as classes alta e média criaram um novo padrão de sociabilidade; abandonaram as ruas para se refugiarem em enclaves fortificados (condomínios fechados) e em espaços confinados (academias e shopping centers) para realizarem suas práticas de atividade física e de lazer, protegidos por sistemas de segurança. Essa nova sociabilidade modificou a rotina dos moradores da cidade de Londrina. Com a restauração e reorganização dos espaços públicos de lazer, percebemos que muitos representantes dessas classes retornaram às ruas, ao Zerão e Igapó I e II. Aqueles menos favorecidos, marcados pela tensão e discriminação, continuam lá, fazendo a história desses espaços públicos

formalmente construídos na cidade. Esperamos mudanças na política pública de urbanização para diminuir a segregação socioespacial existente e na política de segurança pública, porém, mais do que isto, esperamos que haja uma restauração do sentido profundo de viver e conviver em espaços públicos de lazer.

Na nossa condição de ‘observador do exterior’ percebemos a *rugosidade* que o tempo deixou em Londrina. Não a vimos na qualidade de espaço como um “produto como outro qualquer, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas”, mas espaço “essencialmente vinculado com a produção das relações (sociais) de produção, como defende Lefebvre (1976, p. 34). Observamos cada espaço público formalmente construído em Londrina – Zerão, Igapó I e II – como espaço vivido, como um lugar, tal como apontado por Santos (2004, p. 314), “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. E, nesse mundo, em meio à desordem da contemporaneidade, “quando a solidariedade é substituída pela competição, os indivíduos se sentem abandonados a si mesmo, entregues a seus próprios recursos – escassos e claramente inadequados”, como menciona Bauman (2009, p. 21), flui o imaginário do medo. Então, esperamos mudanças na política pública de urbanização para diminuir a segregação socioespacial existente e na política de segurança pública, porém, mais do que isto, almejamos que haja uma restauração do sentido profundo de viver e conviver em espaços públicos de lazer. Propomos, por fim, que as análises e as considerações aqui expostas não representam um trabalho definitivo ou concluído; é um ensaio, ainda incompleto e inacabado, sobre a relação que nos propusemos a estabelecer entre insegurança no mundo moderno gerada pelo processo de urbanização a partir da observação sobre o uso dos espaços públicos de lazer em Londrina, Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade Urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.1 07, p. 25-38, jul./dez. 2004.

_____. Discurso da sustentabilidade urbana. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 79-90, maio. 1999.

ARENKT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Da violência**. Tradução de Maria Cláudia Drummond. 1985. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7011287/Hannah-Arendt-Da-ViolEncia>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

_____. **O que é política?** Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Publicação online. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/46572935/Hannah-Arendt-O-que-e-Poltica>>. Acesso em: 10 out. 2010.

ATERRO do Igapó 2 ganha “academia ao ar livre”. Londrix.com, Londrina, 26 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.londrix.com/noticias>>. Acesso em: 12 out. 2010.

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BORTOLO, C. A. de. **Produção e apropriação de espaço livre público: o lago Igapó – Londrina – PR**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia, Dinâmica e Espaço) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crimes, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 34/Edusp, 2000.

_____. Direitos humanos ou ‘privilégios de bandidos’? In: **Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, 1991.

CARVALHO, M. S. de. Violência urbana: breves considerações sobre a cidade de Londrina. In: **Scripta Nova: Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**. Barcelona, v. XII, n. 270(15), ago. 2008.

CASELLA, L. L. de C. Hospitalidade dos espaços públicos. In: **SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**, 8., 2006, São Paulo. **Anais**. São Paulo, 2006.

FRAZÃO, Marcelo. 50 anos depois e Igapó ainda carece de estudo. **Jornal de Londrina**, Londrina, 30 ago. 2009. Disponível em:

<<http://www.jornaldeondrina.com.br/edicaododia/conteudo.phtml?id=919386>>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. Lago Igapó completa 50 anos. **Jornal de Londrina**, Londrina, 28 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldeondrina.com.br/edicaododia/conteudo.phtml?id=900081>>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. No Igapó, remar, correr, pedalar. **Jornal de Londrina**, Londrina, 10 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldeondrina.com.br/edicaododia/conteudo.phtml?id=953264>>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. Proposta original de Burle Marx previa uma revolução urbana. **Jornal de Londrina**, Londrina, 26 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldeondrina.com.br/edicaododia/conteudo.phtml?id=908653>>. Acesso em: 12 out. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRINOVER, L. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. In: **Revista Hospitalidade**. São Paulo, ano III, n. 2, p. 29-50, 2. sem. 2006.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2, 1997.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Cidades**: Londrina. 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 28 ago. 2010.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno IPARDES de Londrina**. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=86000>. Acesso em: 28 ago. 2010

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **La production de l' espace**. Tradução do Grupo de Geografia da UFMG, 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 1994.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 2001.

LEITE, Juliana. Prédio da Encol vai ser lacrado. **Jornal de Londrina**, Londrina, 10 set. 2009. Disponível em:

<<http://www.jornaldeondrina.com.br/edicaododia/conteudo.phtml?id=922791>>. Acesso em: 12 out. 2010.

LONDRINA. Mapa. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Londrina>>. Acesso em: 29 ago. 2010.

_____. Museu Histórico. **História da cidade**. Londrina, 2010.

_____. **Perfil de Londrina**: página virtual. 2011. Disponível em: <<http://www1.londrina.pr.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2010.

_____. **Perfil do município de Londrina**: 2009 (ano-base 2008). Disponível em: <www1.londrina.pr.gov.br/.../perfil/perfil2009_anobase2008_.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2010.

_____. **Plano diretor**. 2008. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/ippul/apresentacao_produto_03.pps>. Acesso em: 28 ago. 2010.

LUPORINI, Fábio. Município quer incentivar população a utilizar espaços públicos de lazer. **Jornal de Londrina**, Londrina, 16 set. 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldeondrina.com.br/online/conteudo.phtml?tl=1&id=924899&tit=Mu>>. Acesso em: 12 out. 2010.

MACEDO, R. S. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. 2. ed. Salvador: UFBa, 2004.

MISSE, M. **Crimes e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

_____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 21, n. 61, set. dez. 2007.

_____. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboço de uma interpretação. **Portal Segurança Cidadã**. 2007. Disponível em: <http://www.segurancahumana.org.br/biblioteca/texto/k6_escrime.pdf>. Acesso em: set. 2010.

MISSE, M. (org.). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MOCÓ aflige usuários e moradores do Zerão. **Jornal de Londrina**, Londrina, 26 out. 2009. Disponível em: <<http://www.jornaldeondrina.com.br/edicaododia/conteudo.phtml?id=937784>>. Acesso em: 12 out. 2010.

MORAES, R. Análise de conteúdo. In: **Educação**. Porto Alegre, n. 37, p. 7–32, mar, 1999.

NUNES, E. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, n. 17, jun. 1989

OLIVEIRA, M. P. de. A favela e a utopia do direito à cidade no Rio de Janeiro. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9., 2007, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/pinon.htm>>. Acesso em: 28 set. 2010.

_____. A utopia do direito a cidade: possibilidades de superação da dicotomia favela-bairro no Rio de Janeiro. In: **GEOgraphia**. Rio de Janeiro, a. 7, n. 14, p. 5974, 2006.

_____. **Espaço e política**: tecendo o espaço público na sociedade urbana contemporânea. 2010. Disponível em <<http://www.filos.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/indice.html>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

PARANÁ. Lei Complementar Estadual nº 81, de 17 de junho de 1998. Institui a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios que especifica. Diário Oficial nº 5272, Curitiba, PR, 17 jun. 1998. Disponível em: <http://pt.wikisource.org/wiki/Lei_Complementar_Estadual_do_Paran%C3%A1_81_de_1998>. Acesso em: 15 set. 2010.

_____. Lei Complementar Estadual nº 129, de 14 de julho de 1998. Altera o art. 1º, da Lei Complementar nº 081, de 17 de junho de 1998, que foi alterada pelas Leis Complementares nºs 086/00 e 091/02. Disponível em: <http://pt.wikisource.org/wiki/Lei_Complementar_Estadual_do_Paran%C3%A1_129_de_2010>. Acesso em: 15 set. 2010.

ROSSY, E. **Mídia e terceiro setor**: como as ONGs promovem a cultura da paz. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora Universitária, 2004.

_____. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. O retorno do território. In: **OSAL**: Observatório Social de América Latina. Buenos Aires, a. 6, n. 16, jun. 2005.

_____. **O tempo nas cidades**. 2001. Disponível em: <<http://geografiaeconjuntura.sites.uol.com.br/.../geo01.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo, 2000.

_____. **Técnica espaço tempo**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SEABRA, O. C. de. A Insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. In: **GEOUSP: Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004

_____. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Patrimônios e periferias frente ao turismo. In: **Geosaberes**, v. 1, n. 1, p. 16-26, 2010. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/viewDownloadInterstitial/16/2>>. Acesso em: 10 set. 2010.

SILVA, De P. **Vocabulário jurídico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SILVA, J. S. de. Alguns apontamentos sobre a intervenção profissional do assistente social na área da violência urbana. In: **Revista Virtual Textos & Contexto**, n. 2, dez. 2003.

SILVA, L. A. M. da. **Sociabilidade violenta**: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: **RIO: A DEMOCRACIA VISTA DE BAIXO**, p. 33-44, 2004.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008b.

_____. **Fobópole**; o medo generalizado e a militarização da questão urbana. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008a.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

_____. Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectiva da geografia**. São Paulo: Difel, 1995.

_____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

ZALUAR, A. M. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan UFRJ, 1994. Publicação online. Disponível em: <<http://www.ims.uerj.br/nupevi/condominio.pdf>>. Acesso em: 10 jun.2010.

_____. Violência, cultura e poder. In: **Semiosfera: Revista de Comunicação e Cultura**. Rio de Janeiro, a. 3, ed. esp., dez. 2003.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 16, n. 45, p. 145-64, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário para Dissertação de Mestrado

O presente questionário visa coletar dados relacionados às evidências/percepção dos usuários quanto à violência no uso dos espaços públicos de Londrina (Zerão, Igapó I e Igapó II).

As variáveis foram estabelecidas após vasta revisão bibliográfica sobre o tema e indicam ameaça à estabilidade do uso dos espaços públicos pelos municíipes, sendo, portanto, um fenômeno geográfico e social. No que concerne especificamente a violência e medo nas cidades e como as pessoas estão se relacionando com os locais onde vivem. Do outro lado, as variáveis sobre a violência no uso dos espaços públicos foram as ocorrências registradas sobre roubo, furto, agressão física.

À percepção dos usuários acerca da questão da segurança pública em prol de uma redução nos índices de violência urbana.

As informações obtidas através desta pesquisa serão unicamente empregadas na dissertação de Mestrado da mestrandra Saádia Maria Borba Martins, a qual se compromete, desde já, a não utilizar os dados obtidos em outra finalidade que não seja estritamente acadêmica.

DADOS PESSOAIS:

1. Sexo: () Feminino () Masculino

2. Idade: _____ anos

3. Local de Moradia: () Próximo () Longe

4. Profissão: _____ () Aposentado

5. Qual local você frequenta:

Zerão	Igapó I	Igapó II

6 Você frequenta o Zerão:

Raramente frequenta	Uma vez por semana	Duas vezes por semana	Três vezes por semana	Diariamente

7 Você frequenta o Igapó I:

Raramente frequenta	Uma vez por semana	Duas vezes por semana	Três vezes por semana	Diariamente

8 Você frequenta o Igapó II:

Raramente frequenta	Uma vez por semana	Duas vezes por semana	Três vezes por semana	Diariamente

Horário

9. Quais os horários que costuma frequentar esse espaço público?

Pela manhã bem cedo	Final de tarde	Qualquer horário

10. Comparada há um ano, como você classificaria a segurança no local, agora?

Muito melhor	Um pouco melhor	Quase a mesma	Um pouco pior	Muito pior	Não sei avaliar

11. Os seguintes itens são sobre atividades que você costuma realizar aqui.

Atividades	Sim	Não
a) Praticar exercício físico como: correr e ou caminhar ou andar de bicicleta.		
b) Apenas lazer, fica observando contemplando ou relaxando.		
c) Vem com familiares ou amigos.		
d) Vem sozinho.		

12. Durante os últimos 6 meses, você teve alguns dos seguintes problemas como consequência de frequentar esse espaço público:

	Sim	Não
a) Você sofreu algum tipo de agressão?		
b) Já foi assaltado ou roubado?		
c) Teve dificuldade de fazer sua atividade física ou de lazer por presença de marginais (dependentes de droga, por exemplo)?		

13. Durante os últimos 6 meses, em que o Sr(a) frequenta esse espaço público sentiu segurança? No sentido da presença no local de Policiais Militares?

Sim	Sim, pelo número de pessoas que frequentam o lugar	Sim, mas há pouco policiamento	Não, nunca viu policiamento no local

14. Durante os últimos 6 meses, em que o Sr(a) frequenta esse espaço público já viu alguma agressão ou assalto? Que horário?

Não	Sim	Manhã	Tarde	Noite

15. Já viu algum conflito entre frequentadores?

Não	Sim	Manhã	Tarde	Noite

16. Qual dos três lugares você não frequenta por medo?

Igapó I	Igapó II	Zerão

Motivo:

Assalto / Furto / Agressão
Distância
Falta de segurança
Outros: _____

que se pode observar que a terra é vista como um elemento fundamental para a realização da cultura, e que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado.

Além disso, é interessante observar que o respeito à terra é visto como uma forma de preservar a cultura, e que a terra é visto como um elemento que deve ser preservado e respeitado. Isso indica que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado.

Além disso, é interessante observar que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado. Isso indica que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado.

Além disso, é interessante observar que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado. Isso indica que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado.

ANEXOS

Além disso, é interessante observar que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado. Isso indica que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado.

Além disso, é interessante observar que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado. Isso indica que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado.

Além disso, é interessante observar que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado. Isso indica que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado.

Além disso, é interessante observar que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado. Isso indica que a terra é vista como um elemento que deve ser preservado e respeitado.

ANEXO A – Artigo do Jornal sobre o Zerão

Mocó aflige usuários e moradores do Zerão

Imóvel comercial está abandonado há vários anos e a ocupação por moradores de rua aumenta insegurança

Moradores e comerciantes das proximidades do Zerão estão preocupados e com medo do mocó que se formou em duas casas desocupadas, bem ao lado da pista de caminhada, onde há alguns anos funcionava um estabelecimento comercial. O local se transformou em lar para vários jovens, adultos e crianças e está provocando sensação de insegurança em quem passa por ali com frequência.

Uma moradora e comerciante da região, que não quis se identificar, disse que a prefeitura e a polícia já sabem da existência do mocó, mas até agora nada foi feito para resolver o problema. Ela contou que o proprietário das casas está na Itália. "É uma situação horrível. Temos que conviver com eles. As autoridades disseram que eles são inofensivos e que não tem o que fazer", disse.

Segundo a comerciante, a ocupação já dura mais de um mês e nos últimos dias a polícia tem feito rondas diárias no local, mas nenhuma ação efetiva foi realizada para resolver o problema.

Outra moradora contou que, no início do mês, os habitantes do mocó fizeram uma "guerra de tijoladas". "A única área de lazer que temos na cidade tem um mocó", reclamou. Ela disse que as casas foram invadidas inicialmente por duas pessoas, mas hoje cerca de 30 ocupam o local. "Eles foram chegando aos poucos. Ali, eles têm casa, água, luz, fazem comida", contou. A moradora disse ter medo de levar os filhos para brincar no Zerão.

Uma professora que mora nas proximidades do Zerão e pratica exercícios semanalmente no local confessou estar assustada com a situação. "A gente vê vários adolescentes mal encarados pelo caminho. Não quero julgar ninguém, mas a gente fica com medo porque não sabemos a procedência dessas pessoas", contou. Ela disse que no começo da tarde o local fica mais quieto e a sensação de insegurança aumenta. "Temos uma área de lazer para relaxar, respirar um ar puro, mas em vez disso, a gente fica tenso", lamentou.

A secretaria de Assistência Social, Jacqueline Marçal Micali, informou que a responsabilidade em casos como esse, que caracteriza invasão, é da polícia. "Nós fazemos a abordagem, mas não podemos levar ninguém a força para outro lugar. Quando se trata de menor, fazemos o encaminhamento junto com o Conselho Tutelar", explicou. Ela não soube informar o número de abordagens já realizadas no mocó do Zerão e lembrou que, mesmo depois de encaminhadas para outros locais, essas pessoas podem voltar para o local de onde foram recolhidas.

O porta-voz da Polícia Militar (PM), tenente Ricardo Eguedis, informou que a polícia tem feito patrulhamento diário no local e abordagens. "A polícia só pode tirar as pessoas dali com uma denúncia do proprietário, o que não ocorreu até agora", explicou. Ele afirmou que a PM não pode levar as pessoas presas só porque são moradores de rua. "Tem sempre equipe passando no local e nós percebemos que não existe problemática criminal acentuada ali. É claro que a situação gera receio, preocupação nas pessoas".

(Jornal de Londrina, 26 de outubro de 2009)

ANEXO B – Artigo do Jornal sobre Prédio da Encol

Prédio da Encol vai ser lacrado

Moradores e comerciantes do Alto do Igapó conseguiram permissão da Justiça; medida prevê ainda a utilização do espaço

A Associação dos Moradores do Alto do Igapó, na zona sul de Londrina, conseguiu permissão da Justiça e vai lacrar, no próximo sábado, às 14h30, as escadas do prédio inacabado da antiga construtora Encol, que fica nas proximidades da Avenida Madre Leônia Milito. A medida pretende evitar que andarilhos, vândalos e usuários de drogas permaneçam no local, gerando insegurança aos comerciantes e moradores da região. Além disso, a Justiça concedeu à associação de moradores permissão para usar o espaço por seis meses.fk

"Muitas pessoas já foram assaltadas por aqui. Há cerca de dois meses a minha empresa também foi", conta o comerciante Cláudio Luiz dos Santos, que coordenou a mobilização em torno do pedido para o lacre. Segundo ele, pelo menos duas ocorrências policiais envolvendo pessoas que freqüentam os prédios já foram registradas. "Normalmente são usuários de drogas e bandidos. Eles observam o movimento das casas e dos estabelecimentos para depois agir". De acordo com o empresário, quando o prédio for lacrado, as pessoas que utilizam o espaço de forma errada, não vão mais "ter moleza". "Aquele espaço não vai ser mais 'mocó' de ninguém", diz.

O lacre no prédio será com tapumes de madeira adquiridos pela comunidade. "Nós vamos trancar as escadas, desde a parte de cima, para que ninguém consiga entrar. Algumas pessoas do bairro vão ajudar com a mão de obra", explica José Renato Ortega, presidente da associação de moradores, que teve a casa assaltada nesta semana.

Segundo ele, o local é alvo fácil para a ação de bandidos. "A região cresceu bastante, 16 mil moradores fazem parte da área que a associação atinge. O que falta mesmo é policiamento", afirma.

Além do lacre, a Justiça concedeu à Associação de Moradores do Alto Igapó permissão para uso do prédio inacabado da Encol por seis meses. O comerciante Cláudio Luiz dos Santos tem planos de criar uma unidade de tratamento para jovens nas proximidades. "Pretendo avançar em negociações com outros empresários para promover cursos e oficinas que ofertem dignidade aos jovens da cidade", explica.

A proposta é bem vista pelo presidente da associação. "Assim se começa a mudança, o local vai ser destinado para outras atividades. Já é um ponto de partida", diz.

(Juliana Leite, Jornal de Londrina, 10 de setembro de 2009)

ANEXO C – Artigo sobre Aterro do Igapó 2

Aterro do Igapó 2 ganha "academia ao ar livre"

Será inaugurada nesta quinta-feira (26), às 15h, a 10ª Academia ao Ar Livre, no aterro do Lago Igapó II (rua Professor Joaquim de Matos Barreto), próximo à rotatória com a avenida Maringá. Para a execução do projeto, foi estabelecida uma parceria entre a Secretaria do Idoso e a construtora Artenge, que foi colaboradora também na 9ª Academia.

Até agora, foram instaladas duas unidades na área rural de Londrina: em Guaravera e em São Luiz; a próxima será inaugurada no dia 5 de setembro no jardim Monte Cristo, na região leste da cidade. Nos locais das dez academias, há placas informativas de como trabalhar com os equipamentos, além dos horários em que os monitores da Fundação de Esportes de Londrina estão disponíveis ao atendimento dos idosos.

Além dos instrutores, na página da Secretaria do Idoso, existe um manual de utilização disponível para download, que mostra os procedimentos mais adequados à otimização dos aparelhos para executar os exercícios. O PDF pode ser baixado pelo link http://joomla.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_idoso/publicacoes/manual_al.pdf.

Todas as academias são equipadas com dez tipos de aparelhos diferentes, adaptáveis ao tamanho e necessidade de cada usuário. Os exercícios podem ser feitos com apoio dos seguintes equipamentos: remada sentada, rotação dupla diagonal, surf, rotação vertical, alongador, pressão de pernas, multiexercitador, simulador de caminhada, simulador de cavalgada e esqui.

De acordo com a secretária do idoso, Liz Clara Ribeiro, é importante a instalação das academias, tanto pela revitalização do espaço das praças quanto pela qualidade de vida que ela proporciona aos usuários. “Cria-se o hábito das pessoas participarem de atividades físicas, além da socialização e integração que as academias propiciam”, ressalta a secretária.

A expectativa é de que mais 65 academias sejam construídas até 2012. Para as próximas instalações, está aberto o edital para o estabelecimento de parcerias entre o município e empresas privadas.

Os interessados podem obter mais informações na própria Secretaria do Idoso, através do telefone 3372-4502, ou dirigindo-se à Prefeitura, na avenida Duque de Caxias, 635, jardim Mazei II.

FONTE: Prefeitura de Londrina/Assessoria de Imprensa

(Londrix.com, 26 de agosto de 2010)

ANEXO D – Artigo do Jornal sobre Espaços Públicos de Lazer

Município quer incentivar população a utilizar espaços públicos de lazer
 Ruas em torno do lago serão fechadas para população poder praticar esportes e lazer. Conselho Municipal da Paz promete abraçar o lago com a ajuda de 2,4 mil pessoas

Desfrutar dos espaços públicos de lazer com a família é o que a prefeitura de Londrina quer incentivar na população. O primeiro passo desse objetivo será dado no domingo (20): as duas ruas em volta do Lago Igapó 2 serão fechadas para que os londrinenses façam atividades como esportes (caminhadas, bicicleta), passeios, leituras, entre outros. No mesmo dia, o Conselho Municipal de Cultura de Paz (Compaz), junto com a Organização Não-Governamental (ONG) Londrina Pazeando, vai reunir 2,4 mil pessoas para dar um abraço simbólico em volta do lago.

O diretor técnico do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), Marcelo Teodoro, afirmou que esta é a primeira de outras iniciativas que poderão ser feitas na cidade. "Vamos começar neste domingo, com a possibilidade de expandir para outros bairros", disse. A iniciativa quer valorizar o espaço público de lazer a levar a população a utilizar esses espaços. "É para ter um domingo com a família."

O londrinense precisar criar uma cultura e hábito de passear com a família nos espaços públicos, como o Lago Igapó, Lago Cabrinha (zona norte), Zerão, entre outros. "Pedimos que as pessoas levem parentes e amigos. Precisamos criar esse tipo de lazer, de valorizar o espaço que tem", afirmou a secretária do Idoso, Liz Clara Ribeiro de Campos. Uma caminhada será organizada para os idosos. "Vamos convidar grupos de idosos para participar."

"É como em Brasília e outras capitais. As ruas são fechadas para que as pessoas possam desfrutar do espaço público com segurança. As crianças podem andar de bicicleta sem o perigo de carros. As pessoas podem andar com tranquilidade. Enfim, é uma experiência que queremos levar para vários pontos da cidade ampliando os espaços de lazer do londrinense", completou o prefeito Barbosa Neto (PDT), em nota divulgada pelo Núcleo de Comunicação.

Tedoro apontou que serão interditadas as Ruas Bento Munhoz da Rocha e Rua Joaquim de Matos Barreto, entre as Avenidas Higienópolis e Maringá. "As vias de maior movimento como a Higienópolis e do outro lado, entre as rotatórias da Maringá e Ayrton Senna, terão o fluxo liberado", explicou. A interdição será entre as 8 e 17 horas de domingo (20).

Abrace o Lago

Chamar a atenção do londrinense para a própria cidade é o objetivo do Abrace o Lago, que será realizado na manhã de domingo.

"A proposta é reunir 2,4 mil pessoas para dar um abraço no Lago, porque a volta tem 2,4 mil metros e precisamos desse número de pessoas", afirmou o presidente do Compaz e coordenador da ONG Londrina Pazeando, Luis Cláudio Galhardi. "A ideia é que as pessoas olhem mais para a cidade, abracem a cidade e tenham mais segurança, paz e harmonia", ressaltou.

Mesmo com chuva, Galhardi prometeu que o Lago será abraçado. "Estamos pedindo para as pessoas levarem guarda-chuvas, caso chova", disse. Além disso, o Compaz vai promover a 9^a Caminhada Municipal pela Paz e a Marcha Mundial pela Paz e Não-Violência. Várias ONGs, empresas, sindicatos e associações foram convidadas a participar e levar cartazes com frases de paz."

Serviço: a concentração para o abraço, será na avenida Maringá com a Joaquim de Matos Barreto.

(Fábio Luporini, Jornal de Londrina, 16 de setembro de 2009)

ANEXO E – Artigo do Jornal sobre Proposta de Burle Marx

Proposta original de Burle Marx previa uma revolução urbana
Idéia era atender a expectativa de criar o “mais moderno parque recreativo da
região”

Dentro do gigantesco arquivo da Gerência de Cadastro da Secretaria de Obras, no prédio da Prefeitura, onde ficam as plantas de todas as construções erguidas na cidade, um dos compartimentos guarda um precioso projeto, até hoje nunca executado por inteiro.

As 12 lâminas com projetos para o Lago Igapó, assinadas pelo paisagista Roberto Burle Marx, revelam que em março de 1972 Londrina queria muito mais do cartão postal do que ele realmente é hoje, três décadas mais tarde. A cidade que entrou o ano de 1960 com a barragem inaugurada e um lago urbano que antes era somente um pequeno córrego sob um leito de pedras, chegava à década de 70 com a população comparecendo de forma maciça à única área de lazer disponível - que ainda demandava uma urbanização para propiciar uso adequado. A cada fim de semana, pais, filhos, mães e jovens dirigiam-se, invariavelmente, para as margens do Lago Igapó.

Um jornal de vanguarda da época, chamado ‘Novo Jornal’, narrava uma cena rotineira de sábado: “Carros, filas, e até estacionamento já se tornaram costumeiros. Uns correm logo para a água (poluída), outros preferem esperar à sombra das árvores, chupando sorvete ou andar de pedalinho”.

Já em agosto de 1972, com o projeto prestes a ser entregue à Prefeitura, o Novo Jornal anunciava o desejo da cidade: “O Igapó, até agora apenas um lago praticamente abandonado, deverá transformar-se no futuro no mais moderno parque recreativo da região e na maior atração turística de Londrina, quando estiver executado o projeto de urbanização encomendado ao paisagista Burle Marx”.

Construção de calçadas, jardins, mais árvores, paisagismo, estacionamentos, pelo menos seis quadras esportivas e estruturas como restaurantes, banheiros e um grande teatro ao ar livre. O projeto previa uma revolução urbana e paisagística na área. O documento com a assinatura de Burle Marx chegou à Prefeitura quase no fim do governo Dalton Paranaguá – herança para o prefeito José Richa, que se preparava para assumir o posto após as eleições.

Léo de Judá, hoje 73, é um arquiteto de inspiração e formação mineira. Foi a ele quem Dalton Paranaguá confiou a missão de dar uma resposta ao clamor da população, que queria mais do Igapó. Chamado ao gabinete, ouviu os planos: “Tem uma coisa que ficou muito forte na campanha e foi o Igapó. A cidade precisa de algo mais ali”, diz o arquiteto, lembrando a fala do prefeito. “No País, naquele momento, a maior autoridade em paisagismo era Burle Marx. Fiz um contato por telefone e fui ao Rio de Janeiro. Ele foi muito atencioso em me receber no escritório. Expliquei que estávamos convidando-o para vir a Londrina observar o local”, conta. “A resposta dele foi que, apesar dos muitos compromissos, queria vir pessoalmente. Se a população estava interessada e pedia então era por uma razão muito forte para estar aqui”.

Espor tes, lazer e contemplação

A lista de equipamentos públicos previstos no projeto para atender à demanda da população era volumosa: construção de playgrounds, um teatro de

arena para apresentações ao ar livre (onde hoje está a sede da Funcart), viveiros de aves e animais de pequeno porte, recantos de repouso e contemplação da natureza, campos de pelada, futebol de salão, futebol suíço, vôlei e basquete, pista de patinação, um tanque de modelismo naval e duas pistas de aeromodelismo - apenas uma foi construída, única obra realizada de acordo com o projeto original. Além disso, um restaurante ficaria parcialmente sobre as águas do Lago. Próximo a onde hoje é a sede da ONG Patrulha das Águas estava projetada a construção de um ancoradouro para barcos e lanchas. No lugar do monumento à Bíblia, um arborizado estacionamento - o mesmo que faz falta até hoje. "Era um conjunto harmônico, que atenderia todas as parcelas da população".

"Isso aqui é muito bonito", disse o paisagista em Londrina

Na chegada a Londrina, às margens do Igapó, poucas semanas após o convite, Burle Marx não teve muitas dúvidas: "Isso aqui é muito bonito. Foi a primeira coisa que ele disse". A experiência de Burle Marx, que estudara na Alemanha e na França, lembra Léo de Judá, "levava ele à opinião de que toda a destinação da área deveria ter a forma de um grande paisagismo".

Burle Marx permaneceu em Londrina por pouco mais de uma semana. "Voltou ao Rio e começou a produzir. Veja como foi interessante tê-lo chamado. Criávamos uma oportunidade de preservar aquilo que era mais vital para o homem e a sobrevivência: a água". Em uma época em que o ambientalismo sequer existia como conceito elaborado, "assim foi o início de tudo".

Uma das preocupações de Burle Marx era formatar espaços que fossem não apenas belos jardins – como seus conhecimentos de Botânica indicavam.

"Era um projeto para criança, jovens e adultos. Seria uma área de lazer desenhada para cada setor da sociedade. O uso do lago, por exemplo, era planejado para esportes náuticos. E não era só o esporte: era a visão da prática náutica com benefícios para a população como um todo", comenta o arquiteto Léo de Judá.

Jardins envolveriam toda a área

Quando o meio ambiente sequer era um assunto na pauta do mundo, Burle Marx planejava moldar o Igapó com nada menos que 187 espécies de plantas e árvores nativas. Porém, como todo o projeto, nada saiu de fato do papel porque "novos prefeitos e técnicos certamente tiveram a impressão de que poderiam fazer coisas melhores", diz o arquiteto que trouxe o paisagista para Londrina.

"O meu grande sonho é ver esses jardins um dia concretizados e principalmente usados pela população como um todo. O projeto original tem linhas que colaboraram para que a idéia retorne e germe com toda a potencialidade", sugere Léo de Judá.

Centenário de Burle Marx é comemorado

Por todo o Brasil, diversas exposições e homenagens marcam o nascimento de Roberto Burle Marx, que completaria 100 anos em 4 de agosto. O maior nome do paisagismo brasileiro era também arquiteto e nasceu em São Paulo. Em 1928, quando morou na Alemanha, conheceu um Jardim Botânico com uma estufa recheada de espécies brasileiras, o que o influenciou de modo determinante. No ano seguinte, volta ao Brasil e torna-se vizinho e amigo de Lúcio Costa, que planejaria Brasília. Começa a freqüentar a Academia Nacional de Belas Artes, onde convive com nomes como Oscar Niemeyer. É nessa época em que começa a projetar jardins que unem arte, paisagismo, arquitetura, conceitos concretistas e abstratos. Entre as

obras espalhadas pelo mundo, como o paisagismo da Embaixada do Brasil em Washington, é o autor dos jardins do Aeroporto da Pampulha, em Minas, do paisagismo do Museu de Arte Moderna e do Aterro do Flamengo, ambos no Rio, e do Eixo Monumental de Brasília, entre mais de 2000 jardins executados ao longo da vida.

(Marcelo Frazão, Jornal de Londrina, 26 de julho de 2009)

ANEXO F – Artigo do Jornal sobre o Igapó

No Igapó, remar, correr, pedalar

Mesmo poluído, lago chega aos 50 anos como destino certo para quem quer cuidar da saúde

Caminhar, remar, correr, pescar, pedalar são alguns verbos que se conjugam com o Lago Igapó. Aos 50 anos de idade, ele ainda não convive de forma totalmente harmônica com a Londrina de 75 anos, que cresceu em volta do tímido curso d’água do Ribeirão Cambezinho. Em 1959, alterado por uma barragem, tornou-se o Lago Igapó.

De ponto de referência e cartão-postal, e, ao mesmo tempo, símbolo do descaso histórico da população e das administrações, o Igapó insiste em mudar vidas e nortear escolhas. É para ele que tudo se volta quando o tema é saúde, esporte e lazer dos moradores da grande bacia hidrográfica que deságua no Rio Tibagi.

É no Igapó que a pressão alta do caminhoneiro Moacir Meneguim, 69 anos, se ameniza. Após a aposentadoria, cinco anos atrás, as caminhadas diárias foram a receita para também controlar o colesterol. São três voltas – cerca de sete quilômetros – para que Meneguim se sinta mais disposto. “Se fico dois dias sem vir aqui, já começo a me sentir meio parado. É um vício dos bons, sem dúvida”, diz ele, enquanto se alonga depois da série de exercícios.

“O lago possibilita aos profissionais um cenário apropriado para atividades que não poderiam ser feitas em outro local”, diz Rinaldo Canevari, profissional de Educação Física que se dedica a formar corredores de diversos níveis – inclusive aqueles que apenas querem ter uma boa saúde. O lago foi o responsável principal pela abertura da clínica onde, com outros profissionais, pilates, fisioterapia e condicionamento físico andam juntos com o Igapó. “Escolhemos a área só pela existência do lago.”

“O que é só da Prefeitura não é de ninguém”

Na avaliação de Rinaldo Canevari, profissional de Educação Física, o uso do Lago Igapó ainda é pequeno diante do potencial porque “a maioria ainda vê o local só como um espaço para correr ou se exercitar”. “É mais do que isso, com toda certeza”, diz. “É um bem comum que ajuda na divulgação do novo pensamento contemporâneo de cuidar do meio ambiente e do corpo.” Canevari lamenta que o Igapó ainda seja “depósito da ignorância da população”, que desconhece a relação entre o lixo na rua e o lixo dentro do lago. “O que é só da Prefeitura não é de ninguém. Ainda existe um olhar passivo do cidadão em relação ao lago.”

Cenário perfeito para “histórias de pescador”

“Quando comecei a vir aqui não tinha nada. Era só um fosso de água que enchia com a chuva e corria por uma valeta”, descreve o pescador italiano Giuseppe Pisconti, 68 anos, lembrando de como era o Ribeirão Cambezinho na área antes cercada por chácaras, sítios e plantações de café. Desde que se aposentou, 20

anos atrás, Pisconti acorda no mesmo horário de trabalho de antes – mas muda o rumo e vai pescar no Igapó.

Tilápias grandes, curimbas de até quatro quilos, curvinas, tucunarés, bagres. Pisconti diz que não come – e nega que o motivo seja o risco de contaminação dos peixes. “Dou tudo para a vizinhança e divido com as garças”, brinca o italiano, que chegou aos 11 anos a Londrina com os pais em fuga das guerras.

“Aqui é o paraíso”, elogia. “Na Itália não tem essa quantidade de água em um ambiente disponível assim, para todo mundo.” O pescador preocupa-se com a atividade de lazer que cultiva porque afirma que o uso de tarrafas, garatéias e redes “vão acabar com todos os peixes do lago”. “É absurdo. Se continuar assim, no futuro não tem futuro”, sentencia. “Quem vai vigiar isso aqui?”

“A grande escola das águas”

A preservação e a ampliação do uso do Igapó tem sido a preocupação que norteia a vida do ambientalista João das Águas, o baiano que saiu do sertão e deu de frente com um mundo d’água em Londrina. Fundador da Patrulha das Águas, considera o local como “a grande escola das águas de Londrina”. “Remo, canoagem, caiaque, caiaque-pólo. Londrina tem mais de 280 quilômetros de rios canoáveis e o Igapó poderia ser a nossa área de treinamento”, avalia. O ambientalista é visto no comando de grupos que, com frequência, passeiam nas águas do Igapó logo ao nascer do sol ou no cair da tarde. “Os aspectos turísticos e cênicos do lago são fundamentais para a vida da cidade. É neste enorme patrimônio hídrico que Londrina se reconhece. A luta do meio ambiente e dos esportes náuticos na cidade sempre se conecta ao lago. Infelizmente, milhares de pessoas passam aqui e não fazem idéia do que é remar no Igapó”.

(Marcelo Frazão, Jornal de Londrina, 10 de dezembro de 2009)

ANEXO G – Artigo do Jornal sobre Igapó após 50 anos

50 anos depois e Igapó ainda carece de estudo
Peculiaridades da fauna e flora do lago “cartão-postal” não despertaram o interesse
de pesquisadores, sobretudo do meio acadêmico

O Lago Igapó está perto de completar 50 anos, mas enquanto a cidade comemora um marco histórico da nossa cidade, para capivaras, gansos, patos, jacarés, biguás, outros pássaros e vários animais as notícias nunca foram tão ruins.

Apesar de toda a importância do Lago Igapó para Londrina e das inúmeras vidas ligadas a ele, são raros os estudos acadêmicos sobre a bacia urbana com 4,5 quilômetros de formações lacustres cheias de particularidades. Não há dados sobre questões fundamentais para entender processos de assoreamento e acúmulo de sedimentos no leito ou mesmo sobre o impacto preciso que toda a poluição da cidade causa na vida de peixes, mamíferos e aves, entre vários seres.

O biólogo Francisco Striquer, doutor em Ecologia e Recursos Naturais, atual coordenador da Área de Botânica do departamento de Biologia da Universidade Estadual de Londrina, é categórico em dizer que os animais que sobrevivem no curso d’água “estão totalmente adaptados ao ambiente urbanizado”. “Ao longo dos anos, a adaptação foi a única maneira encontrada para que continuasse a viver ali. O Igapó passou por várias reformas e reestruturações provocadas pela mão humana e os animais permaneceram, mesmo dentro desse contexto”, afirma.

Após passar pela barragem, os problemas do Igapó seguem rio abaixo e entram no Parque Arthur Thomas, onde até mesmo animais sob ameaça de extinção – como a irara e a jaguatirica – sorvem a água poluída pelos moradores da cidade.

O biólogo Eduardo Panachão afirma que a péssima qualidade da água do Igapó não favorece meios adequados de sobrevivência para animais que sejam introduzidos ou que já existam no ambiente do lago. “A poluição difusa das ruas ainda é o maior problema.

É contra isso que mamíferos e outros animais têm que lutar diariamente. Enfrentam a batalha permanente contra a má educação dos moradores da cidade, que jogam de tudo nas vias públicas”, diz o presidente da ONG Meio Ambiente Equilibrado (MAE). “Então só posso concluir que esses animais são todos verdadeiros guerreiros”, frisa, “e merecem todo nosso respeito”.

Panachão explica, por exemplo, que peixes, pequenos moluscos e algas agem como filtros na água porque retiram a alimentação desse processo de absorção. “Metais pesados, materiais tóxicos, fuligem, óleos e graxas. Com certeza todos são contaminados por esses materiais. É cruel porque o problema os atinge de forma muito silenciosa”, avalia. “E quem se arrisca a se alimentar de peixes acaba atuando como acumulador da poluição no próprio organismo.” Os problemas ambientais incluem, até mesmo, vandalismo e agressões contra os animais maiores e mais visíveis. “Colhemos relatos de capivaras que deixaram a mata da Confepar [Jardim

Sabará, zona sul] e foram para o lago. Ao menos uma foi agredida até a morte. Uma pena.”

Preferência é por ambiente naturalista

O pesquisador Francisco Striquer concorda que a academia – mais especificamente a UEL - não tem dado atenção para o cartão postal da cidade à altura da importância dele. Segundo o doutor em Ecologia, estudantes, pesquisadores e professores têm restrições a trabalhar em ambientes muito alterados pela ação humana. "De fato há poucos pesquisadores que se dedicam aos ambientes urbanizados. A maior parte do pessoal que sai formado tem foco em ambientes naturais e corredores ecológicos. A formação em Biologia ainda é inclinada mais para ambientes naturalistas", analisa. De acordo com Striquer, não há dificuldades técnicas para a existência de mais estudos sobre o Lago Igapó ou outros ambientes urbanos. "É mais por questão de gosto do que por dificuldades. A maioria dos biólogos ainda foi formada em um tempo em que as alterações humanas no ambiente não tinham tanta importância como agora. Mais do que destruir, vemos que o homem atualmente também tem a importante ação de reconstruir e recompor ambientes que deixaram de ser naturais." O pesquisador diz acreditar que o crescimento das cidades motivará mais biólogos a se voltar aos "ambientes antrópicos [alterados pelo homem] do que aos naturais". Striquer diz que a academia e as próximas gerações de profissionais das ciências naturais e ambientais "também terão que acompanhar esse novo momento da cidade e do mundo".

Agressões e degradação vêm desde a nascente

O lago que se funde hoje com a identidade de Londrina é parte do ribeirão Cambé e nasce em um pequeno barranco no entrocamento rodoviário para aquela cidade. Desde o momento em que escorre um filete tímido de água, já recebe lixo jogado pelos motoristas. Dali para frente, o Ribeirão Cambé segue um caminho de agressões e degradação que transforma qualquer ser dependente desse ecossistema em verdadeiros heróis da resistência.

Efluentes de tratamento de empresas alimentícias, estabelecimentos de lavagem rápida de veículos que despejam resíduos nas galerias de escoamento de chuvas para dentro do lago e centenas de ruas conectadas por bueiros levam de tudo para dentro do cartão-postal e ajudam a piorar o problema. Assim, óleos e graxas dos carros, entulhos, areia de obras, calçadas destruídas ou em terra nua e toneladas de lixo jogado pela população nas ruas formam uma massa de poluição que atinge diariamente a Bacia do Lago Igapó, diretamente ou pela alimentação dos seus oito afluentes.

Sem controle e programas específicos de cuidado e monitoramento do que ocorre nas ruas, Londrina cresce e atinge diariamente os recursos hídricos e os animais que vivem nele e dele.

O biólogo Francisco Striquer é um dos poucos pesquisadores que já se debruçou sobre questões do Lago Igapó – ainda que mais de 20 anos atrás. Na década de 1980, analisou como fitoplânctons poderiam servir como indicadores que refletissem a qualidade ambiental do lugar. "Na época levantamos espécies que são indicadoras de níveis de poluição, mas não chegamos a analisar o grau", afirma. (M.F.)

Cronologia

1959 – Inaugurada a barragem que represou o lago durante a gestão do ex-prefeito Antonio Fernandes Sobrinho

- 1974 - Terminado o primeiro conjunto de obras de recuperação e revitalização, inspirados no projeto de Burle Marx, executado de forma incompleta
- 1979 - Articulado pelo agrônomo Marco Antonio Castanheira, é realizado o primeiro estudo ambiental específico sobre os problemas do Igapó. Ações apontadas no estudo, por diversos motivos, não são implementadas
- 1985 – Sob alegação sanitária, ex-prefeito Wilson Moreira instala drenos no Lago Igapó 2 para recolher águas das nascentes e autoriza o aterramento do ribeirão, que fica mais estreito. O local é recoberto com 30 centímetros de terra e dá origem ao aterro do Igapó 2, hoje área de lazer.
- 1996 - Na administração de Luiz Eduardo Cheida são realizadas ações de localização de fontes de poluição, construída a iluminação e revitalização da margem do Igapó I e feita a transposição ligando a Avenida Maringá à Rua Bento Munhoz da Rocha Neto.
- 1998 - Lançamento do Pró-Igapó, quando pela primeira vez incorpora-se o conceito de gestão por bacias hidrográficas em Londrina
- 2001 – Ex-prefeito Nedson Micheleti começa esvaziamento do lago para limpeza e desassoreamento, mas a ação torna-se um grande problema ambiental
- 2002 – Micheleti urbaniza o Igapó 2, com instalação de cascata, pista de caminhada, pontes e iluminação.
- 2007 - Programa Acquametrópole é lançado e consolida o conceito de gestão por bacias hidrográficas
- 2007 - Prefeitura lança projeto Rio da Minha Rua, que não deslancha e se foca em gastos de marketing, sem efeito prático para o lago e cursos hídricos da cidade
- 2009 – Lançado Programa Ecometrópole, mais uma vez focado na preservação do Igapó e dos recursos hídricos de Londrina, com foco na ecocidadania e cuidado com as ruas.

*Fonte: Programa Ecometrópole (www.ecometropole.org)

Marcelo Frazão, Jornal de Londrina, 30 de agosto de 2009)

ANEXO H – Artigo do Jornal sobre os 50 Anos do Lago Igapó

Lago Igapó completa 50 anos

Na madrugada de 31 julho de 1959, a água passou pela barragem pela primeira vez

Há 50 anos, um grupo de apenas 10 operários trabalhava a todo vapor para entregar à cidade aquele que seria seu maior cartão postal, o Lago Igapó. A obra começou em 1957, ficou pronta no dia 31 de julho de 1959 e foi inaugurada no aniversário de Londrina, em 10 de dezembro daquele ano pelo então prefeito Antonio Fernandes. Para comemorar o aniversário do lago, o JL vai publicar uma série de reportagens, sempre aos domingos.

“Um técnico cartesiano que não gosta de poesia”, na sua própria definição, o engenheiro José Augusto de Queiroz, hoje com 78 anos, não esconde o saudosismo e a nostalgia dos tempos em que projetou a barragem. “É a obra que mudou a minha vida”, diz ele, esquecendo-se, por um momento, que a barragem também mudou a vida da cidade – e deu cara à Londrina que crescia em um ritmo lancinante. A cidade, que no começo de 1950 tinha 70 mil habitantes, batia os quase 140 mil moradores quando a obra foi inaugurada, 9 anos depois. Queiroz tinha então 24.

Após a barragem, ele mesmo, já no governo do prefeito Dalton Paranaguá como secretário de Obras, contratou o paisagista Burle Max para planejar as margens e fazer o projeto do parque onde hoje é a pista de caminhada. Até então, o Cambezinho era apenas um córrego estreito, cheio de lambaris.

Na época, o terreno fazia parte da Fazenda Londrina, onde eram cultivados café e frutas. O acesso à área era difícil. A fazenda foi desapropriada, alguns terrenos foram doados e moradores foram desalojados para dar lugar à construção.

O engenheiro conta que levou três meses apenas para fazer a pesquisa geológica e topográfica para as fundações – papéis que guarda até hoje consigo. “Primeiro fizemos o levantamento do fundo do córrego. Naquele tempo não tinha essa aparelhagem toda moderna de hoje.

Batíamos na rocha que aflorava com a marreta e colocávamos dinamite para observar como era a propagação das vibrações. Era tudo no ouvido e só aí conseguíamos saber se a rocha era fraturada [com fissuras geológicas] ou não.”

Os cálculos para o projeto também eram complexos – dificuldade que, para o engenheiro, significava um prazeroso desafio. “Fazíamos as coisas com uma teoria ousada”, recorda-se completando que “o tempo do jornalismo romântico e do cálculo apurado ficaram para trás.”

Doações

Com recursos materiais escassos, vindos de doações de moradores, e apenas 10 funcionários – 6 deles pedreiros – a construção da primeira barragem de Londrina era de fato um desafio sob diversos aspectos. “Me lembro que os materiais eram 98% doados pelas pessoas”, diz o engenheiro. Com o País crescendo e tornando-se mais urbano e menos rural – e o café indo bem - o engenheiro lembra que “o povo tinha muito dinheiro”. Assim, cimento, areia e pedras chegavam aos montes para suportar a obra. “Apenas um morador deu 200 sacos de cimento.”

"Fiquei ouvindo o barulho da água"

Após um ano e meio de obras, era a hora do teste final da barragem. Foram quatro meses para que o lago ficasse cheio com as comportas fechadas. Às 22 horas do dia 30 de julho, o engenheiro José Augusto Queiroz chegava ao local em seu Jipe modelo 1950, "com uma capota de lona dura que é uma barbaridade", para observar o comportamento da construção. O teste estaria completo quando o primeiro veio de água ultrapassasse as comportas, vertendo rio abaixo. Sozinho, o engenheiro postou-se a observar a própria criação. "Fiquei ouvindo o barulho da água. Eram 3 horas da manhã de 31 de julho de 1959 quando desceu a primeira água, ultrapassando a barragem", rememora Queiroz. "Tinha dado tudo certo."

"A barragem ficou cheia de barquinhos"

José Ambrósio Ribeiro, 80 anos, tinha apenas 24 quando exerceu a função de auxiliar de medição e topografia das obras da barragem. "Tinha só um rio pequenininho, entre dois e quatro metros, com uma capoeira de mato em volta", recorda-se o topógrafo, aposentado desde 1982. "A Prefeitura naquela época era uma família", diz ele, puxando a memória dos tempos em que a administração municipal ficava em um acanhado prédio na Rua Santa Catarina. "Foi um tempo muito difícil porque tínhamos muito serviço e pouca gente."

Ribeiro reconhece na obra "um grande passo para a cidade" e algo "muito moderno para a época". Não conteve as risadas quando lembrou que o bispo, o prefeito e um vereador subiram em um pequeno barco para a primeira volta de inauguração da obra. "Rapaz, a barragem ficou cheia de barquinhos que corriam para lá e para cá" – e caiu na gargalhada, como se tudo tivesse acontecido ontem. "Era uma segunda-feira e o povo todo foi." Assim como o engenheiro José Augusto Queiroz, preferiu ficar olhando tudo de longe.

Marcelo Frazão, Jornal de Londrina, 28 de junho de 2009)

ANEXO I – Lei Complementar Estadual nº 81, de 17 de junho de 1998

Institui a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibirapuã, Rolândia e Tamarana.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Londrina terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º. O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo um deles dentre os nomes que figurem em lista tríplice feita pelo Prefeito de Londrina e outro mediante indicação dos demais municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º. O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana e de 3 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto e serviço de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transportes e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º

Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 17 de junho de 1998.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Miguel Salomão
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

ANEXO J – Lei Complementar Estadual nº 129, de 14 de julho de 1998

Fica alterado o art. 1º, da Lei Complementar nº 081, de 17 de junho de 1998, que foi alterada pelas Leis Complementares nºs 086/00 e 091/02, que instituiu a Região Metropolitana de Londrina.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º, da Lei Complementar nº 081, de 17 de junho de 1998, que foi alterada pelas Leis Complementares nºs 086/00 e 091/02, que instituiu a Região Metropolitana de Londrina:

“*Art. 1º. Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertanópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul e Assaí.*”

(vide Lei Complementar 81 de 17/06/1998)

”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 14 de julho de 2010.

Orlando Pessuti
Governador do Estado

Wilson Bley Lipski
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

Ney Caldas
Chefe da Casa Civil

Alexandre Curi
Deputado Estadual